



ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2025-2027

Companhia Acordante

Petrobras Biocombustível S/A - PBIO, sociedade de economia mista, com sede na Rua do Passeio, 38, LOJ D – SET 4 – 2º Andar – Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.021-290/RJ.

Entidades Acordantes

Federação Única dos Petroleiros e os Sindicatos representativos da categoria profissional dos trabalhadores na indústria da refinação e destilação do petróleo, dos trabalhadores na indústria de extração do petróleo.

Petrobras Biocombustível S/A, doravante denominada Companhia, neste ato representada pela Gerente Setorial de Recursos Humanos, Marcilene Guimarães dos Santos, a Federação Única dos Petroleiros e os Sindicatos representativos da categoria profissional dos trabalhadores na indústria da refinação e destilação do petróleo, dos trabalhadores na indústria de extração do petróleo, doravante denominados Entidades Sindicais, por seus representantes devidamente autorizados pelas Assembleias Gerais, realizadas nos termos do artigo 612 da Consolidação das Leis do Trabalho, firmam, nesta data, o presente Acordo Coletivo de Trabalho.

CAPÍTULO I – DOS SALÁRIOS

Cláusula 1. Tabela Salarial

A Companhia praticará os salários constantes das Tabelas Salariais, anexo I, que vigorarão de 01/09/2025 a 31/08/2026.

Parágrafo 1º - A Tabela Salarial será reajustada em 01/09/2026 pela variação acumulada em 12 (doze) meses do Índice Geral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, referente ao período de 01/09/2025 a 31/08/2026.

1

Rubrica Rubrica Rubrica DS



Parágrafo 2º - O reajuste a ser concedido em 01/09/2026 não retroagirá a setembro de 2025, vigorando, portanto, de 01/09/2026 a 31/08/2027.

Parágrafo 3º - A Companhia garante a aplicação da tabela salarial vigente na data de admissão para os empregados admitidos após a assinatura do acordo.

CAPÍTULO II - DAS VANTAGENS

Cláusula 2. Adicional por Tempo de Serviço

A Companhia pagará o Adicional por Tempo de Serviço - ATS (Anuênio), aplicado sobre o salário básico, para todos os empregados, de acordo com a tabela (anexo II).

Parágrafo Único - A Companhia e as Entidades Sindicais acordam que o pagamento do anuênio, referido no caput, a todos os empregados, exclui a concessão de qualquer outra vantagem de mesma natureza.

Cláusula 3. Adicionais de Regime e Condições de Trabalho

A Companhia manterá o pagamento dos adicionais de regime e condições de trabalho conforme estabelecido nos parágrafos seguintes:

Parágrafo 1º - Adicional de Periculosidade: A Companhia concederá o adicional de periculosidade dentro de suas características básicas e da legislação, observado o critério intramuros, previsto no padrão normativo interno, equivalente a 30% (trinta por cento) do salário básico recebido no mês.

I. Os empregados lotados em bases onde não é previsto o pagamento do adicional, somente o receberão de forma eventual e proporcional ao número de dias em que permanecerem nos locais previstos na legislação e no padrão normativo interno. O pagamento do adicional não será devido nos casos de visitas ou estadas eventuais com duração inferior a 1 (uma) jornada diária de trabalho de 8 (oito) horas.

Rubrica
A handwritten signature enclosed in a blue rounded rectangular box.

Rubrica
EDJS
A handwritten signature enclosed in a blue rounded rectangular box.

Rubrica
FAPN
A handwritten signature enclosed in a blue rounded rectangular box.

DS
MGDS
GL
A handwritten signature enclosed in a blue rounded rectangular box.



Parágrafo 2º - Adicional de Hora de Repouso e Alimentação (AHRA): A Companhia manterá o valor do AHRA em 30% (trinta por cento) do salário básico efetivamente percebido no mês, acrescido do adicional de periculosidade, onde couber, já consideradas as diversas jornadas trabalhadas, perfazendo assim 39% (trinta e nove por cento) do salário básico, conforme padrão normativo interno, para aqueles empregados que trabalham em Turno Ininterrupto de Revezamento de 8 (oito) horas ou mais.

- I. O recebimento do AHRA exclui o direito a indenização pela supressão do intervalo intrajornada.

Parágrafo 3º - Adicional de Trabalho Noturno (ATN): A Companhia manterá o valor do ATN em 20% (vinte por cento) do salário básico efetivamente percebido no mês, acrescido somente do adicional de periculosidade, onde couber, totalizando 26% (vinte e seis por cento) do Salário Básico, conforme padrão normativo interno, aos empregados engajados no Regime de Turno Ininterrupto de Revezamento, em substituição ao Adicional Noturno previsto na lei.

Cláusula 4. Sobreaviso Parcial

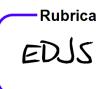
A Companhia garante o pagamento das horas de sobreaviso parcial, remuneradas com 1/3 (um terço) do valor da hora normal, considerando o Salário Básico acrescido do Adicional de Periculosidade, quando for o caso, ao empregado designado a permanecer à disposição da Companhia, fora do local de trabalho, nos períodos de folga ou repouso, aguardando chamada.

Parágrafo 1º - Na eventualidade da chamada para o trabalho efetivo, o período trabalhado será remunerado como hora extraordinária, não sendo cumulativa com aquelas tratadas no caput.

Parágrafo 2º - A permanência à disposição da Companhia, na forma do *caput*, fica limitada ao máximo de 144 (cento e quarenta e quatro) horas/mês ou em 3 (três) finais de semana por mês, conforme o caso, independente da atividade exercida.

Cláusula 5. Gratificação de Férias

A Companhia pagará a Gratificação de Férias a todos os seus empregados da seguinte forma: 1/3 (um terço) correspondente ao previsto no Art. 7º, XVII da Constituição, acrescido de 2/3 (dois terços) pagos na forma do Art. 144 da CLT, totalizando 3/3 (três terços) da remuneração mensal do empregado.





Parágrafo 1º - A Companhia e as Entidades Sindicais acordam que o pagamento da Gratificação de Férias, referida no *caput*, a todos os empregados exclui a concessão de qualquer outra vantagem de mesma natureza.

Parágrafo 2º - Não fará jus à indenização da Gratificação de Férias proporcional, o empregado dispensado a pedido com menos de 6 (seis) meses de Companhia.

Cláusula 6. Serviço Extraordinário

A Companhia restringirá a realização de serviço extraordinário aos casos de comprovada necessidade, obedecendo, seu pagamento, às disposições previstas nesta cláusula.

Parágrafo 1º - As horas trabalhadas, por empregados do Regime Administrativo abrangidos pelo sistema de horário fixo em dia de descanso semanal remunerado e feriados e por empregados do Regime Especial de Turno Ininterrupto de Revezamento em dia folga da escala de trabalho, serão remuneradas por meio de pagamento de horas extras com acréscimo de 100% (cem por cento).

- I. Nos casos de jornada de trabalho cujo início ocorra no dia anterior e termine em um dia de folga, a prorrogação será tratada conforme disposto no parágrafo 2º desta cláusula.
- II. Os empregados descritos neste parágrafo poderão solicitar que as horas trabalhadas em dia fora da escala sejam creditadas no Banco de Horas e compensadas conforme previsto na Cláusula "Banco de Horas".
- III. A sistemática acima será implantada a partir de 01/01/2026, aplicando-se o previsto no ACT 2023-2025 até 31/12/2025.
- IV. O pagamento das horas extras com adicional de 100% quita integralmente o dia trabalhado na folga, não gerando, por força do presente acordo e durante a sua vigência, novas folgas e outros pagamentos pelo trabalho nesse dia.

Parágrafo 2º - Para os empregados do Regime Administrativo abrangidos pelo sistema de horário fixo e empregados do Regime Especial Turno Ininterrupto de Revezamento, as horas trabalhadas além da jornada diária serão creditadas para o Banco de Horas, nos termos da Cláusula "Banco de Horas", ou, nas situações definidas em regulamento interno pagas diretamente como horas extras com acréscimo de 100% (cem por cento).

Parágrafo 3º - A Companhia garante que, nos casos em que o empregado, encontrando-se nos períodos de descanso fora do local de trabalho, venha a ser convocado para a realização de serviço extraordinário para o qual não tenha sido previamente convocado, as horas suplementares trabalhadas nesse período serão remuneradas com o acréscimo previsto no parágrafo 1º, observando-se um número mínimo de 04 (quatro) horas suplementares,





independentemente de o número de horas trabalhadas ser inferior a 04 (quatro), como recompensa ao esforço despendido naquele dia.

Parágrafo 4º - A Companhia e as Entidades Sindicais estabelecem que as permutas e autopermutas de interesse dos empregados, autorizadas pela gerência imediata, ou solicitadas pela Companhia devem ser requeridas por meio de sistema informatizado, respeitando o intervalo mínimo entre jornadas, e não ensejarão pagamento de horas extras.

I. A compensação e a fruição da folga por permuta ou autopermuta deverão ocorrer dentro do intervalo de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo 5º - A Companhia incluirá no cálculo das horas extras dos empregados engajados em regime especial de trabalho os adicionais inerentes ao seu regime e efetivamente percebidos pelo empregado. O Adicional de Hora de Repouso e Alimentação será incluído onde couber.

Parágrafo 6º - Ficam mantidos no cálculo das horas extras dos empregados engajados no regime administrativo, o Adicional de Periculosidade, o Adicional por Tempo de Serviço, e o Complemento de RMNR, quando o empregado fizer jus aos referidos adicionais.

Parágrafo 7º - Aos empregados do regime administrativo abrangidos pelo sistema de horário flexível o pagamento de horas extras será remunerado com acréscimo de 100%, considerando as regras previstas na Cláusula 52 sobre “Horário Flexível” e as disposições contidas nos parágrafos 1º e 6º acima.

Parágrafo 8º - O serviço extraordinário realizado por empregados de regime administrativo, de horário fixo ou flexível, durante trabalho eventual em regime especial será quitado como horas extras com acréscimo de 100% (cem por cento), podendo, por opção do empregado, ser creditado em Banco de horas. Em ambas as hipóteses haverá a quitação integral do dia de trabalho na folga, não gerando por força do presente acordo e durante a sua vigência, novas folgas e quaisquer outras formas de pagamento decorrentes disso.

Parágrafo 9º - Nos casos de parada de manutenção e partidas de novas unidades, a Companhia considerará o Adicional Noturno (AN-CLT) no cálculo das horas extras referente aos trabalhos realizados, no horário entre 22 (vinte e duas) horas e 5 (cinco) horas no regime administrativo.

Cláusula 7. Banco de Horas

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
Rubrica
GL



A Companhia praticará um banco de horas para os empregados abrangidos pelo sistema de horário fixo (Regime Administrativo e Regime Especial de Turno Ininterrupto de Revezamento).

Parágrafo 1º - As horas trabalhadas em dia de folga da escala de trabalho serão remuneradas como horas extras com acréscimo de 100%, exceto se o empregado optar pelo crédito em Banco de Horas.

Parágrafo 2º - As horas trabalhadas em dia de escala de trabalho além da jornada diária, para os empregados do Regime Administrativo e por empregados do Regime Especial de Turno Ininterrupto de Revezamento abrangidos pelo sistema de horário fixo, serão creditadas para o Banco de Horas, ou, nas situações definidas em regulamento interno, pagas diretamente como horas extras com acréscimo de 100% (cem por cento), conforme condições previstas na cláusula "Serviço Extraordinário".

Parágrafo 3º - Os créditos realizados compensarão primeiramente eventual saldo negativo do Banco de Horas e o saldo residual, se positivo, será prioritariamente utilizado para compensar ausências em dias de trabalho, parciais ou de dia inteiro, exceto em casos de ausências não justificadas e ausências normativamente ou legalmente abonadas.

Parágrafo 4º - Mensalmente, será apurada a diferença entre o saldo do banco de horas existente no último dia do mês em relação ao mês anterior da seguinte forma:

a) Se o saldo do último dia do mês anterior for positivo ou igual a 0 (zero): Saldo acumulado atual menos Saldo acumulado até o mês anterior. O resultado, se positivo, metade será pago como horas extras com acréscimo de 100%.

b) Se o saldo acumulado do último dia do mês anterior for negativo e o saldo acumulado atual for positivo: Metade do saldo atual será pago como horas extras com acréscimo de 100%.

c) Se o saldo acumulado do último dia do mês anterior e o saldo acumulado atual forem negativos: Não caberá pagamento de horas extras.

- I. O saldo no último dia do mês será atualizado deduzindo as horas pagas como horas extras.
- II. A sistemática acima será implantada a partir de 01/01/2026, aplicando-se o mesmo critério previsto no ACT 2023-2025 até 31/12/2025.

Parágrafo 5º - Serão adotados os seguintes limites para o banco de horas:

a) Até 31/12/2025, o limite de horas positivas acumuladas será de 120 (cento e vinte) horas. A partir de 01/01/2026, o limite será de 48 (quarenta e oito) horas.

b) Até 31/12/2025, o limite de horas negativas acumuladas será de 84 (oitenta e quatro) horas. A partir de 01/01/2026, o limite será de 48 (quarenta e oito) horas;





- I. As horas que ultrapassarem o limite positivo descrito acima serão pagas como horas extras com acréscimo de 100% (cem por cento) e, se ultrapassado o limite negativo, serão descontadas no mês subsequente;
- II. No mês de maio e novembro de cada ano, será apurado o saldo remanescente do banco de horas.
 - a) se positivo, será efetuado o pagamento como horas extras com acréscimo de 100% (cem por cento) nos contracheques de maio e novembro.
 - b) se negativo, será efetuado o desconto correspondente, anualmente, no contracheque de novembro.
- III. O pagamento das horas extras com adicional de 100%, conforme previsto nos incisos I e II, e as compensações realizadas conforme Parágrafo 3º, quitam integralmente o dia trabalhado na folga e impedem a geração de novas folgas e de outros pagamentos por esse trabalho, por força do presente acordo e durante a sua vigência.

Parágrafo 6º - As regras do banco de horas não se aplicam ao efetivo trabalho durante o Sobreaviso Parcial, à Hora Extra Troca de Turno, descritos nas cláusulas 4 e 11, respectivamente, bem como nas situações de serviço extraordinário em dia de folga e decorrente de Parada de Manutenção, quando o empregado não optar pelo crédito em Banco de Horas.

- I. O trabalho decorrente de Parada de Manutenção na extensão da jornada ou cumprido em dia de folga da escala será pago como horas extras com acréscimo de 100% (cem por cento) e quita integralmente o dia trabalhado na folga impedindo a geração de novas folgas e de outros pagamentos por esse trabalho, por força do presente acordo e durante a sua vigência.

Parágrafo 7º - A Companhia realizará a quitação do Repouso Semanal Remunerado (RSR), do Banco de Horas na forma de 1/6 (um sexto) sobre as quitações do Banco de Horas: excedente mensal, quitação anual do Banco de Horas e quitação do Banco de Horas na rescisão contratual.

Cláusula 8. Tratamento da relação trabalho x folga

Após os devidos tratamentos de frequência, os saldos positivos decorrentes da relação trabalho x folga (Saldo de Acúmulo de Folgas – Saldo AF) serão migrados para o Banco de Horas no mês de agosto, observando o ciclo de trabalho.

Parágrafo 1º - Ao término das férias o empregado está disponível para o trabalho e deverá cumprir a relação trabalho e folga prevista para o seu regime de trabalho até o início do próximo ciclo.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GL



- I. A partir de 01/01/2026, será assegurada para os empregados engajados em caráter permanente no Regime Especial de Trabalho abrangido pela Lei 5.811/72 (Turno Ininterrupto de Revezamento) a neutralização de até 8 (oito) dias, sem convocação, por período aquisitivo, entre o fim das férias e o início do próximo ciclo de trabalho.

Parágrafo 2º - Caso não haja o cumprimento da relação trabalho e folga entre o final das férias e o início do próximo ciclo, já aplicada a neutralização de até 8 (oito) dias prevista no inciso I, os dias que gerarem impacto negativo na relação trabalho x folga, serão debitados em horas no Banco de Horas, na seguinte proporção: 8 horas a cada 1,67 dias para o regime de turno de 8 horas e 12 horas a cada 2,5 dias para o regime de turno de 12 horas.

Parágrafo 3º - Nos casos em que a alteração de escala impactar negativamente a relação trabalho x folga no(s) ciclo(s) de trabalho, a frequência deverá ser tratada como “Ajuste de Escala” (dia neutro) para eliminar tal impacto.

Parágrafo 4º - O saldo negativo gerado pela quitação das folgas acumuladas até 31/08/2023, em razão do cumprimento da cláusula 8º do ACT 2023-2025, será transferido para o Banco de Horas em 6 (seis) parcelas iguais entre os meses de março e agosto/2026 com um redutor de 50%.

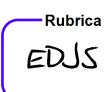
Cláusula 9. Viagem à Serviço

A Companhia garante que serão reconhecidos como serviço extraordinário os períodos de viagem a serviço que coincidam com o dia de folga ou de repouso remunerado, até o limite da jornada normal do empregado.

Parágrafo Único - A Companhia restringirá a realização de viagem a serviço em dias úteis fora da jornada de trabalho normal do empregado aos casos de necessidade e, quando for o caso, reconhecerá as horas dispensadas na referida viagem, até o limite máximo de 4 (quatro) horas.

Cláusula 10. Fériado Turno

As horas efetivamente trabalhadas nos dias 1º de janeiro, segunda-feira de carnaval, terça-feira de carnaval e até ao meio dia da quarta-feira de cinzas, 21 de abril, 1º de maio, 07 de setembro, 15 e 20 de novembro e 25 de dezembro, pelos empregados engajados no Regime Especial de Turno Ininterrupto de Revezamento, nos dias de trabalho de sua escala, são remuneradas pela jornada do dia de trabalho e acrescidas da rubrica Fériado Turno, representando o acréscimo de 100%, conforme fórmula abaixo:





Feriado Turno = ((RMNR + ATS) ÷ THM) x NH

Onde:

RMNR = Remuneração Mínima por Nível e Regime

ATS = Adicional por Tempo de Serviço

THM = Total de Horas Mensal

NH = Número de Horas Trabalhadas

Parágrafo Único - As horas extraordinárias por ventura realizadas nos dias mencionados por essa cláusula serão tratadas conforme previsto nas cláusulas de “serviço extraordinário”.

Cláusula 11. Hora Extra – Troca de Turno

A Companhia efetuará o pagamento por média do tempo dispensido nas trocas de turnos, aos empregados cujas atividades exigem a passagem obrigatória de serviço, de um turno a outro.

Parágrafo 1º - O pagamento de que trata o caput será efetuado como hora extra a 100% (cem por cento), acrescido dos reflexos cabíveis, considerando-se a média apurada de minutos diários em cada troca, conforme tabela (anexo III), a qual é anuída pelas entidades sindicais representantes dos empregados.

Parágrafo 2º - Excetuam-se deste pagamento os períodos de ausências motivadas por férias, cursos e trabalhos em escala administrativa com duração acima de 30 (trinta) dias e licenças médicas superiores a 15 (quinze) dias, mantidas, no entanto, as incidências legais nas férias e no 13º (décimo terceiro) salário, conforme já previsto no parágrafo 1º.

Parágrafo 3º - O pagamento de que trata o caput é devido nos casos previstos no artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e nos limites da lei.

Parágrafo 4º - Excetuam-se deste pagamento os períodos de ausências motivadas por férias, cursos e trabalhos em escala administrativa com duração acima de 30 (trinta) dias e licenças médicas superiores a 15 (quinze) dias, mantidas, no entanto, as incidências legais nas férias e no 13º (décimo terceiro) salário, conforme já previsto no parágrafo 1º.

- I. Até 31 de março de 2026, o período que exceder o tempo médio acordado para a troca de turno somente será caracterizado como hora extra nos casos de necessidade de antecipação ou prorrogação da jornada.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



- II. A partir de 01 abril de 2026, qualquer serviço extraordinário somente será pago como hora extra ou creditado em Banco de Horas se exceder o período de 12 minutos além do tempo médio acordado para a troca de turno e, nesse caso, todo o período será considerado para pagamento ou crédito de horas.
 - a) Excepcionalmente, serviços extraordinários com duração de até 12 minutos, realizados em dias que tenham ocorrido débito no Banco de Horas, poderão ser creditados, desde que não ultrapassem o valor do débito registrado naquele dia.
- III. As disposições do inciso anterior se aplicam às situações de cursos e trabalhos em escalas administrativas com duração até de 30 (trinta) dias em que o pagamento do HETT por média será mantido.

Cláusula 12. Manutenção de Vantagens por Afastamentos

A Companhia garante, nos casos de períodos de afastamento de até 180 (cento e oitenta) dias, em decorrência de doença ou acidente, devidamente caracterizado pela unidade de saúde da Companhia ou da Previdência Social, que o empregado receberá o 13º (décimo terceiro) Salário e as férias do período, além das vantagens que lhe são asseguradas.

Cláusula 13. Auxílio-Doença

A Companhia assegura, a título de Complementação do Auxílio-Doença, a complementação da remuneração integral do empregado afastado, em decorrência de acidente de trabalho ou doença profissional durante os 4 (quatro) primeiros anos de afastamento, e durante os 3 (três) primeiros anos para os demais casos de Auxílio-Doença.

Parágrafo Único - Cessará o pagamento da vantagem, antes de completados os prazos citados no caput, quando:

- I. Sem motivo justificado, o empregado deixar de cumprir o tratamento previsto;
- II. Houver, por parte do empregado, comprovada recusa em realizar o tratamento prescrito, garantido ao empregado o seu direito de livre escolha médica;
- III. Houver comprovada recusa do empregado em participar do programa de reabilitação e/ou readaptação profissional;
- IV. O empregado exercer, durante o período de afastamento, qualquer atividade remunerada.
- V. Houver, por parte do empregado, comprovada recusa em cumprir o tratamento previsto ou deixar de comparecer à convocação da unidade de saúde da companhia, sem motivo justificado.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GL



Cláusula 14. Remuneração de Readaptado

A Companhia continuará praticando, conforme padrão normativo interno, o complemento na remuneração do empregado readaptado em decorrência de acidente de trabalho ou por doença profissional, sempre que houver supressão de vantagens ou adicionais, tendo como base a remuneração percebida no dia do afastamento.

Parágrafo 1º - O valor da evolução do Adicional por Tempo de Serviço é pago independentemente do complemento de que trata o caput.

Parágrafo 2º - O valor da evolução salarial decorrente do avanço de nível e da promoção é pago independentemente do complemento de que trata o caput.

Cláusula 15. Remuneração Mínima por Nível e Regime – RMNR

A Companhia praticará para todos os empregados a Remuneração Mínima por Nível e Regime – RMNR, levando em conta o conceito de remuneração regional, a partir do agrupamento de cidades onde a Petrobras Biocombustível atua, considerando, ainda, o conceito de microrregião geográfica utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo 1º - A RMNR consiste no estabelecimento de um valor mínimo, por nível e região, de forma a equalizar os valores a serem percebidos pelos empregados, visando o aperfeiçoamento da isonomia prevista na Constituição Federal.

Parágrafo 2º - Os valores relativos à já mencionada RMNR (anexo IV) estão definidos em tabelas da Companhia e foram reajustados, em 01/09/2025 em 5,66% (cinco vírgula sessenta e seis por cento), sobre as tabelas vigentes em 31/08/2025 e vigorarão até 31/08/2026. Em 01/09/2026 os valores serão reajustados pelo Índice Geral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado no período de 01/09/2025 a 31/08/2026 com acréscimo de 0,5% (meio por cento). O reajuste concedido em 01/09/2026 não retroagirá a setembro de 2025, vigorando, portanto, de 01/09/2026 a 31/08/2027.

Parágrafo 3º - Será paga sob o título de “Complemento da RMNR” a diferença resultante entre a “Remuneração Mínima por Nível e Regime” de que trata o caput e o Salário Básico (SB), sem prejuízo de eventuais outras parcelas pagas, podendo resultar em valor superior a RMNR.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
Rubrica
GL



Parágrafo 4º - O mesmo procedimento, definido no parágrafo antecedente, aplica-se aos empregados que laboram em regime e/ou condições especiais de trabalho em relação às vantagens devidas em decorrência destes.

Cláusula 16. Valores Vigentes na Data do Efetivo Pagamento

A Companhia adotará os valores vigentes na data do efetivo pagamento de parcelas referentes a serviço extraordinário, vantagens por engajamento eventual em outro regime e indenizações normativas.

Cláusula 17. Vale-Transporte

A Companhia concederá o benefício do vale-transporte aos empregados, nos termos da legislação vigente e das normas internas aplicáveis, para o deslocamento residência-trabalho e vice-versa, mediante solicitação formal do empregado, desde que este não receba outra verba destinada ao custeio total ou parcial do transporte até o local de trabalho, nem utilize transporte fornecido ou custeado integralmente pela Companhia.

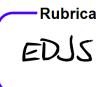
Parágrafo 1º - O benefício será concedido mediante solicitação do empregado, que deverá informar e manter atualizados o endereço residencial e o itinerário utilizado para o deslocamento ao local de trabalho.

Parágrafo 2º - A participação do empregado no custeio do vale-transporte por meio de desconto mensal em folha de pagamento, reduzirá de 6% (seis) para 2% (dois por cento), incidente sobre o salário básico, a partir de 01/01/2026.

Parágrafo 3º - As partes convencionam que a redução do desconto constitui transação de direitos e benefício social que visa facilitar o custeio do transporte, ratificando-se natureza indenizatória da verba, que não integrará o salário para nenhum efeito legal, nos termos do art. 611-A da CLT e do art. 7º, XXVI da CF.

CAPÍTULO III - DOS BENEFÍCIOS

Cláusula 18. Benefício Refeição





A Companhia concederá aos empregados lotados em imóveis ou unidades que não forneçam alimentação in natura, no país, nas condições estabelecidas em padrão normativo interno, assistência alimentar exclusivamente por meio de vale-refeição.

Parágrafo 1º - O valor de R\$ 2.083,85 (dois mil e oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos) referente ao vale-refeição será concedido aos empregados com assistência alimentar descrita na forma do caput.

Parágrafo 2º - Será mantida a concessão do vale-refeição durante os períodos de licença maternidade/adoção, de concessão do Auxílio-Doença ou do Benefício Afastamento ACT.

Parágrafo 3º - A Companhia manterá disponível a opção de conversão parcial ou total do vale-refeição em vale-alimentação.

Parágrafo 4º - O valor citado no parágrafo 1º, vigorará até 31/08/2026 e será reajustado em 01/09/2026 pela variação acumulada em 12 (doze) meses no subitem “Alimentação fora do domicílio” do Índice Geral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, referente ao período de 01/09/2025 a 31/08/2026, que vigorará até 31/08/2027.

Cláusula 19. Benefício Alimentação

A Companhia concederá, a partir de 01/01/2026, a todos os empregados em efetivo exercício, nas condições estabelecidas em padrão normativo interno, benefício alimentação por meio de vale-mercado e vale-ceia.

Parágrafo 1º - O valor de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais) referente ao vale-mercado será creditado mensalmente no vale-alimentação a todos os empregados em efetivo exercício no país, a partir 01/01/2026.

Parágrafo 2º - Aos empregados que recebam assistência alimentar in natura subsidiada no país, não abrangidos pela Lei 5.811/72, será concedido o complemento mensal de R\$ 276,60 (Duzentos e setenta e seis reais e sessenta centavos) no Vale-alimentação.

Parágrafo 3º - Adicionalmente, no mês de dezembro de cada ano, a título de vale-ceia, será creditado o valor de R\$ 1.006,91 (Mil e seis reais e noventa e um centavos) no vale-alimentação para todos os empregados em efetivo exercício no dia 25 de dezembro.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
Rubrica
GL



Parágrafo 4º - Será mantida a concessão dos benefícios descritos nesta cláusula durante os períodos de licença maternidade/adoção, de concessão do Auxílio-Doença ou do Benefício Afastamento ACT.

Parágrafo 5º - Os valores serão concedidos exclusivamente no cartão vale-alimentação, sem possibilidade de conversão parcial ou total em vale-refeição.

Parágrafo 6º - Os valores concedidos não possuem natureza salarial, sendo considerados de caráter indenizatório, não integrando a base de cálculo de quaisquer parcelas trabalhistas ou previdenciárias.

Parágrafo 7º - Os valores citados nos parágrafos 1º, 2º e 3º, vigorarão até 31/08/2026 e serão reajustados em 01/09/2026 pela variação acumulada em 12 (doze) meses no subitem "Alimentação no domicílio" do Índice Geral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, referente ao período de 01/09/2025 a 31/08/2026, que vigorarão até 31/08/2027.

Cláusula 20. Vale-refeição nas Unidades que forneçam alimentação in natura

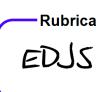
A partir da vigência deste acordo a Companhia concederá vale-refeição, nas condições estabelecidas na cláusula "Benefício Refeição" deste acordo e em padrão normativo interno, para todos os empregados lotados nas unidades que forneçam alimentação in natura que tenham decidido ou que venham a decidir coletivamente por esta modalidade, inclusive para aqueles engajados em regime de Turno Ininterrupto de Revezamento – TIR, desde que haja viabilidade técnica para a implantação.

Parágrafo 1º - Os Acordos Coletivos de Trabalho regionais referentes a concessão de vale-refeição, celebrados com as entidades sindicais representantes dos seus empregados, terão a sua vigência encerrada e passarão a ser regidos pela presente cláusula deste instrumento coletivo de trabalho.

Parágrafo 2º - Estando acordado entre as partes que a Petrobras Biocombustível não fornecerá nenhum tipo alimentação in natura, subsidiada ou gratuita, a partir da data do primeiro crédito do vale-refeição, para todos os empregados lotados nas unidades que forneçam alimentação in natura que tenham decidido coletivamente por esta modalidade.

Parágrafo 3º - Para comprovação da decisão coletiva da categoria pela concessão do vale-refeição, deve ser encaminhado pelo sindicato representativo à gerência Setorial de Recursos Humanos da Petrobras Biocombustível, pelo sindicato representativo, ata e edital das assembleias com os empregados.

- I. A Companhia terá um prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para implantação, contados do recebimento da documentação referenciada neste parágrafo.





Parágrafo 4º - A concessão do vale-refeição prevista no caput desta cláusula inclui e supre a obrigação prevista no parágrafo 1º, inciso V, da cláusula "Jornada de Trabalho - Turno Ininterrupto de Revezamento - 12 horas" deste ACT.

Parágrafo 5º - Os empregados(as) abrangidos por esta cláusula não farão jus à indenização em consequência da cessação do fornecimento de alimentação in natura gratuita ou subsidiada.

Parágrafo 6º - O valor do vale-refeição será aquele que for praticado na Cláusula "Benefício Refeição" deste ACT, independentemente do regime de trabalho no qual o empregado esteja engajado.

Parágrafo 7º - Fica estabelecida no presente parágrafo que a responsabilidade pela aquisição, pagamento e descarte da refeição é exclusiva do empregado(a).

- I. Fica o empregado responsável pela aquisição de seus utensílios pessoais para alimentação (prato ou recipiente compatível para consumo do alimento e talheres) nas situações em que o fornecedor da refeição não prover tais itens.

Parágrafo 8º - Considerando que a Petrobras Biocombustível cessará o fornecimento da alimentação in natura, gratuita ou subsidiada, para os seus empregados(as) com a concessão de vale-refeição; e que caberá ao empregado a escolha do local para alimentação e refeição, podendo este não ser administrado e fiscalizado pela Companhia; após o devido processo de investigação conforme os normativos de SMS, as intercorrências comprovadamente provenientes da ingestão de alimentos contaminados adquiridos nos locais mencionados e as doenças transmitidas por tais alimentos, considerados Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA), não serão de responsabilidade da Petrobras Biocombustível.

- I. O serviço de SMS, em consonância com os padrões normativos internos, deverá além de realizar o processo de investigação, garantir a assistência à saúde pré-hospitalar dos trabalhadores envolvidos e as notificações aos órgãos competentes.

Parágrafo 9º - Caso a Companhia, em razão de determinação judicial ou qualquer outro motivo, passe a fornecer alimentação in natura, deverá fazê-lo para toda a força de trabalho da Unidade, em razão da inviabilidade de se praticar contratação de serviço de refeitório para atender uma pessoa ou apenas parte de sua força de trabalho. Nesta situação, as partes concordam que a concessão do vale-refeição prevista no presente Acordo Coletivo de Trabalho será descontinuada e a assistência alimentar será provida pela Companhia em prazo compatível com a sua operacionalização pela Petrobras Biocombustível.

Parágrafo 10º - As partes acordantes reconhecem que o fornecimento do vale-refeição aos empregados(as) lotados em unidades que forneçam alimentação in natura, inclusive para

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
Rubrica
GL



aqueles engajados no Regime de Turno Ininterrupto de Revezamento, conforme previsto nesta cláusula, respeita e dá pleno atendimento ao disposto na Lei 5.811/72 e a autonomia privada coletiva na negociação das cláusulas normativas.

Cláusula 21. Auxílio-Creche

A Companhia concederá o benefício educacional na modalidade de Auxílio-Creche conforme padrão interno e condições abaixo dispostas:

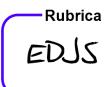
- I. Empregadas com filho (a) e/ou criança sob guarda, em processo de adoção;
- II. Empregados solteiros, viúvos, separados judicialmente ou divorciados com a guarda de filho (a), em decorrência de sentença judicial e/ou criança sob guarda, em processo de adoção;
- III. Empregados com filho (a) e/ou criança sob guarda, em processo de adoção a partir da idade de 3 (três) meses.
- IV. Criança ou adolescente com guarda definitiva do titular, somente no caso de crianças e/ou adolescentes órfãos de pais e mães, quando houver impedimento legal para adoção pelo titular relacionado a parentesco.

Parágrafo 1º - Até os 6 (seis) meses de idade da criança, o reembolso das despesas comprovadas na utilização de creche, será integral, para empregadas e empregados solteiros, viúvos, separados judicialmente ou divorciados que atendam os critérios de elegibilidade definidos no caput.

Parágrafo 2º - A partir dos 7 (sete) meses até 36 (trinta e seis) meses de idade da criança, o reembolso das despesas comprovadas na utilização de creche, será parcial, de acordo com a tabela de valores médios regionais, elaborada pela Companhia, para empregadas e empregados solteiros, viúvos, separados judicialmente ou divorciados que atendam os critérios de elegibilidade definidos no caput.

Parágrafo 3º - A partir de 3 (três) até 36 (trinta e seis) meses de idade da criança, a Petrobras Biocombustível concederá, também, o reembolso parcial, das despesas comprovadas na utilização de creche, de acordo com a tabela de valores médios regionais, elaborada pela Companhia, para empregado com filho(a) e/ou menor sob guarda, em processo de adoção.

Parágrafo 4º - A Companhia também fará o reembolso da matrícula no auxílio-creche.





Parágrafo 5º - A Companhia também fará o reembolso semestral para os gastos com material escolar e uniforme de escola pública, mediante comprovação dos gastos, referentes ao 1º (primeiro) e ao 2º (segundo) semestre do ano, realizadas até junho e até dezembro, respectivamente.

Parágrafo 6º - Aos empregados, cujos filhos estudem em creche classificada como particular, mas que comprovem por meio da declaração escolar a isenção de mensalidades, incluindo a concessão de bolsa integral, poderão optar pelo tratamento como se o beneficiário estivesse cursando o ensino público.

Parágrafo 7º - Os empregados cujos filhos estudem em creche classificada como sem fins lucrativos, mas com cobrança de mensalidades, poderão optar pelo tratamento como se o beneficiário estivesse cursando o ensino particular.

Cláusula 22. Auxílio Acompanhante

A Companhia concederá o benefício educacional na modalidade de Auxílio-Acompanhante até 36 (trinta e seis) meses de idade da criança para todos os empregados e empregadas, com filho(a); criança sob guarda, em processo de adoção; e/ou criança com guarda definitiva do titular, somente nos casos de crianças órfãs de pais e mães, quando houver impedimento legal para adoção pelo titular relacionado a parentesco e conforme padrão interno e condição abaixo disposta:

Parágrafo Único - A partir de 3 (três) até 36 (trinta e seis) meses de idade da criança, o Auxílio Acompanhante será concedido pela Companhia, sob a forma de reembolso parcial, de acordo com a tabela de Auxílio Acompanhante elaborada pela Companhia.

Cláusula 23. Auxílio Ensino (Programa de Assistência Pré-escolar, Auxílio-ensino fundamental e Auxílio-ensino médio)

A Companhia concederá o Auxílio Ensino aos empregados que tenham:

- I. Filhos (as) solteiros (as) e devidamente registrados na Companhia;
- II. Criança e adolescente sob guarda, em processo de adoção com até 18 (dezoito) anos, devidamente registrados na Companhia, desde que solteiros;
- III. Enteados (as), a partir de janeiro de 2010, desde que solteiros(as) e inscritos (as) no Plano AMS;
- IV. Criança ou adolescente com guarda definitiva do titular, somente no caso de órfãos de pais e mães, quando houver impedimento legal para adoção pelo titular relacionado a

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GL



parentesco, extensível até 19 (dezenove) anos e 11 (onze) meses, prorrogável até o fim do ano letivo.

V. A Companhia manterá o reembolso do Auxílio Ensino para os filhos de empregados já inscritos em um dos benefícios, até a conclusão do último nível de ensino (Ensino médio) previsto no presente acordo, nas situações em que o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS vier a conceder ao empregado a aposentadoria por invalidez acidentária ou previdenciária, de acordo com o regramento interno.

Parágrafo 1º - O Programa de Assistência Pré-Escolar será concedido ao público referido no caput, a partir de 37 (trinta e sete) meses, até a idade limite de 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses, conforme legislação vigente, na forma de reembolso de 90% (noventa por cento) das despesas comprovadas com pré-escola, limitado ao valor de cobertura da tabela da Companhia, de acordo com o regramento da Companhia, nas seguintes condições:

I. Em Escola Particular:

Reembolso mensal de matrícula e mensalidades.

II. Em Escola Pública:

Reembolso semestral, mediante comprovação dos gastos com material escolar e uniforme, referentes ao 1º (primeiro) e ao 2º (segundo) semestre do ano, realizadas até junho e até dezembro, respectivamente.

Parágrafo 2º - O Auxílio Ensino Fundamental será concedido ao público referido no caput, até a idade limite de 17 (quinze) anos e 11 (onze) meses, cursando o ensino fundamental, na forma de reembolso de 75% (setenta e cinco por cento) das despesas escolares, limitado ao valor de cobertura da tabela da Companhia, nas seguintes condições:

I. Em Escola Particular:

Reembolso mensal de matrícula e mensalidades.

II. Em Escola Pública:

Reembolso semestral, mediante comprovação dos gastos com material escolar e uniforme, referentes ao 1º (primeiro) e ao 2º (segundo) semestre do ano, realizadas até junho e até dezembro, respectivamente.

Parágrafo 3º - O Auxílio Ensino Médio será concedido ao público referido no caput, cursando o Ensino Médio, até a idade de 19 (dezenove) anos e 11 (onze) meses, prorrogável até o final do ano letivo, na forma de reembolso de 70% (setenta por cento) das despesas escolares, limitado ao valor de cobertura da tabela da Companhia, nas seguintes condições:

I. Em Escola Particular:

Reembolso mensal de matrícula e mensalidades.

II. Em Escola Pública:

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FIFN

DS
MADS
Rubrica
GLA



Reembolso semestral, mediante comprovação dos gastos com material escolar e uniforme, referentes ao 1º (primeiro) e ao 2º (segundo) semestre do ano, realizadas até junho e até dezembro, respectivamente.

Parágrafo 4º - Aos empregados, cujos filhos estudem em escola classificada como particular, mas que comprovem por meio da declaração escolar a isenção de mensalidades, incluindo a concessão de bolsa integral, poderão optar pelo tratamento como se o beneficiário estivesse cursando o ensino público.

Parágrafo 5º - Os empregados cujos filhos estudem em escola sem fins lucrativos, mas com cobrança de mensalidades, poderão optar pelo tratamento como se o beneficiário estivesse cursando o ensino particular.

Parágrafo 6º - Aos empregados, cujos filhos inscritos na Assistência Pré-Escolar e no Auxílio Ensino Fundamental venham a completar a idade limite definida nos respectivos Benefícios (5 (cinco) anos e 11 (onze) meses e 17 (dezessete) anos e 11 (onze) meses respectivamente) no decorrer do ano letivo, a Companhia garante a continuidade do reembolso até o encerramento desse ano letivo.

Cláusula 24. Programa Jovem Universitário

A Companhia manterá a concessão do Programa Jovem Universitário voltado ao incentivo do ensino universitário, aos filhos (as) e enteados (as) de empregados (as) que foram inscritos no referido Programa até 30/09/2019, e que atendam aos critérios estabelecidos na presente cláusula e em padrão normativo da Companhia.

Parágrafo 1º - O incentivo se dará na forma de reembolso de 60% (sessenta por cento) das despesas comprovadas com a universidade, limitado ao valor de cobertura da tabela existente na Companhia, nas seguintes condições:

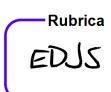
I. Em Universidade Particular:

Reembolso mensal de matrícula e mensalidades.

II. Em Universidade Pública:

Reembolso semestral dos gastos com material (livros e apostilas).

Parágrafo 2º - Para manutenção da concessão do Programa Jovem Universitário são necessários os seguintes requisitos:





- I. Filhos (as) solteiros (as) e devidamente registrados no Programa até 24 (vinte e quatro) anos e que ainda não tenham formação em nível superior;
- II. Enteados (as) solteiros (as) que sejam inscritos no Programa Multidisciplinar de Saúde – AMS, devidamente registrados no Programa até 24 (vinte e quatro) anos e que ainda não tenham formação em nível superior.

Parágrafo 3º - O pagamento do benefício será descontinuado imediatamente no caso de alteração de curso de nível superior constante da inscrição imediatamente anterior a vigência do Acordo Coletivo de Trabalho 2019-2020 ou no caso de trancamento de período letivo.

Cláusula 25. Benefícios Educacionais e Programa Jovem Universitário

A Companhia reajustará as tabelas do Auxílio-Creche/Acompanhante, do Auxílio Ensino (Assistência Pré-Escolar, Auxílio Ensino Fundamental, Auxílio Ensino Médio) e do Programa Jovem Universitário em 01/01/2026 em 6,17% (seis vírgula dezessete por cento), e que vigorarão até 31/12/2026 e, em 01/01/2027, pela variação acumulada em 12 (doze) meses no Subitem “Educação” do Índice Geral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, referente ao período de 01/09/2025 a 31/08/2026.

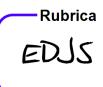
Cláusula 26. Prazos do benefício educacional

O sistema de inscrição e comprovação dos benefícios educacionais é um autosserviço sendo responsabilidade do empregado acompanhar e realizar as inscrições e comprovações dentro dos prazos estabelecidos. A não comprovação na forma e nos prazos estabelecidos no regramento interno acarretará desconto do valor integral do benefício.

Cláusula 27. Readaptação Funcional

A Companhia manterá a atual política de readaptação para o empregado reabilitado pela instituição previdenciária, em cargo compatível com a redução de sua capacidade laborativa, ocorrida em razão de acidente ou doença, segundo parecer médico do órgão oficial, observadas, quanto à remuneração, as disposições da legislação.

Cláusula 28. Benefício Afastamento ACT para Empregado Aposentado pelo INSS e Afastado por Motivo de Doença





A Companhia concederá o Benefício Afastamento ACT para o empregado aposentado pelo INSS, que esteja com o contrato de trabalho em vigor na Companhia e que venha a se afastar do trabalho por prazo superior a 15 (quinze) dias, em decorrência de acidente de trabalho ou doença profissional, durante os 4 (quatro) primeiros anos de afastamento, e durante os 3 (três) primeiros anos de afastamento para as demais doenças ou acidentes não relacionados ao trabalho, desde que o empregado não faça jus a benefício de auxílio doença concedido por plano de previdência patrocinado pela Petrobras Biocombustível, enquanto a unidade de saúde da Companhia mantiver o afastamento.

Parágrafo 1º - O empregado admitido na Companhia já aposentado pelo INSS não fará jus ao Benefício Afastamento ACT.

Parágrafo 2º - O Benefício Afastamento ACT será de 70% (setenta por cento) da remuneração normal do empregado aposentado.

Parágrafo 3º - O pagamento do Benefício Afastamento ACT está condicionado à inexistência de incapacidade permanente para o trabalho, desde que atestada pela unidade de saúde da Companhia.

Parágrafo 4º - Cessará o pagamento desse Benefício, antes de completados os prazos citados no caput, quando:

- I. Sem motivo justificado, o empregado deixar de cumprir o tratamento previsto;
- II. Houver, por parte do empregado, comprovada recusa em realizar o tratamento prescrito, garantindo ao empregado o seu direito de livre escolha médica;
- III. Houver comprovada recusa do empregado em participar do programa de reabilitação e/ou readaptação profissional;
- IV. O empregado exercer, durante o período de afastamento qualquer atividade remunerada;
- V. O empregado, sem motivo justificado, deixar de comparecer à convocação da unidade de saúde da Companhia.

Cláusula 29. Auxílio Cuidador - empregado com deficiência

A Petrobras Biocombustível assegurará o Auxílio Cuidador para empregado com deficiência cadastrado na Companhia, que comprove a utilização de serviços de cuidador, atendente pessoal ou acompanhante no trabalho, para auxílio das atividades da vida diária (AVD), em razão da sua deficiência.

Parágrafo 1º - Para fazer jus ao Auxílio Cuidador o empregado deverá passar por uma avaliação técnica, conforme regulamentação normativa.



Parágrafo 2º - O auxílio pecuniário para pagamento de cuidador, atendente pessoal ou acompanhante é no valor máximo de 1 (um) salário-mínimo nacional, reembolsado ao empregado mensalmente.

Parágrafo 3º - A responsabilidade pela seleção, contratação e pagamento das obrigações trabalhistas é exclusiva do empregado.

Parágrafo 4º - Nas situações em que o empregado com deficiência, for elegível ao auxílio cuidador do PAE ou auxílio cuidador do PAD ou ainda ao auxílio cuidador do Idoso, não terá direito a receber o benefício da Petrobras Biocombustível em concomitância ao recebimento dos auxílios previstos na cobertura do plano de saúde, tendo que optar pela utilização de um dos benefícios.

Cláusula 30. Auxílio Funeral

Pagamento de um valor pecuniário, aos familiares, de caráter indenizatório, em caso de falecimento de empregado(a) próprio(a) com contrato de trabalho vigente por qualquer motivo.

Parágrafo 1º - O valor do auxílio funeral será de pagamento único, no valor até R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais), mediante comprovação, destinado às despesas de funeral de empregado(a) próprio independente de cargo, função, motivo e local do falecimento quando este ocorrer a partir de 01/01/2026.

Parágrafo 2º - O regramento interno orientará os detalhes, as condições de requerimento do benefício e a forma de comprovação.

Cláusula 31. Autosseguro

A Companhia assegurará o pagamento de benefício de autosseguro aos familiares dos(as) empregados(as) próprios(as), a partir de 01/01/2026, conforme regras previstas nesta cláusula e em regramento interno, nos casos de morte ou aposentadoria por invalidez (incapacidade permanente) decorrente de acidente de trabalho, incluindo os classificados como acidentes de trajeto.

Parágrafo 1º - O valor do seguro será de um pagamento único de R\$400.000,00 (Quatrocentos mil reais).

Rubrica
A handwritten signature in black ink, enclosed in a blue rectangular box.

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GL



Parágrafo 2º - Para empregados expatriados que já recebem o seguro obrigatório previsto em lei, o autosseguro será realizado na condição de complemento quando o seguro já fornecido para este público for inferior ao autosseguro. O complemento do autosseguro somente será pago quando o somatório de demais seguros for inferior a R\$400.000,00 (Quatrocentos mil reais).

Parágrafo 3º - O regramento interno orientará os detalhes e condições de requerimento do benefício.

Cláusula 32. Beneficiários do Plano Assistência Multidisciplinar de Saúde - AMS

A Companhia concederá o Plano AMS para empregados, aposentados, pensionistas, e seu respectivo grupo familiar, desde que atendam aos critérios de elegibilidade constantes no Regulamento do Plano AMS.

Parágrafo 1º - São beneficiários dependentes:

- I. Cônjugue ou Companheiro (a);
- II. Filho (a);
- III. Enteado (a);
- IV. Criança ou adolescente em processo de adoção (com até 18 anos);
- V. Criança ou adolescente (com até 18 anos), com guarda definitiva para o titular, somente no caso de crianças e/ou adolescentes órfãos de pais e mães, quando houver impedimento legal para adoção pelo titular relacionados a parentesco, gozando das mesmas condições de dependente filho.

Parágrafo 2º - Fica assegurada a cobertura do Plano AMS por até 30 dias de vida aos recém-nascidos filhos de beneficiários do Plano AMS, conforme previsto na Lei 9.656/98.

Parágrafo 3º - Os dependentes dos empregados que perdem o Plano AMS por optar por entrar em licença sem remuneração para acompanhar cônjuge expatriado poderão ser absorvidos temporariamente como dependentes na matrícula do cônjuge expatriado, ainda que não guardem vínculo de elegibilidade com essa nova matrícula, enquanto perdurar o período de expatriação, a relação conjugal ou a licença sem remuneração, o que for menor.

Parágrafo 4º - A Companhia continuará assegurando a possibilidade de ingresso no Plano 28 aos filhos e enteados dos beneficiários titulares (empregados e aposentados), que não se enquadrem na condição de beneficiários universitários e com idade dos 21 (vinte e um) até

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GL



completar 29 (vinte e nove) anos. Será permitida a permanência no plano até a data em que o dependente completar 34 (trinta e quatro) anos de idade.

Parágrafo 5º - A manutenção do empregado após desligamento da Petrobras Biocombustível no plano AMS com enquadramento na Tabela de Grande Risco (anexos V e VI) ou Tabela de Grande Risco Sem Petros (anexos VII e VIII) é assegurada somente nos casos em que não haja desligamento por justa causa e desde que cumpridos os seguintes critérios:

- I. Empregados que ingressaram na Cia. por PSP, aposentados ou não na época da admissão - desde que tenham contribuído por, no mínimo, 10 (dez) anos consecutivos e imediatamente anteriores a data de desligamento da Petrobras Biocombustível, no caso de admissão a partir de 01/01/2010, e desde que comprovem concessão do benefício de aposentadoria pelo INSS. Quando houver lapso temporal na contagem da contribuição do empregado relacionado à perda do benefício por licença sem vencimentos, cessão, ou suspensão do contrato de trabalho para assumir função de dirigente nas Participações Societárias da Petrobras esse período será desconsiderado e, cumpridas as demais exigências estabelecidas nesta cláusula, o empregado terá direito a manter o plano após o desligamento, desde que o período total de contribuição atinja o mínimo de 10 (dez) anos.

Parágrafo 6º - Para os aposentados, cujo desligamento tenha ocorrido a pedido, que não atenderem aos critérios citados no inciso I do parágrafo anterior, será oferecida a opção de permanência no Plano AMS por período proporcional estabelecido na legislação vigente (RN 488 da ANS ou a que vier substitui-la), por meio de enquadramento na Tabela Específica de Custeio (anexos IX e X).

- I. Essa regra também se aplica aos empregados nas situações de desligamento sem justa causa.

Parágrafo 7º - O tempo mínimo de contribuição (10 anos), de que tratam o inciso I do Parágrafo 5º, não será aplicado nos casos em que o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS vier a conceder ao empregado a aposentadoria por incapacidade permanente.

Parágrafo 8º - A Companhia manterá o Plano AMS para empregados que não recebem remuneração da Petrobras Biocombustível nos seguintes casos:

- I. Empregados aposentados pelo INSS, que estejam com contrato de trabalho em vigor na Companhia, quando estiverem impedidos de trabalhar por motivo de doença ou acidente, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, mesmo nos casos de ausência de direito ou término de recebimento do benefício afastamento ACT (Cláusula "Benefício Afastamento ACT para Empregado Aposentado pelo INSS e Afastado por Motivo de Doença"), desde que apresentem contracheque com o benefício aposentadoria pelo INSS, cujo valor será

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GL



utilizado como referência de renda para enquadramento nas Tabelas de custeio do Plano AMS.

- II. Empregados com afastamentos prolongados, a partir do término de direito à complementação salarial por parte da Petrobras Biocombustível. Nesse caso, o enquadramento nas Tabelas de custeio do Plano AMS seguirá, como referência de renda, o valor do auxílio por incapacidade temporária do INSS recebido pelo empregado.

Parágrafo 9º - É garantida ao beneficiário titular aposentado a inclusão de novos dependentes no Plano AMS.

Parágrafo 10º - São considerados pensionistas aqueles reconhecidos e mantidos pelo INSS, desde que tenham sido inscritos como dependentes no plano AMS pelo empregado ou aposentado em vida e estejam inscritos e com validade na data do óbito do titular.

- I. Não há exigência de tempo mínimo de contribuição para o Plano AMS para manutenção dos pensionistas após falecimento do titular.
- II. Não é admitida a inclusão de dependentes por pensionistas, à exceção de filhos póstumos do beneficiário titular falecido.

Parágrafo 11º - Haverá perda da condição de beneficiário do Plano AMS para os titulares e, consequentemente, o seu grupo de dependentes, quando:

- I. Solicitarem sua exclusão;
- II. Incorrerem em fraudes praticadas pelos beneficiários titulares;
- III. Sejam aposentados e tenham causado prejuízo financeiro para a Companhia, decorrente de fraude ou corrupção comprovadas, quando estavam na ativa;
- IV. Vierem a falecer;
- V. Tiverem extinção do seu contrato de trabalho devido a demissão por justa causa;
- VI. Tiverem suspenso seu contrato de trabalho por licença sem remuneração;
- VII. Tiverem suas aposentadorias suspensas ou canceladas pelo INSS;
- VIII. Nos casos específicos de cobrança via boleto bancário, ocorrer inadimplência de pagamento ao Plano AMS por 60 (sessenta) dias em um período de um ano, consecutivos ou não. Uma vez suspenso o benefício nenhuma cobertura será disponibilizada, mesmo para os procedimentos de urgência e emergência. Os beneficiários inadimplentes poderão retornar para o Plano AMS em até 90 (noventa) dias da data de suspensão, desde que quitado integralmente o débito. Após este prazo não será permitido o retorno.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GLA



Parágrafo 12º - Fica estabelecido o prazo de 5 anos para exercício do direito à manutenção no Plano AMS, previstos nos Parágrafos 5º, 7º e 10º desta Cláusula.

Cláusula 33. Custeio do Plano AMS

O custeio das despesas com o Plano AMS será feito por meio da participação financeira da Companhia e dos Beneficiários Titulares ou responsáveis financeiros ("rateio"), na proporção de 70% (setenta por cento) dos gastos cobertos pela Companhia e os 30% (trinta por cento) restantes pelos Beneficiários Titulares ou responsáveis financeiros, da seguinte maneira:

- I. até 28/02/2026, somente as despesas assistenciais serão consideradas no rateio;
- II. a partir de 01/03/2026, serão considerados no rateio as despesas assistenciais e os custos administrativos, ou seja, a proporção 70/30% passará a incidir sobre o custo total do Plano AMS.

Parágrafo 1º - Devido à modificação dos custos do Plano AMS, decorrente das novas coberturas e novos programas implementados, atendimento às sugestões da Comissão de AMS e, ainda, em razão de outros fatores (como variação dos custos médico-hospitalares), a operadora do Plano AMS, seguindo as regras definidas pela Petrobras Biocombustível, apurará anualmente, após o fechamento do exercício, se a relação de custeio prevista nesta cláusula foi cumprida.

Parágrafo 2º - Todos os beneficiários titulares e responsáveis financeiros têm coparticipação financeira nos procedimentos de Pequeno Risco, do PAE e do Benefício Farmácia e são responsáveis pela contribuição mensal para custeio do Grande Risco, bem como pelas cobranças para cumprimento da relação de custeio, do saldo devedor e da cobrança extraordinária definida neste Acordo Coletivo de Trabalho.

- I. As cobranças serão realizadas por meio de:
 - a) desconto em folha de pagamentos dos empregados;
 - b) desconto em folha de proventos de aposentadoria ou pensão para quem recebe o benefício pela Petros;
 - c) cobrança por meio de boleto bancário nas seguintes situações (i) beneficiários Sem Petros, (ii) participantes da Petros que optarem no momento de sua aposentadoria por recebimento à vista de até 15% de suas reservas/saldo ('Parcela à Vista' no Plano Petros 2); (iii) beneficiários mantidos pela RN 488; (iv) empregados com contrato de trabalho suspenso listados no Parágrafo 8º da Cláusula "Beneficiários do plano AMS (Assistência Multidisciplinar de Saúde)".
 - d) nos casos dos beneficiários que não atendem aos critérios de elegibilidade do Plano AMS incluídos por determinação judicial, a cobrança será realizada da seguinte forma:





- i. Até 31/05/2026, preferencialmente em folha de pagamento ou proventos de aposentadoria e pensão. Os valores devidos e não arrecadados serão cobrados, de forma complementar, por boleto bancário.
- ii. A partir de 01/06/2026, integralmente por meio de boleto bancário.

Parágrafo 3º - É classificada como Grande Risco toda e qualquer assistência prestada em regime de internação hospitalar ou domiciliar, bem como os atendimentos de emergências e urgências dos beneficiários, realizados nos hospitais/casas de saúde que trabalhem com internação, além de determinados medicamentos e procedimentos de alta complexidade e/ou alto custo, cujo risco securitário seja elevado. Os atendimentos ambulatoriais realizados em ambiente hospitalar serão classificados como Pequeno Risco (modalidade de custeio que consiste em um percentual de coparticipação financeira do beneficiário titular sobre os custos de procedimentos assistenciais prestados fora do regime de internação hospitalar e domiciliar, a exemplo de exames, consultas, procedimentos realizados ambulatorialmente, procedimentos odontológicos e tratamentos seriados como fisioterapia, psicoterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional).

Parágrafo 4º - A coparticipação dos beneficiários titulares e/ou responsáveis financeiros e dos seus dependentes no custeio dos procedimentos classificados como de Pequeno Risco do Plano AMS será efetuada conforme Tabela de Participação Pequeno Risco (Anexo XI).

- I. No caso de aposentados e pensionistas participantes da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, a base de cálculo considerará os proventos decorrentes da previdência social somados aos proventos decorrentes da Petros.
- II. No caso de empregados aposentados pelo INSS com contrato de trabalho suspenso, conforme Parágrafo 8º da Cláusula "Beneficiários do plano AMS (Assistência Multidisciplinar de Saúde)", a base de cálculo considerará o valor do benefício previdenciário recebido.
- III. No caso de empregados com afastamentos prolongados com contrato de trabalho suspenso, conforme parágrafo 8º da Cláusula "Beneficiários do plano AMS (Assistência Multidisciplinar de Saúde)", a base de cálculo considerará o valor do auxílio por incapacidade temporária do INSS, recebido pelo empregado.
- IV. A cobrança de valores respeitará o estabelecido na cláusula "Da Margem Consignável".
- V. Para os beneficiários não participantes da Petros que se desligaram da Companhia, o percentual de coparticipação no Pequeno Risco será conforme faixa específica "Beneficiários Sem Petros" da Tabela de Participação Pequeno Risco (Anexo XI).
- VI. Os beneficiários participantes da Petros que optarem no momento de sua aposentadoria por recebimento à vista de até 15% de suas reservas/saldo ('Parcela à Vista' no Plano

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GL



Petros 2) serão enquadrados na mesma faixa salarial (faixa MSB) na qual estavam na data do desligamento.

VII. Os beneficiários (i) incluídos por determinação judicial; (ii) mantidos pela RN 488; e (iii) inscritos no Plano 28 terão coparticipação no Pequeno Risco conforme faixas específicas da Tabela de Participação Pequeno Risco (Anexo XI).

Parágrafo 5º - A coparticipação financeira dos beneficiários titulares ou responsáveis financeiros no custeio dos serviços de Ortodontia será de 50% (cinquenta por cento), independentemente da classe de renda do titular.

Parágrafo 6º - A participação dos beneficiários titulares e/ou responsáveis financeiros e dos seus dependentes no custeio dos procedimentos classificados como de Grande Risco no Plano AMS será efetuada por meio de contribuições mensais fixas, conforme valores previstos na Tabela de Grande Risco (anexo V e VI), na Tabela de Grande Risco Sem Petros (anexo VII e VIII) e na Tabela Específica de Custeio (anexos IX e X).

- I. Para os Beneficiários sem Petros o valor da contribuição do Grande Risco será aquela prevista na Tabela de Grande Risco Sem Petros (anexos VII e VIII).
- II. Os beneficiários participantes da Petros que optarem no momento de sua aposentadoria por recebimento à vista de até 15% de suas reservas/saldo ('Parcela à Vista' no Plano Petros 2) serão enquadrados na mesma faixa salarial (faixa MSB) e tabela de custeio na qual estavam na data do desligamento.
- III. Os beneficiários (i) incluídos por determinação judicial; (ii) mantidos pela RN 488; e (iii) inscritos no Plano 28 contribuirão para o Grande Risco conforme Tabela Específica de Custeio (anexos IX e X).
- IV. Empregados aposentados pelo INSS com contrato de trabalho suspenso, conforme Parágrafo 8º da Cláusula "Beneficiários do plano AMS (Assistência Multidisciplinar de Saúde)", serão enquadrados na Tabela de Grande Risco (anexos V e VI) de acordo com o valor do benefício previdenciário recebido.
- V. Empregados com afastamentos prolongados com contrato de trabalho suspenso, conforme Parágrafo 8º da Cláusula "Beneficiários do plano AMS (Assistência Multidisciplinar de Saúde)", serão enquadrados na Tabela de Grande Risco (anexos V e VI) de acordo com o valor do auxílio por incapacidade temporária do INSS, recebido pelo empregado.

Parágrafo 7º - A Tabela de Grande Risco (anexo VI), a Tabela de Grande Risco Sem Petros (anexo VIII) e a Tabela Específica de Custeio (anexo X) passarão a vigorar em 01/03/2026, ocasião em que serão reajustadas pela variação acumulada em 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, grupo Saúde e Cuidados Pessoais – IPCA Saúde e Cuidados Pessoais e vigorarão até 28/02/2027. Em 01/03/2027, as referidas tabelas (anexos VI, VIII e X) serão reajustadas pelo mesmo índice, apurado pela variação acumulada em 12 (doze) meses.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



Parágrafo 8º - Os beneficiários titulares empregados serão distribuídos por faixa etária e em classes de renda para fins de cálculo de participação no custeio do Grande Risco do Plano AMS.

I. Os dependentes serão enquadrados de acordo com sua faixa etária e a classe de renda do beneficiário titular ou responsável financeiro. Com exceção dos dependentes incluídos por determinação judicial e dos dependentes inscritos no Plano 28, cujo enquadramento será em Tabela Específica de Custeio (anexos IX e X), conforme inciso III do parágrafo 6º.

Parágrafo 9º - No cálculo da participação de empregados, deverão ser consideradas todas as parcelas de rendimentos, à exceção de:

- I. 13º (décimo terceiro) Salário;
- II. Gratificação de férias;
- III. Diárias de viagem (exceto ajuda de custo complementar);
- IV. Adicional de interinidade, quando em substituição do titular afastado até o limite de 60 (sessenta) dias;
- V. Vantagens por motivo de transferência;
- VI. Pagamento por serviço extraordinário;
- VII. Benefícios;
- VIII. Participação nos Lucros e Resultados – PLR;
- IX. Abono ou Gratificação Contingente;
- X. Pagamento de Remuneração Variável.

Parágrafo 10º - No cálculo da participação dos aposentados ou pensionistas na Tabela de Grande Risco (anexos V e VI), deverão ser consideradas todas as parcelas, à exceção do 13º (décimo terceiro) salário. Os dependentes serão enquadrados na mesma faixa de renda dos Beneficiários Titulares, exceto os dependentes inscritos no Plano 28 e os dependentes incluídos por determinação judicial, cujo enquadramento será na Tabela Específica de Custeio (anexos IX e X), conforme inciso III, Parágrafo 6º da desta Cláusula. No caso de aposentados e pensionistas participantes da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, o enquadramento na faixa de contribuição considerará na base de cálculo os proventos decorrentes da previdência social somados aos proventos decorrentes da Petros.

I. O disposto no parágrafo acima não se aplica nos casos dos beneficiários participantes da Petros que optarem no momento de sua aposentadoria por recebimento à vista de até 15% de suas reservas/saldo ('Parcela à Vista' no Plano Petros 2), os quais serão cobrados de acordo com o enquadramento na faixa salarial (faixa MSB) na qual estavam na data do desligamento.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



Parágrafo 11º - A Petrobras Biocombustível e as Entidades Sindicais, visando o adequado cumprimento da Relação de Custeio do Plano AMS prevista no caput desta Cláusula, concordam com a manutenção da contribuição extraordinária de 2% (dois por cento) incidente nos pagamentos de abonos, da PLR e/ou de Programas de Remuneração Variável, recebidos pelos beneficiários titulares que estiverem com direito ao plano de saúde na competência dos referidos pagamentos.

Parágrafo 12º - Fica estabelecido o cotista "Sustentabilidade do Plano AMS" do Fundo de Investimentos da Petrobras, constituído com valores arrecadados dos beneficiários quando da apuração de superávit da Relação de Custeio descrita no caput desta Cláusula.

- I. Os valores relacionados ao superávit no cumprimento da relação de custeio do Plano AMS migrarão para o cotista "Sustentabilidade do Plano AMS" do Fundo de Investimentos da Petrobras, garantindo a esses valores rendimento igual ao do Caixa da Petrobras Biocombustível.
- II. O resultado da apuração do cumprimento da relação de custeio, nas condições previstas no caput desta cláusula, deverá ser submetido à apreciação de auditoria externa, a ser contratada pela operadora do Plano AMS previamente à destinação de valores para o cotista ou previamente à cobrança adicional para o cumprimento da relação de custeio.
- III. O acompanhamento do desempenho do investimento do cotista "Sustentabilidade do Plano AMS" será feito na Comissão de AMS da Petrobras, por meio da apresentação pela Petrobras Biocombustível sobre o rendimento dos valores, para ciência das entidades sindicais.
- IV. Os recursos do cotista "Sustentabilidade do Plano AMS" terão destinação exclusiva para cobertura de déficits futuros na relação de custeio.
- V. As partes acordam que os valores referentes ao superávit da relação de custeio de 2024 serão destinados a criação e investimento do cotista "Sustentabilidade do Plano AMS" no Fundo de Investimentos da Petrobras.

Parágrafo 13º - Na ocorrência de eventuais desequilíbrios na Relação de Custeio em valor superior ao montante disponível para o cotista "Sustentabilidade do Plano AMS" do Fundo de Investimentos da Petrobras, o déficit residual deverá ser cobrado aos beneficiários do Plano AMS em até 06 (seis) parcelas mensais, de julho a dezembro do ano da apuração. Para a definição dos valores a serem pagos, será considerado o percentual do valor residual do déficit em relação ao total dos valores arrecadados e a distribuição respeitará a tabela de custeio da qual o beneficiário é enquadrado.

- I. O cálculo para cumprimento da relação do custeio por beneficiário em caso de déficit será realizado da seguinte forma: Cumprimento da Relação de Custeio por beneficiário = percentual do valor residual do déficit * valor da contribuição anual. Onde:

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GCL



- a) Valor residual do déficit = valor do déficit – o montante disponível para o cotista "Sustentabilidade do Plano AMS" do Fundo de Investimentos da Petrobras
 - b) percentual do valor residual do déficit = valor residual do déficit ÷ arrecadação total da carteira
 - c) valor da contribuição anual = valor da contribuição mensal do GR x 12 (doze) parcelas
- II. Em caso de déficit na relação de custeio, os valores referentes ao cumprimento da relação de custeio por beneficiário serão cobrados, respeitando-se o limite mensal estabelecido na cláusula "Da Margem Consignável".

Parágrafo 14º - O saldo devedor é formado quando o valor das despesas com o Plano AMS ultrapassa o limite de desconto do beneficiário titular (empregados, aposentado) ou responsável financeiro (pensionista) ou quando não há efetivação dos valores cobrados.

Parágrafo 15º - A cobrança dos valores do saldo devedor é feita de forma automática, mensal, cumulativa e ininterrupta, conforme as regras estabelecidas na cláusula "Da Margem Consignável".

Parágrafo 16º - A Petrobras Biocombustível deixará de fazer cobranças relacionadas ao Plano AMS referentes a beneficiários falecidos, a partir da data de comunicação do óbito, incluindo despesas pretéritas de contribuição mensal, utilização do benefício e de saldo devedor, quando houver.

Cláusula 34. Cobertura do Plano AMS

Os atendimentos cobertos pelo Plano AMS são isentos de carência quando da inscrição de beneficiários titulares e de dependentes no Plano.

Parágrafo 1º - Nas situações de reinclusão de beneficiários titulares empregados ou reinclusão de dependentes, o plano AMS aplicará períodos de carência nos limites admitidos no art. 12 da Lei 9656.

- I. Essa regra não se aplica quando da reinclusão do beneficiário titular empregado e seus dependentes ao benefício em função de término de licença sem vencimentos, de cessão ou de suspensão do contrato de trabalho por exercício de função como dirigente nas Participações Societárias da Petrobras.

Parágrafo 2º - A Companhia garante a manutenção da cobertura de implante dentário a todos os beneficiários do plano AMS desde que tenham idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, observados os critérios técnicos para a sua utilização conforme normas do plano.

Parágrafo 3º - A Companhia garante a cobertura pelo plano AMS de alimentação e pernoite na rede hospitalar para acompanhantes de:





- I. Beneficiários internados, com idade superior a 55 (cinquenta e cinco) anos;
- II. Beneficiários com até 18 (dezoito) anos, inclusive;
- III. Doentes terminais;
- IV. Beneficiário com deficiência;
- V. Parturientes durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato – conforme determina a regulamentação da Agência Nacional de Saúde (ANS).

Parágrafo 4º - A Companhia garante a oferta do Programa de Assistência Especial (PAE) pelo Plano AMS aos seguintes beneficiários:

- I. Empregado da Petrobras Biocombustível com deficiência (beneficiário titular do plano AMS);
- II. Beneficiário dependente no Plano AMS, com os seguintes vínculos com o beneficiário titular, desde que atendam aos critérios de elegibilidade do PAE vigentes à época de sua inclusão:
 - III. Filho;
 - IV. Enteado;
- V. Criança ou adolescente em processo de adoção (com até 18 anos).
- VI. Criança ou adolescente (com até 18 anos), com guarda definitiva para o titular, somente no caso de crianças e/ou adolescentes órfãos de pais e mães, quando houver impedimento legal para adoção pelo titular relacionados a parentesco, gozando das mesmas condições de dependente filho.

Parágrafo 5º - A participação dos beneficiários no custeio do Programa de Assistência Especial – PAE será efetuada conforme Tabela de Participação do PAE (anexo XII).

Parágrafo 6º - A Companhia assegurará a cobertura do Auxílio Cuidador pelo plano AMS nas seguintes modalidades:

- I. Auxílio Cuidador PAE: para beneficiários inscritos no PAE, com reembolso no valor máximo de 1 (um) salário-mínimo nacional, necessitando de análise técnica e autorização prévia, conforme previsão normativa.
- II. Auxílio Cuidador do Idoso: para beneficiários do Plano AMS com mais de 60 (sessenta) anos e com capacidade funcional comprometida, com reembolso no valor máximo de 1 (um) salário-mínimo nacional, necessitando de análise técnica e autorização prévia, conforme previsão normativa.

Rubrica
A handwritten signature enclosed in a blue rounded rectangular box.

Rubrica
A handwritten signature enclosed in a blue rounded rectangular box.

Rubrica
A handwritten signature enclosed in a blue rounded rectangular box.

DS
Rubrica
A handwritten signature enclosed in a blue rounded rectangular box.



Parágrafo 7º - A Companhia garante a oferta do Programa de Benefício Farmácia pelo plano AMS, de acordo com as regras definidas no Regulamento AMS. O Benefício Farmácia contemplará duas modalidades de Cobertura/Custeio:

- I. Subsídio integral, sem custo para os beneficiários: medicamentos para o beneficiário nas faixas MSB até 4,8 (quatro vírgula oito); medicamentos de cobertura mínima obrigatória conforme o rol da ANS; e quaisquer outros medicamentos com preço unitário a partir de R\$ 5.000,01 (cinco mil reais e um centavo).
- II. Coparticipação (onde parte do custo é arcado pelo beneficiário) na aquisição dos medicamentos com valor unitário até R\$ 5.000,00 para beneficiários nas faixas MSB acima de 4,8 (quatro vírgula oito): aplicável para medicamentos com custo unitário acima de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), medicamentos de qualquer valor utilizados na linha de cuidado para pessoas transgênero e/ou em processo transexualizador e medicamentos de qualquer valor utilizados exclusivamente para o tratamento de doenças crônicas não transmissíveis ou psiquiátricas listadas no regulamento do Plano AMS.

Parágrafo 8º - A coparticipação dos beneficiários titulares e/ou responsáveis financeiros e dos seus dependentes no custeio dos medicamentos cobertos pelo Benefício Farmácia será conforme Tabela de Participação do Benefício Farmácia (anexo XIII).

- I. Haverá coparticipação diferenciada na aquisição de medicamento genérico, desde que dentro da regra de cobertura do Benefício Farmácia, aplicável somente na modalidade de reembolso e em faixa específica, conforme Tabela de Participação do Benefício Farmácia (anexo XIII). O referido reembolso com o percentual diferenciado entrará em vigor após 60 (sessenta) dias úteis da celebração deste Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo 9º - O Benefício Farmácia será oferecido através de três Formas de Aquisição:

- I. Delivery: quando o medicamento é comprado pela Plano AMS e entregue no domicílio do beneficiário ou outro local indicado por ele;
- II. Compra Direta na Rede Credenciada: quando o medicamento é comprado diretamente nas farmácias e drogarias credenciadas e o beneficiário paga somente sua coparticipação no ato da compra;
- III. Reembolso: quando o medicamento é comprado pelo beneficiário para posterior reembolso pelo Plano AMS.

Parágrafo 10º - Após 90 (noventa) dias úteis da celebração deste Acordo Coletivo de Trabalho, a cobertura através do Benefício Farmácia para medicamentos da classe terapêutica GLP-1 (Glucagon-Like Peptide-1) relacionados a diabetes mellitus e/ou controle de peso, estará garantida desde que prescritos por médicos dos programas de promoção e atenção à saúde do plano AMS.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GL



Parágrafo 11º - A Companhia garantirá a cobertura pelo plano AMS de até 100 (cem) glicofitas por mês para pacientes diabéticos insulinodependentes, mediante reembolso custeado pelo Pequeno Risco.

- I. O valor de reembolso é limitado ao Preço Máximo ao Consumidor (PMC) vigente.

Parágrafo 12º - O reembolso da Livre Escolha será efetuado conforme abaixo:

- I. O processo de reembolso ocorrerá em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da documentação completa pela Plano AMS;
- II. As negativas de reembolso e seus respectivos motivos serão comunicados ao beneficiário e/ou familiar responsável;
- III. A tabela com os valores de referência para fins de reembolso na modalidade de atendimento da Livre Escolha será disponibilizada no Portal do Plano AMS.

Parágrafo 13º - A Petrobras Biocombustível, em conjunto com a Petrobras, se compromete em manter na vigência do Acordo o Programa de Avaliação da Saúde do Aposentado (PASA).

Cláusula 35. Operação e gestão do plano de saúde

A Petrobras Biocombustível na qualidade de Patrocinadora realizará o monitoramento do desempenho, da governança, da gestão e da operação do Plano AMS, bem como zelará pela estratégia de saúde suplementar da Petrobras Biocombustível e adequação do benefício à política de RH da Cia., de modo a garantir a qualidade dos serviços prestados e adequação aos parâmetros de custeio que permitam preservar o plano AMS, mediante acompanhamento dos seguintes itens:

- I. Disponibilização dos critérios de Elegibilidade e Cobertura da AMS, do Regulamento vigente, bem como demais Cartilhas de Orientação ao Beneficiário com o detalhamento das regras vigentes no Portal do plano AMS.
- II. Capacitação das equipes operacionais de forma a garantir atendimento de qualidade aos beneficiários;
- III. Promoção do atendimento, acompanhamento e orientação dos beneficiários inscritos no PAE.
- IV. Adequação/Suficiência da atual Rede Credenciada, contemplando, sempre que possível, indicações recebidas dos beneficiários, particularidades regionais, em conformidade com a legislação da ANS;
- V. Busca de soluções alternativas de credenciamento para as regiões de baixa densidade de beneficiários, com o objetivo de fornecer uma solução que propicie cobertura ampla por meio de Rede Credenciada, além daquela prevista na Livre Escolha, prioritariamente nas áreas onde estão sendo desenvolvidos os novos empreendimentos da Companhia;

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GL



- VI. Manutenção de Rede credenciada de excelência. O credenciamento deverá considerar qualificação, habilitação e experiência dos profissionais. As exigências de qualificação e experiência contemplarão a realidade de cada região (especialmente a quantidade de credenciados e o número de beneficiários);
- VII. Acompanhamento das determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e recomendações das sociedades médicas e odontológicas, excetuando-se as de finalidade comercial ou estética, a fim de atualizar a composição das tabelas de procedimentos;
- VIII. Dispensa da exigência de autorização prévia para realização de procedimentos de urgência e emergência;
- IX. Liberação de procedimentos cobertos pelo plano AMS necessários ao diagnóstico e acompanhamento de pacientes internados em até 24 (vinte e quatro) horas, seja pelos canais de relacionamento do Plano ou a partir de avaliação in loco de auditor da operação do Plano AMS.
- X. Duração média estimada entre 5 (cinco) e 15 (quinze) dias úteis para autorização prévia, respeitando os prazos máximos estabelecidos pela ANS;
- XI. Autorização para os procedimentos eletivos que necessitem de perícia médica, somente após a realização da mesma.
- XII. Comunicação do resultado da solicitação de autorização pelos canais de relacionamento, sempre que acionados.
- XIII. Comunicação da negativa de autorização ao beneficiário e/ou familiar por ligação e/ou correio eletrônico, consoante determinação da ANS;

Parágrafo Único - A Companhia manterá as Entidades Sindicais informadas acerca da atualização dos aperfeiçoamentos dos procedimentos técnicos e administrativos do Plano AMS.

I. Os aperfeiçoamentos de que trata este parágrafo, que vierem a acrescer os custos atuais, só serão implementados mediante a manutenção da relação prevista no caput da cláusula "Custeio do Plano AMS".

Cláusula 36. Da Margem Consignável

A cobrança dos valores referentes à participação nos custos do atendimento aos beneficiários do Plano AMS será limitada pela margem de desconto de 15% (quinze por cento), ressalvadas as situações listadas no parágrafo 1º desta cláusula, observados critérios normativos do Plano AMS.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GCL



Parágrafo 1º - Situações em que não será respeitada a Margem Consignável das despesas do Plano AMS:

- I. Cobrança de despesas relativas aos procedimentos classificados como de Pequeno Risco realizados pelos beneficiários dependentes (filho ou enteado) na situação de Plano 28;
- II. Cobrança do valor referente à coparticipação financeira dos beneficiários que utilizarem o Benefício Farmácia;
- III. Todas as cobranças relacionadas a (i) beneficiários incluídos por determinação judicial e (ii) beneficiários mantidos pela RN 488.
- IV. Ressarcimento de despesas por uso indevido;
- V. Descontos de saldo devedor e de contribuição extraordinária (2%) realizados em folhas extraordinárias, referentes a remuneração variável ou abono.

Parágrafo 2º - A Companhia e as Entidades Sindicais reconhecem o caráter obrigatório e compulsório dos descontos das despesas decorrentes do Plano AMS e, no caso dos aposentados e pensionistas, a entidade sindical e seus representados: aposentados e pensionistas, reafirmam a autorização para que os respectivos descontos sejam efetuados junto à entidade de Previdência Privada Complementar, seja pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, seja por qualquer outra que o participante passe a integrar, considerados na base de cálculo, também, os proventos decorrentes da previdência social.

CAPÍTULO IV - DA SEGURANÇA NO EMPREGO

Cláusula 37. Procedimento de Dispensa sem Justa Causa

Na hipótese de proposição de dispensa sem justa causa o seguinte procedimento deverá ser observado no âmbito da unidade:

- I. Encaminhamento à gerência mediata, da proposta de dispensa do empregado;
- II. O Diretor de Contato ou o Diretor Presidente designará Comissão para analisar a proposta, a qual deverá se manifestar em um prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas. Essa Comissão será composta de 3 (três) empregados, incluindo 1 (um) representante da área de Recursos Humanos e 1 (um) empregado não-gerente;

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



- III. O empregado será comunicado da instauração do procedimento, facultando-se ao mesmo pronunciar-se junto à Comissão;
- IV. A Comissão, decidindo por maioria, deverá apresentar o seu parecer, recomendando formalmente:
 - a) A efetivação da dispensa; ou
 - b) A reconsideração da proposta de dispensa.

Cláusula 38. Excedente de Pessoal

A Companhia assegura, nos casos em que haja excedente de pessoal decorrente de reestruturações e/ou redução de atividades, buscar realocar o pessoal em outras unidades da Companhia, promovendo treinamento e requalificação quando necessário.

Parágrafo 1º - A Companhia comunicará as Entidades Sindicais, com antecedência, as ações de mobilização de empregados de sua base para outras regiões.

- I. A Companhia se compromete a analisar as demandas que venham a ser apresentadas pelas Entidades Sindicais em decorrência da comunicação acima.

Parágrafo 2º - A Companhia disponibilizará uma política de incentivos específica quando da mobilização dos empregados de uma região para outra, nos casos decorrentes de reestruturações e/ou redução de atividades.

Parágrafo 3º - A Companhia não promoverá despedida coletiva ou plúrima, motivada ou imotivada, nem rotatividade de pessoal (turnover), sem prévia discussão com as Entidades Sindicais.

- I. Excetuam-se do previsto no parágrafo acima os planos de demissão voluntária ou incentivada, bem como os processos de movimentação interna dos empregados.

Parágrafo 4º - Será garantida a permanência na Companhia de todos os empregados da Petrobras Biocombustível impactados por desinvestimentos, hibernações, desmobilizações prediais, descomissionamentos ou processos de redução de atividades, se assim desejarem, na vigência desse acordo.

- I. O disposto no parágrafo acima não se aplica aos casos de dispensa com justa causa.

Cláusula 39. Garantias de Emprego

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



A Companhia garante emprego e salário aos empregados nas seguintes condições:

- I. Gestante: à empregada gestante, até 7 (sete) meses após o parto, nos termos do estabelecido no item b, inciso II, do artigo 10 das Disposições Transitórias da Constituição Federal.
- II. Acidente de trabalho: ao empregado acidentado no trabalho, por 1 (um) ano, a partir da cessação do Auxílio-Doença acidentário. Esta garantia não vigorará nos casos de rescisão de contrato por justa causa.
- III. Portador de doença profissional: ao empregado portador de doença profissional, contraída no exercício do atual emprego serão observadas as mesmas condições e garantias relativas aos empregados acidentados no trabalho.

Cláusula 40. Implantação de Novas Tecnologias

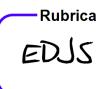
A implantação de novas tecnologias de trabalho terá como objetivo o aumento da produtividade, da qualidade dos trabalhos, da competitividade, da segurança e saúde dos empregados.

Parágrafo 1º - A Companhia assegura, a todos os empregados, que na implantação de novas tecnologias, quando necessário, serão mantidos programas de treinamento voltados para os novos métodos e para o exercício das novas funções.

Parágrafo 2º - A implantação de novas tecnologias que traga alterações substanciais será precedida de uma apresentação, sempre que solicitada pelas Entidades Sindicais e as CIPAs, cujas bases forem abrangidas, dos objetivos, avanços e ganhos sociais que tais melhorias acarretarão.

Cláusula 41. Realocação de Pessoal

A Companhia assegura que, no seu esforço de modernização e dentro de sua política de inovações tecnológicas, promoverá, quando necessário, a realocação dos empregados envolvidos, proporcionando, ainda, treinamento nas novas funções, respeitadas as condições específicas, tabelas salariais e regimes de trabalho dessas novas funções.





CAPÍTULO V - DO PLANEJAMENTO, RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Cláusula 42. Provimento de Funções de Direção

Os contratos para provimento de funções de Direção, Chefia e Assessoramento, de funções não integrantes do Planos de Cargos e os Técnicos Estrangeiros não se vincularão ao quadro permanente da Companhia, devendo o contrato extinguir-se ao final do mandato, da missão, do prazo estipulado, ou do mandato do Dirigente a que esteja vinculado.

Cláusula 43. Homologação de Rescisão Contratual

Acordam a Companhia e as Entidades Sindicais que as homologações das rescisões dos contratos de trabalho dos empregados deverão ser realizadas presencialmente conforme procedimento dos sindicatos representativos da categoria profissional, desde que no local exista representação da entidade de classe e que não haja recusa da referida entidade por qualquer motivo.

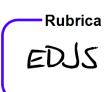
Parágrafo Único - Alternativamente, para assegurar maior conveniência e acessibilidade às partes envolvidas, as homologações poderão ser realizadas de forma digital, por meio de videoconferência, desde que previamente acordado entre a Companhia, o empregado e a entidade sindical, respeitando-se os mesmos critérios e procedimentos aplicáveis às homologações presenciais.

Cláusula 44. Preservação Familiar

A Companhia, em situações de transferência, buscará compatibilizar, quando houver interesse das partes, as necessidades da empresa com aquelas dos empregados, buscando priorizar a mobilidade dos trabalhadores/as com família constituída com o objetivo de preservar a unidade familiar.

Cláusula 34. Movimentação de empregado público (Lei 15.175/2025)

Em atendimento a lei nº 15.175, de 23 de julho de 2025, a Petrobras Biocombustível garante o direito de transferência de seus empregados para acompanhar cônjuge ou companheiro(a) servidor(a) público(a), militar ou empregado(a) público(a), que tenha sido deslocado(a) no interesse da administração pública.





Parágrafo Único - A transferência ocorrerá a pedido do(a) empregado(a), sem pagamento de vantagens e/ou adicionais decorrentes desta movimentação, e dependerá da existência de filial ou representação na localidade para a qual se pretende a transferência, respeitando-se as atribuições compatíveis com o cargo ou ênfase ocupado e natureza da unidade de destino.

CAPÍTULO VI - DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Cláusula 45. Faltas Acordadas

A Companhia, as Entidades Sindicais acordam que será permitido faltar até 5 (cinco) vezes ao ano, acarretando, essas faltas, descontos nos salários dos empregados que delas se utilizarem.

Parágrafo Único - Será indispensável o entendimento prévio do empregado com a gerência imediata, salvo situações excepcionais que deverão ser submetidas ao gerente no dia subsequente à falta. Nesse caso, a respectiva falta não gerará nenhum outro efeito, senão o desconto no salário.

Cláusula 35. Exercício do Direito ao Voto

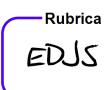
A Companhia envidará esforços para viabilizar que os seus empregados possam exercer o direito constitucional de voto nas eleições gerais, municipais, plebiscitos e referendos, observados os diferentes regimes e escalas de trabalho e a necessidade de continuidade das atividades operacionais.

Parágrafo Único - As unidades operacionais, de acordo com suas condições específicas e respeitadas as questões técnicas, de segurança e de continuidade das operações, poderão analisar ajustes de horário, sempre que possível, de modo a facilitar o comparecimento do empregado à seção eleitoral.

Cláusula 46. Empregada vítima de violência doméstica e familiar

A Petrobras Biocombustível concederá afastamento de 14 (quatorze) dias corridos para empregadas vítimas de violência doméstica e familiar. Para obter este abono, a empregada

40





deverá apresentar cópia do registro da ocorrência policial ou da medida protetiva que comprove a causa prevista, conforme padrão normativo interno, a partir da assinatura deste ACT.

Parágrafo Único - A Petrobras Biocombustível viabilizará as devidas condições para realização do trabalho pelo público descrito no caput, inclusive realizando a realocação de posto ou movimentação de local de trabalho, sendo essa alteração, para todos os efeitos, considerada por interesse da Companhia.

Cláusula 47. Jornadas de Trabalho

A Companhia continuará praticando as jornadas de trabalho específicas a cada regime, conforme descritas em tabelas (anexos XIV e XV).

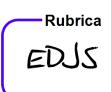
Parágrafo 1º - A Companhia manterá em 200 (duzentas), 180 (cento e oitenta), 168 (cento e sessenta e oito), 160 (cento e sessenta), 150 (cento e cinquenta) e 120 (cento e vinte) o Total de Horas Mensais (THM) para pagamento e desconto de ocorrências de frequência, respectivamente, 40 (quarenta) horas, 36 (trinta e seis) horas, 33 (trinta e três) horas e 36 (trinta e seis) minutos, 32 (trinta e duas) horas, 30 (trinta) horas e 24 (vinte e quatro) horas, todas por média.

Parágrafo 2º - A Companhia manterá os critérios e procedimentos referentes a descontos de faltas sem motivo justificado e quanto ao número de horas descontadas em função de cada tipo de regime e jornada adotados, bem como os respectivos descontos concomitantes dos números proporcionais de horas referentes ao repouso semanal remunerado.

Parágrafo 3º - As partes acordam que, no período compreendido de 07/08/2017 a 31/08/2019, o Regime Especial de Turno Ininterrupto de Revezamento de 12 (doze) horas foi regido pelas disposições previstas nos acordos coletivos regionais específicos firmados de cada tema.

Cláusula 48. Jornada de Trabalho - Turno Ininterrupto de Revezamento

Em atendimento ao inciso XIV do artigo 7º da Constituição Federal, a carga semanal do pessoal engajado no esquema de turno ininterrupto de revezamento é de cinco grupos de turnos, com jornada de 8 (oito) horas diárias, perfazendo 33 (trinta e três) horas e 36 (trinta e seis) minutos em média, sem que, em consequência, caiba pagamento de qualquer hora extra, garantido, porém, o pagamento dos adicionais de trabalho noturno, hora de repouso e alimentação e periculosidade, quando couber.





Parágrafo 1º - A tabela de turno de 8 (oito) horas que será implantada na Unidade deverá ser escolhida dentre as tabelas já validadas pela Companhia (anexo XVI) e definida em votações realizadas pelos empregados, cuja escolha foi respaldada pela Entidade Sindical, traduzindo, portanto, os anseios da categoria, além de estar consoante a legislação aplicável, sobretudo no que tange à compensação de jornada, decorrente das escalas de turno, conforme a relação trabalho x folga prevista na legislação pertinente e por acordo coletivo. A tabela aprovada pelos empregados deverá ser implantada pela Companhia em até 30 (trinta) dias, após a comunicação via ofício pelo sindicato.

- I. A concessão das folgas que estão previstas na tabela de turno, a qual contém a escala de trabalho do turno ininterrupto de revezamento, quita a obrigação relativa ao repouso semanal remunerado de que tratam a Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 e os repousos previstos no artigo 67 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na legislação pertinente.
- II. As folgas e as jornadas de trabalho regulares serão distribuídas nas escalas de turno de que trata parágrafo 1º de forma que o número de jornadas de trabalho e de folga respeitem a proporção de 3x2 (três por dois), sem que as folgas precisem ser concedidas imediatamente após 1 (uma) jornada de trabalho.
- III. As ocorrências de mais de 1 (uma) jornada regular consecutiva de trabalho decorrentes dos arranjos das escalas de trabalho acordados, não gerarão, por força do presente acordo e durante a sua vigência, o pagamento de horas extraordinárias ou fruição de folgas não previstas nas referidas escalas de trabalho.
- IV. A legislação pertinente e o presente instrumento coletivo, ao estipular a quantidade de jornadas de trabalho e folgas 3x2 (três por dois), estabelecem apenas a proporção entre jornadas de trabalho e folgas. Os referidos diplomas legais e normativos não impõem obrigatoriedade de que as folgas sejam imediatamente consecutivas a cada jornada de trabalho. A distribuição das jornadas de trabalho e folgas prevista nas tabelas anexas atendem, para todos os efeitos, aos termos da legislação pertinente, ao presente Acordo Coletivo e aos interesses dos empregados.

Parágrafo 2º - Caso haja interesse na alteração da tabela atualmente praticada, o sindicato deverá informar a Companhia por ofício juntamente com ata de assembleia. Enquanto, isso será mantida a tabela já praticada.

Cláusula 49. Jornada de Trabalho - Turno Ininterrupto de Revezamento - 12 horas

A Companhia, onde julgar necessário e mediante prévia consulta à entidade sindical representante da respectiva base territorial, poderá implantar para os empregados, o turno ininterrupto de revezamento com jornada de 12 (doze) horas, de acordo com critérios pré-estabelecidos, mantendo a relação trabalho x folga de 1 x 1,5 (um por um e meio), com composição de 5 (cinco) grupos, sem que, em consequência, caiba pagamento de qualquer





hora extra, garantido, porém o pagamento dos adicionais de trabalho noturno, hora de repouso e alimentação e periculosidade, quando couber.

Parágrafo 1º - A tabela de turno de 12 (doze) horas que será implantada na Unidade deverá ser escolhida dentre as tabelas já validadas pela Companhia (anexo XVII) e definida em votações realizadas pelos empregados, cuja escolha foi respaldada pela Entidade Sindical, traduzindo, portanto, os anseios da categoria, além de estar consoante a legislação aplicável, sobretudo no que tange à compensação de jornada, decorrente das escalas de turno, conforme a relação trabalho x folga prevista na legislação pertinente e por acordo coletivo. A tabela aprovada pelos empregados deverá ser implantada pela Companhia em até 30 (trinta) dias, após a comunicação via ofício pelo sindicato.

- I. A concessão das folgas que estão previstas na tabela de turno, a qual contém a escala de trabalho do turno ininterrupto de revezamento, quita a obrigação relativa ao repouso semanal remunerado de que tratam a Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 e os repousos previstos no artigo 67 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na legislação pertinente;
- II. As folgas e as jornadas de trabalho regulares serão distribuídas nas escalas de turno de que trata parágrafo 1º de forma que o número de jornadas de trabalho e de folga respeitem a proporção de 1x1,5 (um por um e meio), sem que as folgas precisem ser concedidas imediatamente após 1 (uma) jornada de trabalho;
- III. As tabelas com a ocorrência de 06 (seis) jornadas regulares consecutivas de trabalho, respeitam a regra relativa ao repouso semanal remunerado de que tratam a Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, e os repousos previstos no artigo 67 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na legislação pertinente, bem como as folgas previstas em ACT, e não gerarão o pagamento de horas extraordinárias ou fruição de folgas não previstas nas referidas escalas de trabalho, ainda que a sexta jornada de trabalho se encerre no sétimo dia consecutivo de trabalho, em razão do arranjo das jornadas e folgas estabelecidas entre as partes, atendendo aos interesses dos empregados;
- IV. As ocorrências de mais de 1 (uma) jornada regular consecutiva de trabalho **decorrentes** dos arranjos das escalas de trabalho acordados, não gerarão o pagamento de horas extraordinárias ou fruição de folgas não previstas nas referidas escalas de trabalho;
- V. Conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho de Turno Ininterrupto de Revezamento de 12 (doze) horas (TIR 12h), a Petrobras Biocombustível deve conceder uma refeição principal e dois lanches por turno de trabalho, considerando os padrões nutricionais da Companhia, exceto onde for concedido o Vale Refeição.
 - a) A Companhia se compromete a avaliar os contratos de fornecimento de alimentação in natura, visando a implementação de duas refeições principais e um lanche por turno de trabalho, considerando os padrões nutricionais da Companhia.
- VI. A carga de trabalho mensal será de 144 (cento e quarenta e quatro) horas e Total de Horas Mensais (THM) de 168 (cento e sessenta e oito) horas, já contemplando o repouso semanal remunerado, ambos apurados por média.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
Rubrica
GL



VII. A carga semanal de trabalho é de 33,6 (trinta e três vírgula seis) horas, em média, sem que, em consequência da distribuição das jornadas de trabalho e as respectivas folgas pactuadas no presente instrumento, caiba pagamento de qualquer hora extra.

VIII. A legislação pertinente e o presente instrumento coletivo, ao estipular a quantidade de jornadas de trabalho e folgas 1x1,5 (um por um e meio), estabelecem apenas a proporção entre jornadas de trabalho e folgas. Os referidos diplomas legais e normativos não impõem obrigatoriedade de que as folgas sejam imediatamente consecutivas a cada jornada de trabalho. A distribuição das jornadas de trabalho e folgas prevista nas tabelas anexas atendem, para todos os efeitos, aos termos da legislação pertinente, ao presente Acordo Coletivo e aos interesses dos empregados.

Parágrafo 2º - Caso haja decisão, em processo judicial ou procedimento administrativo de órgãos de inspeção e fiscalização das relações de trabalho, reputando inválido ou ilegal a presente cláusula, ou impeça, ainda que indiretamente, a adoção do regime especial de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento de 12 (doze) horas, a Companhia ficará desobrigada de observar a Tabela de Turno e o regime de trabalho aqui pactuados, podendo adotar as medidas necessárias para atendimento ao teor das decisões.

Parágrafo 3º - Caso haja interesse na implementação de nova tabela, o sindicato deverá informar a Companhia por ofício juntamente com ata de assembleia. A Companhia terá um prazo de até 60 (sessenta) dias, após assinatura de termo de implantação da tabela de turno entre as partes. Durante o período de transição será mantida a tabela já praticada.

Cláusula 50. Treinamento ou trabalho eventual em horário administrativo

Ao empregado engajado em regime especial de turno caso deslocado eventualmente para treinamento ou trabalho em horário administrativo, é assegurada a manutenção dos respectivos adicionais do regime especial, mesmo que cumprindo jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias, em relação de trabalho X folga de 5X2, além da geração de folga proporcional ao regime administrativo.

Parágrafo 1º - A alteração eventual de jornada prevista no caput não gera a alteração do THM (total de horas mensais) do regime especial, não sendo consideradas serviço extraordinário as horas trabalhadas no cumprimento regular das escalas administrativas (5x2 e jornada diária de 8h) que excederem o referido THM.

Parágrafo 2º - A prorrogação da jornada diária prevista no caput e a realização de treinamento ou trabalho em dia de descanso da escala administrativa serão caracterizadas como serviço extraordinário e tratadas conforme disposições da cláusula "Serviço Extraordinário".

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GL



Parágrafo 3º - Eventuais saldos negativos de folgas decorrentes da alteração da relação trabalho X folga serão neutralizados no fechamento da frequência.

Parágrafo 4º - O prazo limite para aplicação da alteração eventual de jornada prevista no caput será definido em padrão normativo interno.

Cláusula 51. Trabalho Eventual em Regime Especial

A Companhia garante que o trabalho eventual, realizado no regime de Turno Ininterrupto de Revezamento será pago considerando as vantagens específicas e seus reflexos e concedidas as folgas inerentes, proporcional ao número de dias neste regime.

Parágrafo 1º - Considera-se eventual o trabalho realizado no regime citado no caput, cuja média anual seja inferior a 10 (dez) dias/mês.

Parágrafo 2º - A concessão de folgas proporcionais aos dias de trabalho eventual em regime especial ocorrerá em dias corridos, incluindo sábados, domingos e feriados, de acordo com a relação trabalho x folga estabelecida para o respectivo regime.

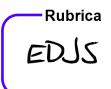
Parágrafo 3º - Eventuais trabalhos realizados durante a folga serão considerados serviço extraordinário.

Parágrafo 4º - A Companhia garante que nas situações em que os empregados de regime administrativo realizarem trabalho eventual no regime Especial de Turno Ininterrupto de Revezamento não haverá reflexo no saldo de acúmulo de folga (saldo AF) para os empregados.

Parágrafo 5º - Nos casos em que a projeção da folga resultar em número fracionário, a Companhia assegura a concessão da folga correspondente a um dia inteiro, sem prejuízo para a contabilização da relação trabalho/folga.

- I. A Companhia se compromete a realizar ajustes retroativos a 01/09/2023 nas situações descritas neste parágrafo. A solução será implementada até 31/07/2026, para os empregados ativos em 01/01/2026. O ajuste retroativo previsto neste inciso implica a quitação plena e irrevogável de quaisquer direitos, diferenças ou reivindicações relacionadas ao saldo negativo gerado pelo regime eventual no período.

Cláusula 52. Horário Flexível





A Companhia continuará praticando o sistema de horário flexível, conforme instruções normativas internas, para os empregados do regime administrativo, de acordo com as características operacionais locais de cada unidade, admitindo-se a prorrogação e a compensação de horas.

Parágrafo Único - Para os empregados abrangidos pelo sistema de horário flexível será dado o seguinte tratamento:

- I. O limite total de horas para compensação será de até 112 (cento e doze) horas;
- II. No fechamento da frequência mensal, as horas positivas que ultrapassarem o limite de 112 (cento e doze) horas, serão pagas como horas extras;
- III. O excedente negativo de 32 (trinta e duas) horas de Margem de Balanço, até o limite máximo de 112 (cento e doze) horas definido no inciso I desta cláusula, será objeto de compensação no prazo de 90 (noventa) dias, contados da ocorrência de cada hora excedente negativa entre 32 (trinta e duas) horas e 112 (cento e doze) horas. Ao final desse prazo, as horas não compensadas serão enviadas para desconto;
- IV. No fechamento da frequência mensal, as horas negativas que porventura ultrapassarem o limite de 112 (cento e doze) horas para compensação, serão enviadas para desconto.

Cláusula 53. Jornada de Trabalho – Administrativo

A Companhia garante a jornada de 40 (quarenta) horas semanais para os empregados sujeitos ao horário administrativo, não sendo permitida qualquer tolerância de horário em suas unidades, mantidas, apenas, as tolerâncias normativas.

Parágrafo 1º - A Companhia concederá abono na frequência dos empregados engajados em regime administrativo nos dias 24 e 31 de dezembro e no segundo expediente das Quartas-Feiras de Cinzas durante a vigência deste acordo.

- I. As partes concordam que o abono tratado acima é específico para os empregados engajados em regime administrativo e considera as características das atividades desenvolvidas neste regime, não gerando quaisquer vantagens para os empregados engajados em regime especial, incluindo-se também o pagamento de horas extras e seus consectários.

Parágrafo 2º - Havendo novas determinações de compensação de jornada pela Companhia, o total de horas será debitado da seguinte forma:

- I. Nas unidades com horário fixo, a forma de compensação será de 15 (quinze) minutos diários por antecipação do horário, até que seja compensada a totalidade das horas.
 - a) A forma de compensação poderá ser diferente da disposta no inciso acima, desde que negociada com a Entidade Sindical antes do início do prazo para compensação.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



- II. São vedadas as formas de compensação que:
- a) Impliquem em redução do horário de almoço;
 - b) Compreendam período diário inferior ou igual a 10 (dez) minutos; ou
 - c) Compreendam período diário superior a 2 (duas) horas.
- III. A Companhia garante aos empregados engajados no Regime Administrativo e não abrangidos pelo horário flexível, a possibilidade de prorrogação da jornada diária, no limite de 2 (duas) horas, para compensação, mediante celebração de Termo de Compromisso entre a Companhia e a entidade representativa dos empregados, conforme a necessidade das unidades envolvidas.

Cláusula 54. Jornada de Trabalho – Médicos e Dentistas

A Companhia adotará para os empregados médicos e dentistas, admitidos a partir de 1º/9/2025, jornada diária de 8 (oito) horas, com intervalo para repouso e alimentação e a carga de trabalho semanal de 40 (quarenta) horas.

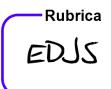
Parágrafo 1º - A Companhia praticará para os empregados médicos e dentistas, admitidos até 31/8/2025, jornada diária de 6 horas (seis) horas, com intervalo para repouso e alimentação e a carga de trabalho semanal de 30 (trinta) horas.

I. A alteração da carga horária semanal citada no parágrafo 1º será implementada a partir de 1º de janeiro de 2026.

Parágrafo 2º - A implementação da nova jornada prevista no parágrafo anterior implica a quitação plena e irrevogável de quaisquer direitos, diferenças ou reivindicações relacionadas à jornada anteriormente praticada até 31/08/2025, não gerando obrigação de pagamento retroativo ou compensações adicionais por parte da Companhia.

Cláusula 55. Abono para Acompanhamento de Filho

A Companhia concederá abono de frequência para os empregados engajados em regime administrativo por até 4 (quatro) dias por ano civil para acompanhamento de filhos de até 16(dezesseis) anos de idade em consultas e exames de saúde, conforme previamente negociado com seu gestor imediato.





Parágrafo 1º - O empregado engajado em regime administrativo que tenha mais de 4 filhos fará jus ao abono na quantidade de dias correspondente à quantidade de filhos, em conformidade com a Lei 13.257/2016, aplicando-se o limite de idade de 16 anos.

Parágrafo 2º - O abono previsto no caput é específico para os empregados engajados em regime administrativo e considera as características das atividades desenvolvidas neste regime, em que as folgas ocorrem somente nos finais de semana.

Parágrafo 3º - Aos empregados engajados em regime especial, a Companhia assegura a concessão do abono para acompanhamento de filho previsto na Lei 13.257/2016.

Cláusula 56. Teletrabalho

A Companhia continuará praticando o teletrabalho, conforme instruções normativas internas para os empregados em regime administrativo na Petrobras Biocombustível.

Cláusula 57. Opção de Redução de Jornada de Trabalho com Redução Proporcional da Remuneração

A Companhia manterá a possibilidade de redução de jornada de trabalho, por opção do empregado, para os empregados do regime administrativo e sem função gratificada, mediante redução proporcional da remuneração.

Parágrafo 1º - A Companhia manterá para os empregados do regime administrativo vinculados ao horário flexível e sem função gratificada a opção de redução de jornada de trabalho de 8 (oito) para 6 (seis) horas mediante redução proporcional de 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração.

Parágrafo 2º - A Companhia disponibilizará ainda para os empregados do regime administrativo e do regime administrativo categoria diferenciada (Assistente Social), vinculados tanto ao horário flexível quanto ao horário fixo, que não possuam função gratificada, a opção de redução de 5 (cinco) para 4 (quatro) dias de trabalho semanais, mantendo a jornada diária de trabalho original, mediante redução proporcional de 20% (vinte por cento) da remuneração.

Parágrafo 3º - Os ajustes ou alterações no Regimento de Redução de Jornada (anexo XVIII) serão tratados na Comissão de Acompanhamento do Acordo Coletivo de Trabalho.





Cláusula 58. Abono Pessoa Lactante

A Companhia se compromete a abonar até 2 (duas) horas diárias de mulheres e pessoas lactantes que sejam empregadas da Petrobras Biocombustível, por até 1 (um) ano contado a partir do nascimento da criança amamentada, não prorrogável, conforme regramento interno.

- I. As empregadas cujas jornadas de trabalho diárias já sejam reduzidas para 6 (seis) horas por força de lei ou de Acordo Coletivo de Trabalho (ex: médico, dentista, assistente social) não farão jus ao abono previsto no caput.

Cláusula 59. Abono Empregado com Deficiência que Exija Acompanhamento Médico

A Companhia se compromete a abonar até 2 (duas) horas diárias de empregado com deficiência (especificadas pelo Decreto nº 3.298/99 e pelo Decreto nº 5.296/04, pela Súmula 377 do STJ e/ou pela Lei 12.764/2012) que exija acompanhamento médico, e desde que atendidos os requisitos previstos neste parágrafo e regulamentados no padrão normativo interno da Petrobras Biocombustível.

- I. Para fazer jus ao benefício previsto, o empregado deverá ser avaliado por uma comissão multidisciplinar de saúde da Companhia, a qual terá plenos poderes para definir tanto a necessidade de abono para o empregado quanto os seus parâmetros, em decisão não passível de reconsideração;
- II. A avaliação pela comissão citada no inciso acima somente será realizada se for a pedido do próprio empregado;
- III. O abono é devido enquanto durar a condição prevista, devendo o empregado ser avaliado periodicamente pela comissão multidisciplinar de saúde da Companhia, na forma regulamentada no padrão normativo interno;
- IV. Os empregados cujas jornadas de trabalho já sejam reduzidas para 6 (seis) horas por força de lei ou de Acordo Coletivo de Trabalho (ex: médico, dentista, assistente social) não farão jus ao abono previsto no caput.

Cláusula 60. Controle de Ponto por Exceção

A Companhia e as Entidades Sindicais, em consonância com o Art. 74, parágrafo 4º, da CLT, acordam a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho na seguinte situação:

- I. Para os empregados em teletrabalho.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
Rubrica
GL



Parágrafo 1º - O regramento sobre o registro de ponto por exceção e respectivo tratamento de frequência constarão em padrão normativo interno.

Parágrafo 2º - O controle de ponto por exceção previsto no caput se aplica aos empregados do regime administrativo (horário fixo e flexível) durante os intervalos para repouso e alimentação. A Companhia registrará o intervalo de 1 (uma) hora nos casos de ausência de marcação ou quando esta for inferior a 1 (uma) hora.

Cláusula 61. Licença Maternidade - Mãe não gestante

A Companhia garante a concessão da licença maternidade por 120 (cento e vinte) dias e 60 (sessenta) dias de prorrogação às mães não gestantes.

I. Considera-se mãe não gestante a empregada mulher cujo benefício de licença maternidade não está amparado pela Previdência Social e consta como mãe na certidão de nascimento ou no termo de guarda para fins de adoção.

Parágrafo 1º - A forma de lançamento da licença maternidade para a mãe não gestante e demais critérios está detalhada em padrão normativo interno.

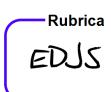
Parágrafo 2º - A Licença Maternidade e/ou sua prorrogação serão usufruídas a partir da solicitação da empregada, não sendo aplicada de forma retroativa.

Cláusula 62. Licença para não amparados pela licença maternidade da previdência social

Para garantir o cuidado integral da criança, a Companhia concederá licença de 120 (cento e vinte) dias, com possibilidade de prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, aos empregados não amparados pela licença-maternidade previdenciária.

Parágrafo 1º - Para fins de concessão desta licença, são elegíveis os empregados que se enquadrem nas seguintes situações:

- I. O empregado de gênero masculino, cujo(a) filho(a) recém-nascido(a) tenha, ou ainda esteja, com ação judicial em trâmite (ainda não transitada em julgado) com o objetivo de obter, em sua certidão de nascimento, apenas o nome do empregado como responsável, e que não esteja coberto pela licença maternidade ou licença maternidade sobrevivente do INSS.
- II. O empregado de gênero masculino, cujo(a) filho(a) recém-nascido(a) tenha, ou esteja com ação judicial em trâmite (ainda não transitada em julgado) com o objetivo de obter, em sua certidão de nascimento, o seu nome e o de seu companheiro/cônjuge como únicos





responsáveis e nenhum dos dois pais esteja coberto pela licença maternidade ou licença maternidade sobrevivente do INSS.

a) Na situação em que ambos os pais sejam empregados da Petrobras Biocombustível somente um fará jus.

III. O(a) empregado(a) cuja cônjuge ou companheira genitora faleceu até a idade de 6 meses de vida do nascimento ou adoção da criança e não tinha direito a licença maternidade do INSS.

Parágrafo 2º - A Companhia assumirá integralmente a licença descrita no caput e sua prorrogação.

Parágrafo 3º - A contagem desta licença se inicia na data de nascimento da criança, independente da data de solicitação e a forma de lançamento e demais critérios serão detalhados em padrão normativo interno.

Parágrafo 4º - As solicitações terão início a partir da assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho pelas entidades sindicais.

Parágrafo 5º - Os(as) empregados(as) elegíveis que, no momento da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho pelas entidades sindicais, estiverem dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias após o nascimento da criança poderão usufruir a Licença, e respectiva prorrogação, equivalente aos dias restantes, desde que solicitado pelo empregado.

Parágrafo 6º - A Licença e/ou sua prorrogação serão usufruídas a partir da solicitação do empregado(a), não sendo aplicada de forma retroativa.

Parágrafo 7º - Em caso de morte do cônjuge/companheiro titular descrita no caput, é assegurado ao outro cônjuge/companheiro, empregado da Companhia, o gozo de licença por todo o período ou pelo tempo restante a que teria direito o titular.

Parágrafo 8º - Esta cláusula se estende às diferentes composições familiares, incluindo casais homoafetivos.

Cláusula 63. Licença Maternidade - Prorrogação

A Companhia garante a prorrogação por 60 (sessenta) dias da duração da licença maternidade prevista no inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal, totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GL



Parágrafo 1º - A prorrogação prevista no caput será garantida, desde que a empregada a requeira até o final do primeiro mês após o parto, e concedida imediatamente após a fruição da licença maternidade de que trata o inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal.

Parágrafo 2º - Durante o período de prorrogação da licença maternidade, a empregada terá direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Parágrafo 3º - A empregada não poderá exercer qualquer outra atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

Parágrafo 4º - A prorrogação da licença maternidade se aplica à mãe adotiva, independentemente da idade da criança, conforme previsto na Lei 13.257/2016.

Parágrafo 5º - A prorrogação da licença maternidade também se aplicará à mãe não gestante, com custeio da Petrobras Biocombustível.

Cláusula 64. Extensão da Licença Maternidade por internação da mãe e/ou da criança

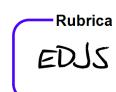
A Companhia garante a extensão da licença maternidade às empregadas caso a mãe e/ou a criança necessitem de internação hospitalar, superior a duas semanas, em decorrência de complicações no parto, imediatamente após o parto ou dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias da licença maternidade, pelo tempo de internação, descontado o tempo de repouso anterior ao parto, sem prejuízo da extensão por mais 60 (sessenta) dias, prevista na Cláusula "Licença Maternidade - Prorrogação" deste instrumento coletivo.

Parágrafo 1º - A extensão prevista no caput será concedida ao final da licença maternidade, com ou sem prorrogação, por período igual ao tempo de internação.

Parágrafo 2º - Para ter direito a concessão da extensão prevista nesta cláusula, a empregada deve apresentar documento expedido pela respectiva instituição hospitalar, que comprove a internação.

Parágrafo 3º - A presente cláusula se aplica nas licenças maternidades que estiverem em curso no ato da assinatura do acordo e para as concedidas após a data de celebração do mesmo.

Parágrafo 4º - O óbito da criança, em qualquer momento, cessa os efeitos da extensão prevista nesta cláusula.





Cláusula 65. Licença Paternidade

A Companhia concederá licença paternidade de 15 (quinze) dias consecutivos aos empregados, contados a partir do nascimento do filho, ou àqueles que adotarem crianças e/ou adolescentes, a partir da decisão judicial que deferir a adoção proferida pelo órgão competente, que concedeu a adoção ou a guarda para fins de adoção, conforme a legislação de adoção.

Parágrafo 1º - O período de 15 (quinze) dias de licença paternidade de que trata o caput incluirá os 5 (cinco) dias previstos no parágrafo 1º do art. 10º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e a Companhia arcará integralmente com a extensão da licença paternidade por mais 10 (dez)dias, conforme regramento da companhia.

Parágrafo 2º - A licença paternidade poderá ser ampliada para 30 (trinta) dias consecutivos no total, desde que o empregado a solicite, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis (segunda a sexta, excluindo feriados) após o parto ou a decisão judicial que deferiu a adoção ou a guarda para fins de adoção, além de comprovar sua participação em um programa ou atividade de orientação sobre paternidade responsável, cumprindo o regramento da lei da Empresa Cidadã, previstos no inciso II do artigo 1º da Lei 11.770 de 09 de setembro de 2008, alterada pela Lei 13.257/2016, condicionados à vigência do incentivo fiscal. Caso as condições estabelecidas neste parágrafo não sejam cumpridas, o empregado terá direito à licença descrita no caput, totalizando 15 dias, mas não terá direito à sua ampliação.

Parágrafo 3º - Nos casos em que os(as) filho(a)s permanecerem internados em decorrência de complicações do parto por período superior a duas semanas, a Companhia garante a extensão da licença paternidade pelo tempo de internação, conforme regramento da companhia.

- I. O empregado deve apresentar documento expedido pela respectiva instituição hospitalar, que comprove o período de internação da criança.
- II. As solicitações terão início a partir da assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho pelas entidades sindicais.
- III. A extensão prevista no caput será concedida ao final da licença paternidade, por período igual ao tempo de internação.

Parágrafo 4º - As solicitações para a ampliação da licença paternidade serão iniciadas a partir da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho pelas entidades sindicais, e os procedimentos serão descritos em um padrão normativo interno.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GL



Parágrafo 5º - Para os empregados que ingressarem na Companhia por PSP - Processo Seletivo Público, com filho recém-nascido ou com guarda em processo de adoção, dentro do período que seria da licença paternidade da Petrobras Biocombustível, a Companhia concederá a licença paternidade do tempo restante até completar 30 (trinta) dias.

- I. Até os 15 primeiros dias de nascimento da criança, equivalente a licença paternidade a concessão é automática mediante requerimento. A partir do 16º dia de nascimento da criança, equivalente a licença paternidade prorrogação está condicionado ao requerimento na Petrobras Biocombustível até o segundo dia útil após o nascimento da criança.

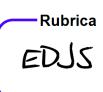
Cláusula 66. Licença Adoção

A Companhia concederá licença adoção às empregadas e empregados que adotarem menores, na forma estabelecida na legislação específica para adoção."

Parágrafo 1º - A licença adoção descrita no caput será estendida às empregadas e empregados que adotarem filho/a, com idade entre 12 anos completos a 17 anos e 11 meses, por 120 (cento e vinte) dias e 60 (sessenta) dias de prorrogação.

- I. Para fins de concessão deste benefício, considera-se elegível a empregada ou o empregado que adotar criança ou adolescente com idade entre 12 anos completos e 17 anos e 11 meses, desde que o benefício de licença-maternidade não seja amparado pela Previdência Social e que conste como mãe ou pai na certidão de nascimento ou no termo de guarda para fins de adoção.
- II. A Companhia assumirá integralmente a licença adoção acima de 12 anos, e sua prorrogação enquanto não estiver previsto na legislação do INSS.
- III. A forma de lançamento da licença e demais critérios será detalhada em padrão normativo interno.
- IV. Os(as) empregados(as) que, na data da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho pelas entidades sindicais, estiverem dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a adoção de criança ou adolescente com mais de 12 anos poderão usufruir da Licença Adoção e/ou da respectiva prorrogação, de forma proporcional aos dias restantes até o limite de 180 dias, desde que a solicitação seja feita pela pessoa adotante.
- V. A licença adoção acima de 12 anos e/ou sua prorrogação serão usufruídas a partir da solicitação da empregada, não sendo aplicada de forma retroativa.

Parágrafo 2º - A adoção conjunta garante a concessão de licença maternidade-adoção a apenas um dos adotantes. Nos casos de adoção múltipla, mais de um(a) adotado(a), será concedida uma única licença.





- I. Em caso de morte do cônjuge/companheiro titular da licença maternidade-adoção, é assegurado ao outro cônjuge/companheiro, empregado da Companhia, o gozo de licença por todo o período da licença maternidade ou pelo tempo restante a que teria direito o titular.

Parágrafo 3º - Em caso de concessão de guarda judicial provisória, no processo de adoção, para fins de estágio de convivência de criança/adolescente, não atendidos pela licença adoção, será concedido abono de até 21 (vinte e um) dias corridos por processo de adoção, incluindo adoção múltipla, conforme regramento interno.

Cláusula 67. Exame Pré-Natal

A Companhia concederá a gestante que seja empregada da Petrobras Biocombustível as dispensas necessárias, para que se submetam ao exame pré-natal, a critério do órgão de saúde da Companhia.

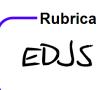
Cláusula 68. Abono de Frequência acompanhamento filho PCD

A Companhia concederá abono de frequência aos empregados e empregadas para acompanhar o(a) filho(a) com deficiência, às consultas e terapias necessárias ao seu tratamento. O abono está limitado a 240 (duzentos e quarenta) horas por ano, conforme regramento interno.

Parágrafo Único - Os casos em que ambos os responsáveis legais pela criança forem empregados da Petrobras Biocombustível, somente um deles poderá usufruir desta modalidade durante todo o ano.

Cláusula 69. Empregado Estudante

A Companhia, em seus procedimentos internos de gestão, buscará contemplar o empregado que necessite liberação para realizar prova escolar dentro da sua jornada de trabalho.





Capítulo VII - DA SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

Cláusula 70. Ergonomia e Higiene Ocupacional

A Companhia manterá seus esforços de permanente melhoria das condições de higiene ocupacional e ergonomia.

Parágrafo 1º - A Companhia realizará avaliação e gerenciamento dos riscos ergonômicos, com atuações específicas no ambiente de trabalho, garantindo a implantação de práticas preventivas às doenças ocupacionais.

Parágrafo 2º - A Companhia realizará melhorias contínuas no Programa Corporativo de Ergonomia, com ênfase na Ergonomia de Concepção e Correção, a fim de preservar a saúde dos empregados.

Parágrafo 3º - A Companhia convidará as Entidades Sindicais para o acompanhamento no processo de medição dos agentes de riscos físicos e químicos e de avaliação qualitativa dos agentes biológicos dos ambientes de trabalho, de acordo com a legislação de segurança e saúde do trabalho. Manterá a disposição dos empregados, os dados destas avaliações relativas à sua área de trabalho.

Parágrafo 4º - A Companhia se compromete a informar a seus trabalhadores, por via eletrônica e individualmente, os riscos ambientais do seu Grupo Homogêneo de Exposição (GHE) contido no Programa de Higiene Ocupacional (PHO) da Unidade e a atualizar o GHE de acordo com a movimentação dos empregados.

Parágrafo 5º - A Companhia garantirá o monitoramento ambiental nas atividades de rotina e nas atividades críticas (abertura de equipamentos, purgas, drenagens) pela equipe técnica de Higiene Ocupacional.

Parágrafo 6º - A Companhia realizará avaliação dos agentes ambientais sob responsabilidade da equipe técnica de SMS com conhecimento em Higiene Ocupacional da Petrobras Biocombustível. Preferencialmente e quando aplicável, o monitoramento biológico será realizado de forma simultânea.

Parágrafo 7º - A Companhia assegurará que os novos projetos sejam precedidos de estudos de engenharia de segurança e saúde ocupacional.

Rubrica
A handwritten signature in black ink, enclosed in a blue rectangular box.

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GL



Parágrafo 8º - A Companhia viabilizará, em cada Área de Negócio, profissionais de SMS com conhecimento em Higiene Ocupacional.

Parágrafo 9º - A Companhia garantirá e agilizará o fornecimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) ao empregado, conforme a Legislação específica em vigor.

Parágrafo 10º - A Companhia recolherá alíquota adicional do Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), conforme previsto na Legislação Previdenciária, e informar na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) o código correspondente, conforme o caso.

Parágrafo 11º - Os temas referentes à aposentadoria especial conforme legislações de saúde, trabalhista e previdenciária em vigor serão discutidos com as entidades sindicais, quando solicitado, na Comissão de SMS da Petrobras.

Parágrafo 12º - A Companhia promoverá capacitação em Ergonomia e Higiene Ocupacional.

Parágrafo 13º - A Companhia garantirá a participação da Ergonomia e da Higiene Ocupacional no fluxo de movimentação funcional dos empregados, promovendo a avaliação das condições futuras de trabalho.

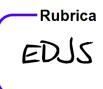
Cláusula 71. Riscos Psicossociais

A Companhia compromete-se em avaliar os fatores psicossociais relacionados ao trabalho em suas instalações, buscando a melhoria da segurança, saúde e do bem-estar dos empregados.

Parágrafo Único - A Companhia se compromete em promover a integração das diversas áreas de conhecimento e atuação nas questões relacionadas a gestão dos riscos psicossociais relacionados ao trabalho na Petrobras Biocombustível.

Cláusula 72. Saúde Ocupacional e Bem-estar

A Companhia efetuará melhorias contínuas à atual Política de Saúde, buscando alinhar constantemente com as novas demandas e direcionamentos do cuidado com as pessoas nos cenários e desafios do mundo no trabalho.





Parágrafo 1º - A gestão de saúde deve contemplar abordagens aos temas de saúde ocupacional, urgência, emergência e gerenciamento de crise em saúde, vigilância em saúde e promoção da saúde, incluindo aspectos de saúde mental e bem-estar.

Parágrafo 2º - As estratégias de saúde definidas, quando couber, devem estar integradas às áreas de Segurança, Higiene Ocupacional, Ergonomia e Meio Ambiente, contemplando o atendimento à política de diversidade, equidade e inclusão.

Parágrafo 3º - As estratégias e ações de saúde e bem-estar definidas devem considerar dados epidemiológicos dos programas de saúde ocupacional, das avaliações de saúde integral e dos indicadores de saúde.

Parágrafo 4º - A Companhia fornecerá, quando solicitado, informações as Entidades Sindicais sobre os programas de gerenciamento da saúde e dados epidemiológicos.

Parágrafo 5º - A Companhia continuará publicando, em seus veículos de comunicação, matérias sobre educação para a saúde e prevenção de doenças, visando a promoção e preservação da saúde dos empregados.

Cláusula 73. Avaliação de Saúde Ocupacional

A Companhia especificará, na emissão do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) previsto na NR-07, a descrição dos perigos ou fatores de risco identificados e classificados no PGR que necessitem de controle médico previsto no PCMSO, ou a sua inexistência.

Parágrafo 1º - A Companhia garantirá o direito a todos os empregados, após a conclusão dos exames ocupacionais, de registrarem suas considerações em formulário reservado e específico, e se compromete a encaminhá-las às áreas as quais estão relacionadas.

Parágrafo 2º - A Companhia isentará os empregados de participação no custeio dos exames de natureza ocupacional por ela solicitados, inclusive os exames para caracterização de nexo causal de acidentes e doenças ocupacionais.

Parágrafo 3º - A Companhia garantirá a realização dos exames clínicos periódicos, de acordo com o perfil dos empregados (sexo/idade/cargo/função/local de trabalho e riscos ocupacionais), conforme estabelecido na N-2691. A Companhia se compromete a informar as Entidades Sindicais os critérios que nortearam a revisão dos exames.

Parágrafo 4º - A Companhia arcará com as despesas de saúde vinculadas à recuperação dos trabalhadores portadores de doenças ocupacionais e suas sequelas.



Parágrafo 5º - A Companhia realizará o exame médico demissional, em todos os empregados, respeitados os prazos e validades previstos na NR-07 e os exames odontológicos de acordo com a Norma N2692. Caso configurada doença ocupacional adquirida na Companhia, esta arcará com as despesas do tratamento indicado.

Parágrafo 6º - A Companhia apresentará anualmente às Entidades Sindicais as ações relacionadas ao retorno às atividades no trabalho para os empregados afastados por doença ou acidente de trabalho.

Parágrafo 7º - A Companhia incluirá no conteúdo do PDC (Plano de Desenvolvimento dos Cursos de Formação) dos profissionais de saúde, disciplina(s) específica(s) para conhecimento das atividades da Companhia, visando melhor capacitação para a realização de exames ocupacionais.

Cláusula 74. Avaliação de saúde integral

A Companhia garantirá a realização das avaliações de saúde do trabalhador, de acordo com o perfil dos empregados, conforme estabelecido na N-2691. A Companhia se compromete a informar as Entidades Sindicais os critérios que nortearam a definição das avaliações, quando solicitado.

Parágrafo 1º - A Companhia garante a realização dos Exames Periódicos de acordo com o perfil dos empregados, priorizando o Exame Médico Clínico, sem prejuízo da realização de Exames Complementares ou de Pareceres Especializados.

Parágrafo 2º - A Companhia manterá nos Exames de Promoção de Saúde, os Exames Preventivos Ginecológicos e Urológicos, conforme Norma Petrobras-2691.

Parágrafo 3º - A Companhia disponibilizará anualmente a todos os seus empregados a Avaliação Nutricional Periódica.

Parágrafo 4º - A Companhia disponibilizará anualmente a todos os empregados exames odontológicos periódicos, constando de avaliação clínica odontológica e orientações para saúde bucal conforme estabelecido na N-2692.

Parágrafo 5º - A Companhia se compromete a abordar os aspectos de saúde mental nas avaliações de saúde do trabalhador.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



Parágrafo 6º - A Companhia assegura que cada empregado será informado e orientado, pela área de Saúde Ocupacional de sua Unidade, do resultado da avaliação do seu estado de saúde e dos exames complementares a que for submetido, sendo-lhe fornecida cópia sempre que requisitada pelo próprio.

Parágrafo 7º - A Companhia se compromete a manter o cuidado continuado da saúde dos seus empregados, a partir das avaliações de saúde periódicas realizadas.

Cláusula 75. Saúde Mental e Bem-estar

A Companhia se compromete a manter Programa de Saúde Mental com foco em ações individuais, coletivas e no ambiente de trabalho como ação de saúde integral para a melhoria das condições de saúde dos empregados, em atendimento aos requisitos legais.

Parágrafo 1º - A Companhia se compromete a manter as ações de promoção, prevenção e de suporte em saúde mental aos trabalhadores, em conformidade com as diretrizes internacionais de saúde ocupacional e saúde mental no trabalho.

Parágrafo 2º - A companhia se compromete a manter e fortalecer as ações de bem-estar, integradas com demais áreas afins, promovendo a participação ativa dos trabalhadores.

Parágrafo 3º - A Companhia compromete-se a realizar atendimento especializado em saúde, por meio de canais específicos, às pessoas e aos ambientes afetados pela violência no trabalho.

Cláusula 76. Alimentação

A Companhia exigirá nas licitações dos contratos que os alimentos sejam de boa qualidade, fornecendo uma alimentação adequada às necessidades biológicas e culturais dos empregados, dando ênfase aos alimentos regionais e estabelecendo, com a participação dos sindicatos um programa de alimentação inclusiva.

Parágrafo 1º - A Companhia disponibilizará, nos restaurantes das Unidades em que o serviço de alimentação é oferecido pela Companhia, mais de uma opção no cardápio para alimentação dos empregados.

Parágrafo 2º - A Companhia assegurará a mesma alimentação para todos os usuários dos restaurantes das Unidades em que esse serviço é oferecido pela Companhia.





Parágrafo 3º - A Companhia realizará, nas suas instalações, o monitoramento no fornecimento de alimentação com o apoio de profissionais da área de saúde e/ou nutrição.

Parágrafo 4º - A Companhia se compromete a discutir o Programa de Alimentação Saudável nas reuniões Locais de SMS, além de organizar oficinas específicas sobre cardápios.

Parágrafo 5º - A Companhia se compromete a oferecer opções de alimentação saudável e adequada sob os aspectos nutricionais para seus trabalhadores, em todos seus modelos de fornecimento, incluindo, serviço de alimentação contratado, vendas em máquinas, comodato de restaurantes e lanchonetes.

Parágrafo 6º - Nas instalações onde não for possível o fornecimento de alimentação como ação ambiental de promoção da alimentação saudável, as ações com foco nos trabalhadores (individuais e coletivas) sobre alimentação e demais ações ambientais de promoção da atividade física e estilo de vida saudável, devem ser intensificadas.

Cláusula 77. Atividade Física

A Companhia estimulará os empregados a adotarem estilo de vida ativo e saudável que incluem atividades físicas.

Cláusula 78. Vigilância em Saúde

A Companhia manterá ações de prevenção, controle e enfrentamento de surtos, epidemias e pandemias de saúde, em articulação com as áreas de segurança, meio ambiente e contingência, da Petrobras Holding, quando pertinente, e de acordo com as orientações do Ministério da Saúde.

Parágrafo 1º - A Companhia informará às Entidades Sindicais, quando solicitada, o número de casos de doenças infectocontagiosas (transmissíveis, tropicais) de notificação compulsória informado aos órgãos públicos de saúde.

Parágrafo 2º - A Companhia se compromete a manter a gestão das condições higiênico-sanitárias da alimentação e das instalações sob sua gestão.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
Rubrica
GL



Parágrafo 3º - A Companhia atuará em articulação com as autoridades de saúde nas Campanhas Públicas de Vacinação para garantir o Programa de Imunização Ocupacional e quando necessário assumirá o custeio das vacinas específicas.

Parágrafo 4º - A Companhia realizará o processo de higienização e disposição de toalhas, quando fornecidas aos seus empregados.

Cláusula 79. Emergências em Saúde e Segurança

A Companhia se compromete a manter em todas as suas Unidades Operacionais um Plano de Respostas às Emergências.

Parágrafo 1º - A Companhia manterá, em suas Unidades de Operações, materiais e equipamentos necessários à prestação de primeiros socorros, de acordo com as características de cada local e pessoal treinado para esse fim. A equipe de resposta à emergência local deverá ser definida conforme as especificidades de cada Unidade de forma a possibilitar atendimento imediato às emergências médicas.

Parágrafo 2º - A Companhia priorizará a composição da primeira equipe de combate a incêndios de suas Organizações de Controle de Emergências, com pessoal da área de Segurança Ocupacional. Quando o profissional não for desta área, a Companhia fornecerá o treinamento adequado. Os treinamentos necessários para capacitação e reciclagem deverão ser realizados, prioritariamente, durante a jornada diária de trabalho.

Parágrafo 3º - Sempre que necessário será proporcionado transporte de vítimas de acidente ou mal súbito no local de trabalho, para hospitais, em veículos de transporte apropriado a cada situação, devendo existir um plano de emergência pré-estabelecido e adequadamente divulgado.

Parágrafo 4º - A Companhia se compromete a manter cobertura de atendimento das urgências e emergências de saúde, 24 horas e 07 dias por semana, com avaliação inicial e triagem realizadas, preferencialmente, dentro da empresa e com uso de um serviço especializado de Telemedicina.

Parágrafo 5º - A Companhia se compromete a dar treinamento em primeiros socorros aos empregados brigadistas que atuem como socorristas, sem pertencerem à área da saúde.

Parágrafo 6º - A Companhia garantirá o atendimento de trabalhadores próprios e contratados, em unidade de saúde de acordo com nível de complexidade adequado a cada caso, incluindo grandes queimados.





Parágrafo 7º - A Companhia garantirá a avaliação e o acompanhamento de todos os empregados envolvidos em emergência com exposição a produtos químicos, feitos por uma equipe multidisciplinar da área de saúde.

Parágrafo 8º - Será concedido 01 (um) dia de folga anualmente ao brigadista de combate a incêndio que tiver participação efetiva em no mínimo 90% (noventa por cento) do programa anual de treinamento de brigada. A folga deverá ser usufruída nos 12 (doze) meses subsequentes da nomeação, sendo previamente accordada com a gerência imediata, não sendo cumulativa.

Cláusula 80. Comunicação e Prevenção de Acidente de Trabalho

A Companhia assegura o encaminhamento a Entidade Sindical, por via eletrônica e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua emissão, da cópia da Comunicação do Acidente de Trabalho (CAT) de seus empregados. No caso da CAT dos contratados, será encaminhada no prazo de 1 (um) dia útil após o recebimento deste documento pela fiscalização.

Parágrafo 1º - A Companhia manterá, em articulação com as CIPAs, as Entidades Sindicais e as empresas contratadas, a realização de palestras, cursos, seminários, ao menos duas vezes ao ano, de forma presencial, sobre as características tóxicas de suas matérias primas e produtos, os demais riscos presentes nos locais de trabalho, incluindo assédio e riscos biopsicossociais, e os meios necessários à prevenção ou limitação de seus efeitos nocivos, bem como sobre a promoção da saúde dos trabalhadores.

Parágrafo 2º - As doenças tropicais, adquiridas em função do trabalho realizado em áreas endêmicas, mediante evidências de nexo causal, serão consideradas como acidente ou doença do trabalho.

Parágrafo 3º - A Companhia realizará processo de higienização dos uniformes em área operacionais e EPI's adequados para seus empregados.

Parágrafo 4º - A Companhia realizará campanha de segurança com enfoque no aumento de capacidade em segurança nas atividades operacionais da Petrobras Biocombustível.

Parágrafo 5º - A Companhia realizará programas de treinamento com vistas a promover a capacitação dos empregados e assegurar sua participação nos programas de segurança, meio ambiente e saúde ocupacional, conforme previsto na NR-1.

Rubrica
A handwritten signature enclosed in a blue rectangular box.

Rubrica
EDJS
A handwritten signature enclosed in a blue rectangular box.

Rubrica
FAPN
A handwritten signature enclosed in a blue rectangular box.

DS
MGDS
GL
A handwritten signature enclosed in a blue rectangular box.



Cláusula 81. Aprendizagem com os Acidentes de Trabalho

A Companhia permitirá o acesso de dirigentes sindicais às áreas dos acidentes, e participação de representante da Entidade Sindical empregado da Petrobras Biocombustível nas comissões de análise e aprendizagem de eventos (acidentes/ incidentes).

Parágrafo 1º - A Companhia garantirá a investigação de qualquer acidente de trabalho pela CIPA, conforme estabelecido na NR-5.

Parágrafo 2º - Sempre que houver participação de representante sindical na Comissão de análise e aprendizagem, a gerência que a constituiu deverá, desde que solicitado, encaminhar uma cópia do Relatório à respectiva Entidade Sindical, condicionada à assinatura do documento por este representante. Tais informações devem ser tratadas como confidenciais.

Parágrafo 3º - A Companhia garantirá ao representante da Entidade Sindical integrante das Comissões de análise e aprendizagem o acesso a toda documentação relativa aos acidentes, quase acidentes e incidentes graves ocorridos em suas respectivas bases de representação. Conforme já definido no parágrafo anterior, o relatório somente será entregue após assinatura das partes.

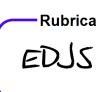
Parágrafo 4º - A primeira reunião de apuração de acidentes deverá ser marcada com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, salvo determinação legal ou combinação prévia com os representantes do sindicato e da CIPA. Visitas ao local da ocorrência por membros da comissão poderão ser realizadas antes deste prazo.

Parágrafo 5º - A Companhia assegura às Entidades Sindicais a manutenção das características do local do acidente classes 04 e 05, de forma a preservar os elementos úteis à sua apuração.

Parágrafo 6º - A Companhia se compromete a não vincular concessão de vantagens à redução de acidentes, bem como a não incluir meta de acidentes no GD dos empregados, tampouco em quaisquer outros programas remuneratórios.

Parágrafo 7º - A Companhia disponibilizará, através de sistema informatizado específico, ações apontadas nos relatórios dos acidentes e incidentes potenciais, no prazo de uma semana após a conclusão dos mesmos, definindo os responsáveis pelos prazos para tratamento.

Parágrafo 8º - A Companhia se compromete a, em conjunto com a Petrobras e por meio da estrutura da Petrobras, promover a Trilha de Desenvolvimento em Análise de Anomalias de





SMS para capacitação de empregados das diversas áreas de Negócios fortalecendo o pilar de Aprendizado com a Experiência.

Parágrafo 9º - A Companhia se compromete a, em conjunto com a Petrobras e por meio da sua estrutura, a adotar abordagem de Fatores Humanos da Controladora, no contexto da segurança operacional, incentivando a capacitação da força de trabalho e promovendo melhorias nos seus processos de SMS relacionados a esta temática.

Cláusula 82. Proteção ao meio ambiente

A Companhia se compromete a respeitar toda forma de vida e o meio ambiente, prevenindo qualquer dano e considerando os potenciais impactos negativos de nossas atividades no processo de tomada de decisão, a fim de minimizá-los.

Parágrafo 1º - A Companhia se compromete a mitigar, reduzir e colaborar na resolução de possíveis impactos negativos causados nas comunidades onde atuamos.

Parágrafo 2º - A Companhia se compromete a avaliar oportunidades de melhoria de aspectos ambientais e sociais nos trabalhos, projetos e tomadas de decisão.

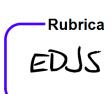
Cláusula 83. Diversidade em SMS

A Companhia se compromete a considerar a estrutura feminina, na especificação dos Equipamentos de Proteção individual (EPI), incluindo os uniformes para os diferentes sexos e gestantes, dentre outras adequações apontadas nos programas de equidade de gênero.

Parágrafo 1º - A Companhia disponibilizará ambientes adequados em todas as unidades para que as pessoas que amamentam possam fazer a coleta e armazenamento do leite materno, enquanto estiverem no trabalho, inclusive à noite e nos finais de semana.

Parágrafo 2º - A Petrobras Biocombustível garante às pessoas gestantes e lactantes o direito de exercerem suas atividades em áreas livres de riscos relacionados à gravidez ou ao aleitamento, sem prejuízo de seus adicionais e/ou condições de trabalho, por até 1 (um) ano após o nascimento da criança.

Parágrafo 3º - A Companhia se compromete a fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados às necessidades específicas dos empregados e empregadas com





deficiências (PcD). Garantindo que os EPIs, pertinentes, sejam adaptados para proporcionar a segurança e conforto adequada ao empregado e empregada.

Cláusula 84. Funcionamento das CIPAs

A Companhia garante a comunicação das eleições da CIPA, as respectivas Entidades Sindicais, com antecedência de 90 (noventa) dias, fornecendo aos mesmos, a distribuição dos Setores correspondentes a cada representante dos empregados a ser eleito.

Parágrafo 1º - A CIPA do estabelecimento terá acesso, a todos os locais de trabalho e às informações e dados estatísticos referentes à Segurança e Saúde do Trabalho necessários ao bom exercício de suas atividades.

Parágrafo 2º - A CIPA indicará 1 (um) representante preferencialmente eleito pelos trabalhadores para acompanhar a análise dos acidentes ocorridos nas respectivas áreas de atuação, sem prejuízo das atribuições da NR-5.

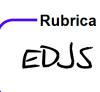
Parágrafo 3º - A Companhia assegurará a participação do presidente e do vice-presidente da CIPA nos comitês de gestão de SMS das Unidades.

Parágrafo 4º - A Companhia, por meio das suas Unidades, promoverá pelo menos uma reunião anual local convidando os representantes das CIPAs da Unidade e das empresas contratadas que nela atuam. Em âmbito nacional, a Companhia promoverá pelo menos uma reunião anual dos Presidentes e Vices de suas CIPAs

Parágrafo 5º - A Companhia proporcionará aos membros titulares da CIPA os meios necessários ao desempenho de suas atribuições, garantindo tempo suficiente, dentro das instalações da Companhia durante sua jornada e escala de trabalho, para a realização das tarefas constantes do plano de trabalho, sem prejuízo da remuneração. Caso as atividades ocorram fora da jornada ou escala regular de trabalho, serão consideradas como horas trabalhadas.

Parágrafo 6º - A Companhia viabilizará os meios de transporte e alimentação necessários para os cipistas participarem das reuniões ordinárias, extraordinárias, visitas, auditorias e realizarem atividades do plano de trabalho da CIPA. O transporte em questão será fornecido considerando a base local de trabalho do cipista.

Parágrafo 7º - A Companhia garantirá que os cipistas exerçerão atividades de prevenção de acidentes, mediante negociação de agenda com as gerências locais.





Parágrafo 8º - A CIPA deverá ser comunicada após a ocorrência de todos os acidente e incidentes de alto potencial ocorridos na unidade de atuação conforme estabelecido na NR-5 (Ministério do Trabalho).

Parágrafo 9º - O número base para a definição de todos os membros eleitos da CIPA é o referido pela NR-5 considerando os trabalhadores lotados no respectivo local, quando da eleição.

Parágrafo 10º - A Companhia assegura a participação às reuniões da CIPA, de um Dirigente Sindical, indicado pela respectiva entidade sindical, fornecendo-se, ao mesmo, cópia de suas atas.

Parágrafo 11º - A Companhia garante manter disponível em meio eletrônico, para os seus empregados e CIPA, as fichas técnicas (FDS - Ficha de Dados de Segurança) dos produtos químicos existentes no ambiente de trabalho.

Cláusula 85. Comissões de SMS de Empregados Próprios e de Empresas Contratadas

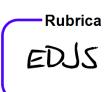
A Companhia se compromete em participar da comissão a ser mantida pela Petrobras, em sua Sede, com as Entidades Sindicais, com o objetivo de tomar conhecimento das discussões relacionadas às questões de SMS, relativas aos empregados próprios e empregados de empresas contratadas, no âmbito da Petrobras Holding.

Parágrafo 1º - O relatório anual do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) das Unidades serão apresentados aos representantes das Entidades Sindicais quando solicitado.

Parágrafo 2º - Sempre que solicitada, a Companhia apresentará aos sindicatos representantes das suas unidades os dados estatísticos referentes aos desvios e incidentes ocorridos em suas atividades e instalações, bem como informará as ações preventivas e/ou corretivas adotadas para o tratamento efetivo das anomalias.

Parágrafo 3º - A Companhia apresentará anualmente nas CIPAs os documentos básicos e os relatórios das avaliações ambientais e ocupacionais.

Parágrafo 5º - A Companhia, mediante prévio entendimento, assegurará o acesso aos locais de trabalho, de 2 (dois) profissionais de saúde ou de segurança do trabalho indicados pelo Sindicato local, para acompanhamento das condições de salubridade e segurança.





Cláusula 86. Contratos de Prestação de Serviços

A Companhia manterá nos contratos de prestação de serviço, que a contratada se obrigará a realização de exames periódicos e exames específicos dos seus respectivos empregados, em consonância com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

Parágrafo 1º - A Companhia implementará em seus anexos contratuais de SMS, melhorias nos procedimentos dos exames ocupacionais e nas ações de saúde das empresas contratadas, com foco no cuidado à saúde e bem-estar das pessoas.

Parágrafo 2º - A Companhia se compromete a revisar o anexo de SMS dando maior robustez às diretrizes de saúde.

Parágrafo 3º - A Companhia se compromete a realizar ações de divulgação e sensibilização para as empresas prestadoras de serviços, do Movimento Mente em Foco do Pacto Global da ONU-Brasil.

Parágrafo 4º - A Companhia se compromete a incluir, na fase de avaliação do IDF a valorização das empresas signatárias do Movimento Mente em Foco do Pacto Global da ONU – Brasil.

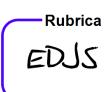
Cláusula 87. Segurança no Trabalho - Inspeções Oficiais

A Companhia, nos termos e limites estabelecidos na legislação, permitirá que representantes dos empregados da mesma base territorial acompanhem a fiscalização, pelos órgãos competentes, dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e saúde do trabalhador.

Parágrafo 1º - A Companhia, desde que previamente informada, comunicará com antecedência, as Entidades Sindicais e CIPA a data, horário e local da fiscalização dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e saúde do trabalhador pelos órgãos competentes.

- I. Havendo a comunicação à Entidade Sindical da base correspondente ao local de inspeção, a ausência do representante da entidade sindical não implica em descumprimento do objetivo da cláusula.

Parágrafo 2º - Salvo conveniência da Companhia, a participação da entidade sindical fica limitada a 1 (um) representante.





Cláusula 88. Direito de Recusa

Quando o empregado, no exercício de suas atividades, fundamentado em seu treinamento e experiência, após tomar as medidas corretivas, tiver justificativa razoável para crer que a vida e/ou integridade física sua e/ou de seus colegas de trabalho e/ou as instalações e/ou meio ambiente se encontre em risco grave e iminente, poderá suspender a realização dessas atividades, comunicando imediatamente tal fato ao seu superior hierárquico, que após avaliar a situação e constatando a existência da condição de risco grave e iminente manterá a suspensão das atividades, até que venha a ser normalizada a referida situação.

Parágrafo Único - A Companhia garante que o Direito de Recusa, nos termos acima, não implicará em medida disciplinar.

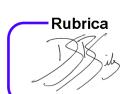
CAPÍTULO VIII - DAS RELAÇÕES SINDICAIS

Cláusula 89. Liberdade de Associação e Negociação Coletiva

Em conformidade com o disposto na Constituição Federal, com os princípios estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Convenção nº 98 (Direito de Organização e de Negociação Coletiva), a Companhia declara e reafirma seu compromisso com o pleno respeito à liberdade de associação e ao direito à negociação coletiva.

Parágrafo 1º - A Petrobras Biocombustível e as Entidades Sindicais reconhecem que a negociação coletiva se trata do meio preferencial para a resolução de questões atinentes às relações de trabalho, visando a busca de acordos que atendam aos interesses das partes envolvidas, privilegiando o diálogo, a transparência, a boa-fé negocial, os instrumentos coletivos de trabalho, a autonomia privada coletiva e atuando para que as negociações sejam significativas, equilibradas e fundamentadas.

Parágrafo 2º - A companhia respeita integralmente a autonomia das instituições representativas dos empregados, conforme parâmetros estabelecidos em legislação, além de





reconhecer o direito de todos os empregados de filiar-se livremente ao sindicato representante de sua categoria.

Cláusula 90. Atraso ou de extensão de jornada por realização de assembleias

As horas de atraso ou de extensão de jornada causadas por realização de assembleias para avaliação de proposta apresentada pela Companhia serão obrigatoriamente colocadas no banco de horas ou margem de balanço, a partir da assinatura deste ACT.

Cláusula 91. Participação nos Lucros e Resultados - PLR

As Entidades Sindicais serão os interlocutores junto à Companhia para fins de negociação da Participação nos Lucros e Resultados, conforme o prescrito na Lei nº 10.101/2000, de 19/12/2000.

Cláusula 92. Comissões Permanentes

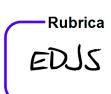
A Petrobras Biocombustível participará, em conjunto com a Holding Petrobras e as Entidades sindicais, das seguintes Comissões Permanentes Corporativas da Petrobras: Acompanhamento do Acordo Coletivo de Trabalho, Segurança Meio Ambiente e Saúde (SMS), AMS – Assistência Multidisciplinar de Saúde, Frequência & Regimes de Trabalho & Teletrabalho, Diversidade & Combate à Violência no Trabalho e Fiscalização de Contratos de Prestação, que se reunirão a cada 3 (três) meses.

Parágrafo 1º - A Companhia garantirá a realização de reuniões periódicas com as respectivas Entidades Sindicais, em datas previamente negociadas, com o objetivo de tratar de questões locais, de interesse comum.

Cláusula 93. Efetivo de Pessoal

A Companhia, em comum acordo com as Entidades Sindicais e em conjunto com a Holding Petrobras, se compromete a participar do fórum da Petrobras, para discutir questões envolvendo o efetivo de pessoal.

Parágrafo 1º - A Companhia, informará trimestralmente às Entidades Sindicais, quando for solicitada, a movimentação de pessoal ocorrida em sua base territorial.





Cláusula 94. Contribuição Assistencial e outras fontes de custeio sindicais

A Companhia descontará em folha normal de pagamento, observado o seu cronograma operacional, as importâncias aprovadas nas Assembleias Gerais, como Contribuição Assistencial aos sindicatos, nos termos do disposto nos incisos IV do artigo 8º do Capítulo II da Constituição Federal, desde que não haja oposição do empregado no prazo de 40 (quarenta) dias após o recebimento, pela Petrobras Biocombustível, da comunicação do sindicato contendo o edital de convocação e a respectiva ata de assembleia, bem como da publicação no site da entidade sobre a forma e meio para o empregado manifestar individualmente o seu desacordo. Ao final do período, a Companhia enviará relatório ao sindicato com as informações sobre a arrecadação.

Parágrafo 1º - Caberá a cada sindicato a definição da forma e dos meios para o empregado realizar a sua manifestação, respeitando o prazo para desacordo, informando essa decisão para os empregados pelos seus meios de comunicação.

Parágrafo 2º - Caberá a cada sindicato repassar para a Companhia, por meio de planilha de Excel contendo nome, matrícula e chave, a relação dos empregados que manifestaram a sua oposição.

Parágrafo 3º - A Companhia compromete-se a efetuar o repasse do percentual correspondente aos descontos realizados a título de mensalidade sindical, conforme previsto nos estatutos das entidades sindicais, às Federações vinculadas. O repasse será realizado de forma proporcional e regular, observando os critérios e prazos estabelecidos.

- I. O percentual a ser repassado será definido pelos sindicatos em conformidade com seus estatutos e deverá ser previamente comunicado à Companhia, que se responsabilizará pela retenção e repasse dos valores conforme acordado.

Parágrafo 4º - O empregado que por motivo alheio a sua vontade não conseguir manifestar sua oposição ao desconto no prazo previsto no caput desta cláusula poderá solicitar a devolução do valor descontado junto ao sindicato.

Parágrafo 5º - Sendo a Companhia mera fonte retentora da Contribuição, caberá aos sindicatos a responsabilidade de qualquer pagamento por força de decisão judicial decorrente de ações ajuizadas por empregados contra o referido desconto.

Parágrafo 6º - A Companhia se compromete a fazer apenas dois comunicados aos empregados, no início e no fim do processo, visando informar sobre a Contribuição Assistencial e os prazos para oposição, se isentando de promover campanha com esse fim.





Parágrafo 7º - Como forma de padronizar e agilizar a operacionalização dos descontos das contribuições, as partes acordam que, quando a contribuição assistencial for aplicada sobre a remuneração mensal será utilizado para fins de cálculo a “RMNR + ATS + HETT (quando houver)”, excetuando férias e décimo-terceiro.

Parágrafo 8º - Também como forma de padronizar e agilizar a operacionalização dos descontos das contribuições, as partes acordam que, quando a contribuição assistencial for aplicada sobre remunerações variáveis, para fins de cálculo, será considerado o valor líquido destas remunerações, ou seja, descontado Imposto de Renda e contribuição e extraordinária de 2% para a AMS.

Cláusula 95. Mensalidade Sindical

A Companhia se compromete a descontar dos salários dos empregados sindicalizados a mensalidade sindical, na forma estabelecida nos Estatutos ou pelas Assembleias Gerais dos sindicatos acordantes.

Parágrafo Único - Sendo a Companhia somente fonte retentora da mensalidade ou contribuição, caberá aos sindicatos a responsabilidade de qualquer pagamento por decisão judicial decorrente de ações ajuizadas por empregados contra o referido desconto.

Cláusula 96. Liberações Sindicais

A Companhia, para efeitos contábeis, manterá em folha de pagamento o dirigente sindical liberado nas condições do parágrafo 2º do artigo 543 da CLT, sem remuneração, a qual, segundo acordado, deverá ser totalmente suportada pelo Sindicado, inclusive com os encargos.

Parágrafo 1º - A Companhia efetuará o pagamento normal dos salários e o recolhimento dos encargos respectivos, cabendo a cada Entidade Sindical ressarcir todos os custos.

Parágrafo 2º - O ressarcimento dos salários e encargos de que trata o parágrafo anterior será feito mensalmente, mediante dedução dos créditos dos sindicatos junto à Companhia. O não ressarcimento, pelos sindicatos, qualquer que seja a razão, ensejará a suspensão imediata do compromisso ora estabelecido.

Parágrafo 3º - Os períodos de liberação constantes na presente cláusula serão considerados para efeito de contagem do tempo de serviço para fins de ATS e de período aquisitivo de férias, assim como, quando retornar para o regime de trabalho originário,

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GL



encerrada a liberação, o empregado acompanhará a escala de trabalho normal, sem crédito relativo a folgas retroativas.

Parágrafo 4º - As liberações de que trata a presente cláusula deverão abranger, no mínimo, todo o período da relação trabalho x folga (conforme anexo XV) de forma que não sejam gerados nem créditos ou débitos de folgas retroativas.

Parágrafo 5º - Acordam a Companhia e as Entidades Sindicais que as liberações pactuadas na presente cláusula não descharacterizam a suspensão ou a interrupção do contrato de trabalho dos empregados que delas fizerem uso. Encerrada a liberação, o empregado acompanhará a escala de trabalho normal, sem crédito relativo a folgas retroativas.

Cláusula 97. Dirigentes Sindicais – Treinamentos obrigatórios

A Companhia custeará os cursos e treinamentos obrigatórios necessários à atuação nas instalações da Petrobras Biocombustível abrangidas pela representação do sindicato para os empregados da Petrobras Biocombustível eleitos como dirigentes sindicais.

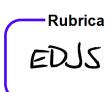
Parágrafo Único - Por sua vez, os empregados da Petrobras Biocombustível eleitos como dirigentes sindicais se comprometem a estar em dia com os treinamentos obrigatórios solicitados pela Companhia.

Cláusula 98. Dias de Liberação por Ano para Dirigentes de Base

A Companhia garante que cada Sindicato signatário terá direito até 11 (onze) dias por ano para cada dirigente de base, totalizando no máximo 4 (quatro) dirigentes, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo 1º - As liberações previstas deverão ser comunicadas à Petrobras Biocombustível com antecedência mínima de 2 dias úteis, por meio de ofício à Gerência Setorial de recursos Humanos, com cópia para o gestor imediato, contendo o nome e matrícula dos dirigentes sindicais que serão liberados.

- I. Havendo a comunicação à Entidade Sindical da base correspondente ao local de inspeção, a ausência do representante da entidade sindical não implica em descumprimento do objetivo da cláusula.





Parágrafo 2º - As liberações descritas nessa Cláusula não se aplicam aos dirigentes com liberação integral prevista neste acordo.

CAPÍTULO IX - DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES

Cláusula 99. Comissão de Representação de Empregados

A Companhia não implantará comissões de representação de empregados, conforme possibilidade prevista no artigo 611A da CLT, considerando as alterações advindas da Lei 13.467/17, de 13/07/2017.

Cláusula 100. Motoristas

A Companhia garante que seus motoristas profissionais, ou condutores autorizados, não serão obrigados a ressarcir os danos causados, em qualquer tipo de viatura que dirigirem, ficando, apenas, sujeitos, como todos os empregados, aos padrões normativos de Relações no Trabalho.

- I. A dispensa de ressarcimento dos danos causados não ocorrerá quando for constatada condutas dolosas, envolvendo dolo direto ou eventual.

Cláusula 101. Ponto Eletrônico

A Companhia e as Entidades Sindicais, em consonância com a Portaria 671/2021 do Ministério do Trabalho e Previdência, acordam que os sistemas de ponto eletrônico utilizados para o registro e controle das marcações da jornada de trabalho são considerados e aceitos como instrumentos válidos e legais para a aferição da frequência dos empregados da Companhia.

Parágrafo Único – As Entidades Sindicais poderão apresentar à Companhia, no âmbito da Comissão de Acompanhamento do Acordo Coletivo de Trabalho, sugestões de melhoria e aprimoramento do sistema.





Cláusula 102. Fiscalização de Contratos de Prestação de Serviços

A Companhia reafirma o compromisso de que a atividade de fiscalização de contrato será realizada apenas por empregados próprios, visando a dar maior ênfase aos aspectos trabalhistas, sociais, econômico/financeiros, técnicos e de segurança meio ambiente e saúde, sendo admitido o apoio de empresas contratadas exclusivamente para as atividades administrativas de verificação do correto recolhimento das contribuições previdenciárias, de FGTS e do cumprimento das obrigações trabalhistas.

Cláusula 103. Diversidade

A Companhia valorizará a diversidade humana e cultural nas relações com os/as empregados/as, garantindo o respeito às diferenças e a não discriminação.

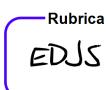
Parágrafo 1º - A Companhia manterá a Política de Diversidade, Equidade e Inclusão, de modo a desdobrar seus fundamentos e princípios na alta gestão, nas unidades administrativas e operacionais, conforme processos e áreas correlatas de atuação, bem como as metas de liderança voltadas para grupos subrepresentados, como para mulheres e pessoas negras, aprovadas no Planejamento Estratégico.

Parágrafo 2º - A Companhia não praticará qualquer diferença salarial ou de progressão na carreira do/a empregado/a em consequência de cultura, raça, cor de pele, origem étnica, origem ou classe social, idade, religião, gênero, orientação sexual, estética pessoal, condição física, sensorial, intelectual, mental ou psíquica, estado civil, opinião, convicção política, local de origem, identidade de gênero ou qualquer outro fator de diferenciação individual.

Parágrafo 3º - A Companhia elaborará e disseminará conteúdos informativos, direcionados à força de trabalho, para prevenção de práticas de discriminação e de práticas de assédio moral e sexual.

Parágrafo 4º - A Companhia envidará esforços junto à controladora para, por meio da sua estrutura, implementar e manter o Programa de Abordagem à Pessoa com Deficiência e/ou Neurodivergência na Gestão de Pessoas visando à consolidação e disseminação do conteúdo específico sobre pessoa com deficiência, a sensibilização da gestão e de empregados/as no tema e para análise de melhorias para a inclusão dos empregados com deficiência no ambiente laboral, nas equipes de trabalho e na Companhia.

Parágrafo 5º - A Companhia realizará o monitoramento de dados e pesquisas de percepção com empregados/as para, a partir desses insumos, implementar ações que acelerem a promoção da diversidade, equidade e inclusão.





Parágrafo 6º - A Companhia ratifica que assegura um ambiente de trabalho inclusivo para pessoas trans, garantindo o uso do nome social nos sistemas, bem como o acesso e uso de suas instalações, banheiros e vestiários conforme identidade de gênero autodeclarada.

Cláusula 104. Combate à Violência no Trabalho

A Companhia e as Entidades Sindicais declaram repúdio a qualquer ato de discriminação, assédio moral, retaliação ou violência sexual.

Parágrafo 1º - A Companhia adotará medidas de prevenção às violências no ambiente de trabalho, como a realização de treinamentos obrigatórios e campanhas de conscientização permanentes, envolvendo a força de trabalho própria e das empresas prestadoras de serviços.

Parágrafo 2º - A Companhia manterá um Canal de Denúncia acessível a toda força de trabalho para recebimento e tratamento de denúncias relacionadas à discriminação, ao assédio moral, à retaliação e à violência sexual.

Parágrafo 3º - A Companhia assegura manter denunciante/vítima informado(a) sobre todas as etapas do tratamento da denúncia, realizando devolutiva humanizada.

Parágrafo 4º - A Companhia, em comum acordo com as Entidades Sindicais e em conjunto com a Holding Petrobras, se compromete a participar do fórum corporativo anual para debater questões relacionadas à prevenção e ao combate às violências sexuais e no trabalho, visando principalmente o acompanhamento dos seguintes temas:

- a) Prevenção
- b) Acolhimento
- c) Tratamento da denúncia

Parágrafo 5º - Nas ações judiciais que versem sobre violência sexual e discriminação, os valores pagos para reparação das vítimas, por força de decisão judicial ou transação, poderão ensejar, por parte da Companhia, ação regressiva em face do empregado que praticou o ato ilícito, quando cabível.

Parágrafo 6º - Nos casos de Violências Sexuais e no Trabalho, a vítima poderá indicar um acompanhante (designado formalmente pela vítima/denunciante, de forma facultativa e quando não houver indicação voluntária de representante legal), para auxiliá-la no





acompanhamento de sua denúncia junto à Ouvidoria, na entrevista de apuração ou quando receber solicitação da equipe de apuração para comparecer ou prestar informação ou documento, garantida a autonomia de sua vontade.

Parágrafo 7º - Nos casos de violências sexuais e no trabalho, a Companhia informará à pessoa formalmente indicada pelo(a) denunciante/vítima como acompanhante, por e-mail indicado no relato ou nas comunicações mantidas no Canal de Denúncia, as principais etapas e desdobramentos ao longo do tratamento da denúncia. Para tanto será necessário que este acompanhante assine previamente um Termo de Confidencialidade, a ser encaminhado ao(à) denunciante/vítima mediante solicitação de indicação do(a) acompanhante junto à Ouvidoria-Geral.

Parágrafo 8º - A equipe de apuração de denúncias de violências sexuais e no trabalho deverá ser multidisciplinar, diversa e qualificada.

Cláusula 105. Capacitação em ASG

A Companhia, por meio das áreas de SMS, Responsabilidade Social, Governança e Clima, em parceria com as áreas de negócios e da Universidade Petrobras, promoverá Programas e Iniciativas Corporativas com foco na educação ambiental, ofertando treinamentos e cursos, visando a capacitação de seus empregados nas temáticas de sustentabilidade ambiental e transição energética justa.

Cláusula 106. Feiras de produtos agroecológicos e artesanais

A Companhia, visando a promoção da alimentação saudável e a valorização do relacionamento com as comunidades, disponibilizará espaço em suas unidades e prédios administrativos para a realização de feiras, nas quais os empregados poderão comprar produtos artesanais, orgânicos e agroecológicos, com foco na agricultura familiar e no microempreendedorismo.

Parágrafo Único- As áreas de SMS e de Responsabilidade Social da Companhia ficarão responsáveis por apoiar as unidades nas instalações das referidas feiras para Produção de Alimentação Saudável

Cláusula 107. Treinamentos

A Companhia, por meio da Universidade Corporativa da Petrobras ou de instituições externas, ofertará treinamentos e cursos, visando a atualização técnica dos empregados, o





desenvolvimento de novas habilidades, a integração de empregados e o fortalecimento da identidade Petrobras Biocombustível.

Cláusula 108. Atendimento de Recursos Humanos

A Petrobras Biocombustível se compromete a manter o funcionamento do atendimento de Recursos Humanos, presencial e/ou por vídeo, para todos os empregados e aposentados de forma complementar aos canais digitais de relacionamento.

Cláusula 109. Desconto em Folha de Pagamento de Empréstimos Consignados

A Companhia realizará o desconto em folha de pagamento das parcelas referentes a empréstimos consignados contratados pelos empregados, com posterior repasse dos valores ao Programa Crédito do Trabalhador, à Petros ou a instituições financeiras conveniadas.

Parágrafo 1º - Os dados relativos aos empréstimos contratados serão recebidos exclusivamente por meio de sistemas integrados.

Parágrafo 2º - O valor total dos descontos referentes a empréstimos consignados observará o limite de 35% da remuneração disponível do empregado.

- I. Para os fins desta cláusula, considera-se remuneração disponível o valor remanescente da remuneração recebida mensalmente após os descontos obrigatórios, tais como IRRF, INSS, Petros, AMS e demais previstos em lei, decisão judicial ou decorrentes do contrato de trabalho.

Parágrafo 3º - Na hipótese de coexistência de múltiplos empréstimos, a Companhia priorizará os descontos na seguinte ordem: (i) Petros, (ii) Programa Crédito do Trabalhador, e (iii) instituições financeiras conveniadas.

Parágrafo 4º - Caso não seja possível efetuar o desconto em folha, caberá ao empregado regularizar o pagamento diretamente com a instituição credora, utilizando recursos próprios.





CAPÍTULO X - DA VIGÊNCIA

Cláusula 110. Abono ACT 2025-2027

A Companhia concederá um abono, nos termos do parágrafo 2º do art. 457 da CLT, em função do encerramento das negociações coletivas e da efetiva celebração de um novo instrumento coletivo para os próximos 2 (dois) anos, ACT 2025-2027.

Parágrafo 1º - A Companhia pagará o abono, em duas parcelas (março e setembro de 2026), a todos os empregados em efetivo exercício em 01/09/2025.

- I. Para fins de cálculo do abono a ser concedido, será considerada a remuneração do empregado, multiplicada por 1,6 (um vírgula seis).
 - a. Após aplicado o fator multiplicador, o piso a ser considerado é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e o teto é de R\$42.000,00 (quarenta e dois mil reais).
 - b. Para os fins dispostos no inciso I, a remuneração é entendida como a soma da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR) com o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) ou como a Remuneração da Função Gratificada.
- II. Não serão considerados naquela data, 01/09/2025, como em efetivo exercício os períodos de afastamento por doença não ocupacional acima de 3 (três) anos, por acidente de trabalho ou doença ocupacional acima de 4 (quatro) anos e os referentes à licença sem vencimentos, exceto nos casos previstos no parágrafo 2º do artigo 543 da CLT e nos limites da Lei.

Parágrafo 2º - As importâncias pagas à título de abono não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário nos termos do parágrafo 2º do art. 457 da CLT.

Cláusula 111. Manutenção da data-base

Rubrica


Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GL



As condições a serem pactuadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2025-2027 vigerão a partir de 01/09/2025, exceto quanto às cláusulas que contiverem disposição expressa em contrário.

Cláusula 112. Revisão, Denúncia, Revogação

O procedimento de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial do presente, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, salvo acordo entre as partes.

Parágrafo Único - A Companhia efetuará o depósito deste acordo no Ministério do Trabalho, em conformidade com os prazos estabelecidos no artigo 614 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e Portaria MTP Nº 671, de 08/11/2021, comprometendo-se, as Entidades Sindicais, a entregar à Companhia os documentos necessários para a efetivação do referido depósito.

Cláusula 113. Vigência

As cláusulas pactuadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2025-2027 terão vigência até 31 de agosto de 2027, exceto quanto às cláusulas que contiverem disposição expressa em contrário.

Parágrafo 1º - As partes declaram que o presente Acordo Coletivo de Trabalho contém as cláusulas normativas aplicáveis à relação laboral entre a Petrobras Biocombustível e seus empregados e que substituem, a partir da sua data de vigência, toda e qualquer previsão anteriormente existente, exceto se constarem expressamente do presente Instrumento.

Cláusula 114. Preservação dos acordos coletivos de trabalho regionais

As partes acordam que serão preservados os acordos coletivos de trabalho regionais e Acordo Coletivo de Trabalho específico na Petrobras Biocombustível em vigor no ato da assinatura do presente Acordo, salvo disposição expressa em contrário.

Parágrafo Único – O presente Instrumento não altera as datas de vigência dispostas nos acordos coletivos de trabalho regionais e Acordo Coletivo de Trabalho específico, salvo disposição expressa em contrário.





Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 2026.

DocuSigned by:

Marcilene Guimarães dos Santos

9B7174CCC314432...

p/ PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S/A

CNPJ: 10.144.628/0001-14

Nome: MARCILENE GUIMARÃES DOS SANTOS

(letra de forma)

Assinado por:

A handwritten signature in black ink, enclosed in a blue rectangular border.

7ECD3E65B8ED47F...

P/FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS

CNPJ: 40.368.151/0001-11 / Código Sindical: 460.000.07432

Nome: DEYVID SOUZA BACELAR DA SILVA

(letra de forma)

Assinado por:

A handwritten signature in black ink, enclosed in a purple rectangular border.

ED71672F040148B...

P/SINDICATO DOS PETROLEIROS DO ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 15.532.0855/0001-30 / Código Sindical: 914.000.527.26256-0

Nome: ELIZABETE DE JESUS SACRAMENTO

(letra de forma)



Assinado por:

Guilherme Carvalho Alves

547281D5673A4F1...

P/SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA DESTILAÇÃO E
REFINAÇÃO DO PETRÓLEO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 16.591.281/0001-34 / Código Sindical: 004.279.07091-0

Nome: GUILHERME CARVALHO ALVES

(letra de forma)

Assinado por:

Francisco Antônio Fernandes Neto

8BA1CEA46614435...

P/SIND. DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DE PETROLEO NOS ESTADOS DO
CEARA E PIAUI

CNPJ: 07.948.565/0001-44 / Código Sindical: 911.004.527.11596-2

Nome: FRANCISCO ANTONIO FERNANDES NETO

(letra de forma)



ANEXO I - TABELA SALARIAL

VIGÊNCIA: 01/09/2025 A 31/08/2026

Nível Médio		
Nível	A	B
411	1.382,95	1.408,97
412	1.435,51	1.462,55
413	1.490,08	1.518,08
414	1.546,71	1.575,86
415	1.605,45	1.635,64
416	1.666,48	1.697,79
417	1.729,78	1.762,30
418	1.795,47	1.829,30
419	1.863,78	1.898,84
420	1.934,58	1.971,02
421	2.008,07	2.045,90
422	2.084,43	2.123,64
423	2.163,58	2.204,33
424	2.245,82	2.288,11
425	2.331,16	2.375,00
426	2.419,72	2.465,29
427	2.511,72	2.558,99
428	2.606,87	2.655,95
429	2.706,18	2.757,17
430	2.809,03	2.861,91
431	2.915,79	2.970,66
432	3.026,62	3.083,59
433	3.141,59	3.200,68
434	3.260,94	3.322,38
435	3.384,89	3.448,61
436	3.513,55	3.579,66
437	3.647,08	3.715,65
438	3.785,62	3.856,85
439	3.929,47	4.003,48
440	4.078,77	4.155,56
441	4.233,81	4.313,45
442	4.394,67	4.477,39
443	4.561,67	4.647,53
444	4.735,00	4.824,15
445	4.914,91	5.007,45
446	5.101,73	5.197,76

Nível Superior		
Nível	A	B
800	6.676,34	6.802,01
801	6.930,03	7.060,48
802	7.193,37	7.328,75
803	7.466,74	7.607,23
804	7.750,48	7.896,31
805	8.045,00	8.196,37
806	8.350,69	8.507,88
807	8.668,01	8.831,15
808	8.997,34	9.166,75
809	9.339,31	9.515,07
810	9.694,19	9.876,65
811	10.062,56	10.251,96
812	10.444,96	10.641,57
813	10.841,86	11.045,90
814	11.253,85	11.465,66
815	11.681,52	11.901,30
816	12.125,40	12.353,65
817	12.586,12	12.823,07
818	13.064,40	13.310,32
819	13.560,87	13.816,13
820	14.076,23	14.341,09
821	14.611,11	14.886,06
822	15.166,30	15.451,70
823	15.742,64	16.038,91
824	16.340,89	16.648,34
825	16.961,83	17.281,00
826	17.606,42	17.937,71
827	18.275,44	18.619,34
828	18.969,91	19.326,86
829	19.690,78	20.061,32
830	20.439,00	20.823,65
831	21.215,67	21.614,92
832	22.021,84	22.436,30

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



447	5.295,61	5.395,27
448	5.496,80	5.600,29
449	5.705,70	5.813,12
450	5.922,49	6.034,03
451	6.147,59	6.263,30
452	6.381,17	6.501,30
453	6.623,65	6.748,37
454	6.875,37	7.004,76
455	7.136,66	7.270,96
456	7.407,81	7.547,26
457	7.689,30	7.834,05
458	7.981,51	8.131,75
459	8.284,82	8.440,76
460	8.599,67	8.761,52
461	8.926,43	9.094,44
462	9.265,63	9.440,04
463	9.617,69	9.798,78
464	9.983,20	10.171,12
465	10.362,57	10.557,59
466	10.756,37	10.958,80
467	11.165,11	11.375,22
468	11.589,38	11.807,52
469	12.029,74	12.256,19
470	12.486,89	12.721,92

Nível Médio (Jornada Reduzida 25%)		
Nível	A	B
411	1.037,20	1.056,77
412	1.076,60	1.096,89
413	1.117,53	1.138,55
414	1.160,03	1.181,89
415	1.204,10	1.226,74
416	1.249,86	1.273,37
417	1.297,33	1.321,75
418	1.346,61	1.371,99
419	1.397,83	1.424,14
420	1.450,94	1.478,25
421	1.506,06	1.534,42
422	1.563,35	1.592,73
423	1.622,67	1.653,26
424	1.684,37	1.716,11

Nível Superior (Jornada Reduzida 25%)		
Nível	A	B
800	5.007,27	5.101,51
801	5.197,54	5.295,38
802	5.395,03	5.496,57
803	5.600,06	5.705,42
804	5.812,87	5.922,26
805	6.033,77	6.147,27
806	6.263,04	6.380,92
807	6.501,02	6.623,37
808	6.748,00	6.875,06
809	7.004,49	7.136,30
810	7.270,65	7.407,48
811	7.546,90	7.688,99
812	7.833,74	7.981,19
813	8.131,41	8.284,43

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



425	1.748,39	1.781,25
426	1.814,78	1.848,98
427	1.883,80	1.919,23
428	1.955,16	1.991,95
429	2.029,65	2.067,88
430	2.106,77	2.146,44
431	2.186,85	2.227,98
432	2.269,97	2.312,68
433	2.356,19	2.400,53
434	2.445,70	2.491,79
435	2.538,66	2.586,46
436	2.635,17	2.684,74
437	2.735,29	2.786,74
438	2.839,21	2.892,62
439	2.947,09	3.002,58
440	3.059,10	3.116,68
441	3.175,36	3.235,08
442	3.295,97	3.358,06
443	3.421,26	3.485,65
444	3.551,26	3.618,12
445	3.686,17	3.755,60
446	3.826,29	3.898,34
447	3.971,72	4.046,46
448	4.122,62	4.200,22
449	4.279,29	4.359,86
450	4.441,89	4.525,50
451	4.610,70	4.697,46
452	4.785,90	4.875,98
453	4.967,74	5.061,28
454	5.156,52	5.253,57
455	5.352,49	5.453,21
456	5.555,86	5.660,44
457	5.767,00	5.875,55
458	5.986,14	6.098,82
459	6.213,62	6.330,55
460	6.449,75	6.571,14
461	6.694,84	6.820,82
462	6.949,24	7.080,03
463	7.213,30	7.349,09
464	7.487,40	7.628,36
465	7.771,91	7.918,19
466	8.067,28	8.219,12
467	8.373,85	8.531,40
468	8.692,04	8.855,63

814	8.440,38	8.599,23
815	8.761,15	8.926,00
816	9.094,04	9.265,23
817	9.439,58	9.617,30
818	9.798,31	9.982,73
819	10.170,65	10.362,09
820	10.557,17	10.755,84
821	10.958,32	11.164,54
822	11.374,72	11.588,80
823	11.806,98	12.029,21
824	12.255,67	12.486,26
825	12.721,39	12.960,77
826	13.204,79	13.453,30
827	13.706,56	13.964,51
828	14.227,44	14.495,14
829	14.768,06	15.045,98
830	15.329,26	15.617,74
831	15.911,73	16.211,19
832	16.516,39	16.827,20

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
Rubrica
MGDS
GL



469	9.022,31	9.192,14
470	9.365,18	9.541,44

Nível Médio (Redução de Jornada 20%)		
Nível	A	B
411	1.106,36	1.127,19
412	1.148,39	1.170,04
413	1.192,06	1.214,46
414	1.237,36	1.260,69
415	1.284,36	1.308,51
416	1.333,19	1.358,23
417	1.383,83	1.409,86
418	1.436,37	1.463,44
419	1.491,02	1.519,08
420	1.547,67	1.576,82
421	1.606,44	1.636,74
422	1.667,56	1.698,92
423	1.730,86	1.763,46
424	1.796,66	1.830,49
425	1.864,96	1.900,01
426	1.935,78	1.972,24
427	2.009,38	2.047,20
428	2.085,51	2.124,76
429	2.164,94	2.205,73
430	2.247,23	2.289,53
431	2.332,62	2.376,53
432	2.421,29	2.466,86
433	2.513,27	2.560,55
434	2.608,76	2.657,91
435	2.707,92	2.758,88
436	2.810,84	2.863,73
437	2.917,65	2.972,53
438	3.028,50	3.085,49
439	3.143,56	3.202,79
440	3.263,05	3.324,43
441	3.387,04	3.450,77
442	3.515,74	3.581,93
443	3.649,36	3.718,02
444	3.788,02	3.859,31
445	3.931,95	4.005,95
446	4.081,36	4.158,20
447	4.236,48	4.316,23
448	4.397,43	4.480,22

Nível Superior (Redução de Jornada 20%)		
Nível	A	B
800	5.341,09	5.441,60
801	5.544,02	5.648,38
802	5.754,69	5.862,99
803	5.973,38	6.085,77
804	6.200,39	6.317,07
805	6.436,01	6.557,09
806	6.680,54	6.806,29
807	6.934,41	7.064,91
808	7.197,88	7.333,40
809	7.471,45	7.612,04
810	7.755,35	7.901,34
811	8.050,04	8.201,56
812	8.355,97	8.513,24
813	8.673,50	8.836,73
814	9.003,08	9.172,52
815	9.345,22	9.521,07
816	9.700,30	9.882,92
817	10.068,90	10.258,48
818	10.451,54	10.648,25
819	10.848,69	11.052,90
820	11.260,98	11.472,88
821	11.688,89	11.908,85
822	12.133,04	12.361,39
823	12.594,09	12.831,14
824	13.072,71	13.318,68
825	13.569,47	13.824,82
826	14.085,11	14.350,17
827	14.620,33	14.895,47
828	15.175,93	15.461,49
829	15.752,60	16.049,06
830	16.351,21	16.658,93
831	16.972,54	17.291,94
832	17.617,49	17.949,02

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



449	4.564,57	4.650,48
450	4.738,00	4.827,22
451	4.918,08	5.010,62
452	5.104,92	5.201,04
453	5.298,94	5.398,70
454	5.500,29	5.603,81
455	5.709,33	5.816,76
456	5.926,25	6.037,81
457	6.151,44	6.267,23
458	6.385,22	6.505,39
459	6.627,87	6.752,61
460	6.879,73	7.009,22
461	7.141,13	7.275,54
462	7.412,52	7.552,03
463	7.694,14	7.839,03
464	7.986,56	8.136,89
465	8.290,07	8.446,06
466	8.605,09	8.767,03
467	8.932,10	9.100,18
468	9.271,49	9.446,00
469	9.623,78	9.804,95
470	9.989,53	10.177,54

ANEXO II – ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

ANUÊNIO	
Nº de anos Completos	Percentual
01	1
02	2
03	3
04	4,6
05	6,2
06	8
07	9,3
08	10,6
09	12
10	13,3
11	14,6
12	16
13	17,3

Rubrica

Rubrica

Rubrica

DS
Rubrica



14	18,6
15	20
16	21,6
17	23,2
18	25
19	26,6
20	28,2
21	30
22	31,6
23	33,2
24	35
25	36,6
26	38,2
27	40
28	41,6
29	43,2
30 ou mais	45

Rubrica
A handwritten signature enclosed in a blue rounded rectangle.

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
Rubrica
MGDS
GL



ANEXO III – TABELA HORA EXTRA TROCA DE TURNO (IMÓVEIS)

ANEXO III – TABELA HORA EXTRA TROCA DE TURNO (IMÓVEIS)		
USINAS		
Imóvel	Imóvel	
	01/09/2025 a 31/12/2025	01/01/2026 a 31/08/2027
Biodiesel de Candeias	Biodiesel de Candeias	Biodiesel de Candeias
Biodiesel de Montes Claros	Biodiesel de Montes Claros	Biodiesel de Montes Claros
Biodiesel de Quixadá	Biodiesel de Quixadá	Biodiesel de Quixadá
Empregados Petrobras Biocombustível cedidos para outras empresas do Sistema		
Os empregados Petrobras Biocombustível cedidos para outras empresas do Sistema acompanharão, quando aplicável, as médias previstas para as respectivas unidades no Acordo Coletivo de Trabalho de cada empresa		

ANEXO IV – REMUNERAÇÃO MÍNIMA POR NÍVEL E REGIME

VIGÊNCIA: 01/09/2025 A 31/08/2026

Nível	Administrativo		Área 3	
	A	B	A	B
411	2.431,01	2.476,78	2.412,85	2.458,24
412	2.523,37	2.570,89	2.504,53	2.551,71
413	2.619,25	2.668,51	2.599,72	2.648,62
414	2.718,81	2.770,02	2.698,52	2.749,33
415	2.822,09	2.875,16	2.800,99	2.853,73
416	2.929,38	2.984,48	2.907,48	2.962,19
417	3.040,61	3.097,88	3.017,99	3.074,78
418	3.156,19	3.215,58	3.132,67	3.191,63
419	3.276,17	3.337,84	3.251,69	3.312,93
420	3.400,67	3.464,72	3.375,28	3.438,81
421	3.529,87	3.596,32	3.503,52	3.569,49
422	3.664,06	3.732,96	3.636,68	3.705,08
423	3.803,26	3.874,81	3.774,81	3.845,84
424	3.947,79	4.022,10	3.918,34	3.992,10
425	4.097,77	4.174,90	4.067,16	4.143,74
426	4.253,49	4.333,55	4.221,74	4.301,20
427	4.415,12	4.498,26	4.382,21	4.464,70
428	4.582,45	4.668,75	4.548,25	4.633,89
429	4.757,06	4.846,65	4.721,53	4.810,43
430	4.937,80	5.030,76	4.900,95	4.993,23
431	5.125,47	5.221,89	5.087,17	5.182,96
432	5.320,23	5.420,33	5.280,50	5.379,91

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



433	5.522,38	5.626,35	5.481,17	5.584,36	5.439,96	5.542,33
434	5.732,20	5.840,13	5.689,47	5.796,58	5.646,70	5.752,97
435	5.950,03	6.062,03	5.905,62	6.016,82	5.861,25	5.971,57
436	6.176,14	6.292,42	6.130,08	6.245,40	6.084,00	6.198,49
437	6.410,90	6.531,51	6.363,04	6.482,82	6.315,18	6.433,99
438	6.654,46	6.779,72	6.604,76	6.729,12	6.555,16	6.678,50
439	6.907,32	7.037,40	6.855,81	6.984,84	6.804,28	6.932,33
440	7.169,81	7.304,81	7.116,30	7.250,29	7.062,85	7.195,78
441	7.442,27	7.582,32	7.386,70	7.525,75	7.331,17	7.469,15
442	7.725,11	7.870,45	7.667,41	7.811,76	7.609,81	7.752,97
443	8.018,63	8.169,57	7.958,79	8.108,58	7.898,90	8.047,62
444	8.323,35	8.480,00	8.261,24	8.416,71	8.199,14	8.353,49
445	8.639,61	8.802,23	8.575,13	8.736,55	8.510,66	8.670,88
446	8.967,97	9.136,72	8.900,97	9.068,50	8.834,07	9.000,36
447	9.308,72	9.483,96	9.239,22	9.413,18	9.169,83	9.342,40
448	9.662,43	9.844,30	9.590,34	9.770,82	9.518,26	9.697,34
449	10.029,66	10.218,43	9.954,81	10.142,14	9.879,96	10.065,86
450	10.410,74	10.606,71	10.333,04	10.527,51	10.255,35	10.448,35
451	10.806,37	11.009,82	10.725,72	10.927,59	10.645,09	10.845,43
452	11.216,96	11.428,11	11.133,29	11.342,81	11.049,60	11.257,53
453	11.643,22	11.862,45	11.556,34	11.773,86	11.469,49	11.685,33
454	12.085,71	12.313,20	11.995,51	12.221,27	11.905,33	12.129,41
455	12.544,95	12.781,07	12.451,34	12.685,70	12.357,71	12.590,29
456	13.021,65	13.266,76	12.924,47	13.167,73	12.827,26	13.068,75
457	13.516,48	13.770,90	13.415,63	13.668,14	13.314,73	13.565,37
458	14.030,08	14.294,13	13.925,42	14.187,56	13.820,67	14.080,89
459	14.563,27	14.837,33	14.454,54	14.726,67	14.345,92	14.615,92
460	15.116,68	15.401,22	15.003,83	15.286,29	14.891,08	15.171,30
461	15.691,08	15.986,40	15.573,99	15.867,08	15.456,86	15.747,79
462	16.287,32	16.593,93	16.165,79	16.470,08	16.044,28	16.346,27
463	16.906,22	17.224,53	16.780,09	17.095,95	16.653,92	16.967,41
464	17.548,69	17.878,97	17.417,69	17.745,52	17.286,74	17.612,16
465	18.215,57	18.558,48	18.079,61	18.419,95	17.943,70	18.281,42
466	18.907,73	19.263,62	18.766,61	19.119,84	18.625,53	18.976,11
467	19.626,24	19.995,64	19.479,77	19.846,42	19.333,27	19.697,22
468	20.372,02	20.755,47	20.220,01	20.600,60	20.067,94	20.445,75
469	21.146,14	21.544,21	20.988,38	21.383,45	20.830,54	21.222,62
470	21.949,78	22.362,92	21.785,90	22.196,00	21.622,17	22.029,14

Administrativo (Redução de Jornada 20%)

Nível	Área 1		Área 2		Área 3	
	A	B	A	B	A	B
411	1.944,80	1.981,43	1.930,28	1.966,61	1.915,78	1.951,86

Rubrica

Rubrica

Rubrica

DS
Rubrica



412	2.018,71	2.056,71	2.003,63	2.041,36	1.988,58	2.025,98
413	2.095,43	2.134,80	2.079,77	2.118,88	2.064,12	2.102,99
414	2.175,05	2.216,02	2.158,81	2.199,46	2.142,58	2.182,93
415	2.257,68	2.300,11	2.240,81	2.283,01	2.223,98	2.265,86
416	2.343,48	2.387,60	2.326,00	2.369,75	2.308,53	2.351,99
417	2.432,49	2.478,29	2.414,40	2.459,82	2.396,20	2.441,32
418	2.524,96	2.572,45	2.506,16	2.553,31	2.487,29	2.534,09
419	2.620,94	2.670,28	2.601,34	2.650,35	2.581,83	2.630,42
420	2.720,54	2.771,78	2.700,22	2.751,06	2.679,90	2.730,41
421	2.823,90	2.877,08	2.802,82	2.855,58	2.781,76	2.834,11
422	2.931,24	2.986,35	2.909,33	2.964,08	2.887,51	2.941,84
423	3.042,61	3.099,84	3.019,85	3.076,70	2.997,14	3.053,58
424	3.158,26	3.217,67	3.134,67	3.193,68	3.111,07	3.169,64
425	3.278,23	3.339,92	3.253,73	3.315,00	3.229,28	3.290,07
426	3.402,80	3.466,83	3.377,38	3.440,96	3.352,01	3.415,08
427	3.532,08	3.598,60	3.505,76	3.571,77	3.479,39	3.544,90
428	3.665,97	3.735,00	3.638,60	3.707,10	3.611,27	3.679,25
429	3.805,65	3.877,33	3.777,24	3.848,32	3.748,79	3.819,38
430	3.950,26	4.024,61	3.920,76	3.994,58	3.891,31	3.964,56
431	4.100,40	4.177,51	4.069,73	4.146,35	4.039,18	4.115,17
432	4.256,17	4.336,25	4.224,39	4.303,92	4.192,65	4.271,56
433	4.417,92	4.501,05	4.384,91	4.467,51	4.351,96	4.433,88
434	4.585,77	4.672,11	4.551,58	4.637,25	4.517,37	4.602,36
435	4.760,04	4.849,64	4.724,50	4.813,46	4.688,98	4.777,24
436	4.940,90	5.033,93	4.904,05	4.996,33	4.867,19	4.958,81
437	5.128,73	5.225,21	5.090,43	5.186,27	5.052,14	5.147,20
438	5.323,57	5.423,76	5.283,81	5.383,28	5.244,12	5.342,80
439	5.525,86	5.629,92	5.484,66	5.587,87	5.443,41	5.545,88
440	5.735,87	5.843,85	5.693,02	5.800,26	5.650,27	5.756,61
441	5.953,81	6.065,87	5.909,36	6.020,61	5.864,92	5.975,31
442	6.180,10	6.296,36	6.133,91	6.249,41	6.087,85	6.202,39
443	6.414,91	6.535,66	6.367,03	6.486,85	6.319,12	6.438,11
444	6.658,68	6.784,00	6.608,98	6.733,36	6.559,31	6.682,79
445	6.911,69	7.041,80	6.860,11	6.989,23	6.808,54	6.936,72
446	7.174,37	7.309,37	7.120,79	7.254,80	7.067,26	7.200,31
447	7.447,01	7.587,17	7.391,37	7.530,54	7.335,86	7.473,90
448	7.729,93	7.875,44	7.672,26	7.816,65	7.614,60	7.757,88
449	8.023,71	8.174,73	7.963,85	8.113,73	7.903,97	8.052,68
450	8.328,60	8.485,35	8.266,43	8.422,00	8.204,27	8.358,69
451	8.645,08	8.807,84	8.580,59	8.742,07	8.516,08	8.676,37
452	8.973,58	9.142,49	8.906,64	9.074,25	8.839,68	9.006,04
453	9.314,57	9.489,97	9.245,07	9.419,08	9.175,59	9.348,26
454	9.668,57	9.850,54	9.596,41	9.777,02	9.524,26	9.703,52
455	10.035,97	10.224,88	9.961,06	10.148,57	9.886,17	10.072,25

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



456	10.417,33	10.613,43	10.339,57	10.534,18	10.261,83	10.454,98
457	10.813,16	11.016,70	10.732,50	10.934,50	10.651,80	10.852,29
458	11.224,08	11.435,31	11.140,33	11.350,03	11.056,54	11.264,70
459	11.650,62	11.869,88	11.563,62	11.781,33	11.476,75	11.692,74
460	12.093,35	12.320,96	12.003,07	12.229,04	11.912,87	12.137,03
461	12.552,89	12.789,11	12.459,17	12.693,64	12.365,48	12.598,21
462	13.029,86	13.275,14	12.932,63	13.176,09	12.835,41	13.077,02
463	13.524,98	13.779,64	13.424,07	13.676,75	13.323,14	13.573,90
464	14.038,96	14.303,17	13.934,16	14.196,42	13.829,40	14.089,70
465	14.572,47	14.846,77	14.463,67	14.735,98	14.354,95	14.625,13
466	15.126,18	15.410,91	15.013,29	15.295,89	14.900,42	15.180,90
467	15.700,97	15.996,52	15.583,81	15.877,16	15.466,63	15.757,76
468	16.297,63	16.604,37	16.176,01	16.480,47	16.054,37	16.356,59
469	16.916,94	17.235,35	16.790,69	17.106,77	16.664,43	16.978,14
470	17.559,80	17.890,34	17.428,70	17.756,79	17.297,73	17.623,33

Nível	Administrativo Reduzido (redução 25%)						
	Área 1		Área 2		Área 3		
	A	B	A	B	A	B	
411	1.823,27	1.857,59	1.809,64	1.843,70	1.796,03	1.829,85	
412	1.892,55	1.928,17	1.878,40	1.913,79	1.864,30	1.899,38	
413	1.964,44	2.001,39	1.949,80	1.986,44	1.935,12	1.971,54	
414	2.039,09	2.077,53	2.023,91	2.061,98	2.008,65	2.046,50	
415	2.116,57	2.156,37	2.100,76	2.140,30	2.084,98	2.124,26	
416	2.197,03	2.238,38	2.180,62	2.221,65	2.164,24	2.205,01	
417	2.280,47	2.323,40	2.263,50	2.306,10	2.246,43	2.288,73	
418	2.367,14	2.411,69	2.349,51	2.393,72	2.331,82	2.375,70	
419	2.457,14	2.503,37	2.438,77	2.484,69	2.420,45	2.466,01	
420	2.550,50	2.598,53	2.531,48	2.579,11	2.512,42	2.559,75	
421	2.647,41	2.697,26	2.627,65	2.677,12	2.607,89	2.657,00	
422	2.748,04	2.799,70	2.727,49	2.778,83	2.707,02	2.757,97	
423	2.852,45	2.906,11	2.831,11	2.884,40	2.809,83	2.862,72	
424	2.960,86	3.016,58	2.938,75	2.994,07	2.916,63	2.971,54	
425	3.073,33	3.131,17	3.050,37	3.107,80	3.027,44	3.084,44	
426	3.190,12	3.250,14	3.166,30	3.225,91	3.142,51	3.201,65	
427	3.311,33	3.373,67	3.286,65	3.348,55	3.261,94	3.323,33	
428	3.436,83	3.501,57	3.411,18	3.475,42	3.385,59	3.449,30	
429	3.567,79	3.635,00	3.541,14	3.607,82	3.514,49	3.580,67	
430	3.703,36	3.773,09	3.675,72	3.744,95	3.648,11	3.716,77	
431	3.844,10	3.916,44	3.815,37	3.887,22	3.786,74	3.857,95	
432	3.990,18	4.065,25	3.960,36	4.034,91	3.930,63	4.004,61	
433	4.141,77	4.219,78	4.110,86	4.188,29	4.079,96	4.156,75	
434	4.299,17	4.380,09	4.267,12	4.347,42	4.235,02	4.314,73	
435	4.462,55	4.546,52	4.429,24	4.512,60	4.395,95	4.478,66	

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



436	4.632,08	4.719,29	4.597,54	4.684,05	4.562,98	4.648,88
437	4.808,17	4.898,65	4.772,27	4.862,12	4.736,37	4.825,49
438	4.990,84	5.084,77	4.953,57	5.046,85	4.916,38	5.008,88
439	5.180,48	5.278,07	5.141,86	5.238,62	5.103,22	5.199,24
440	5.377,35	5.478,59	5.337,22	5.437,72	5.297,15	5.396,84
441	5.581,70	5.686,74	5.540,02	5.644,35	5.498,38	5.601,86
442	5.793,86	5.902,84	5.750,56	5.858,84	5.707,34	5.814,74
443	6.013,99	6.127,18	5.969,10	6.081,44	5.924,18	6.035,74
444	6.242,49	6.359,98	6.195,92	6.312,55	6.149,36	6.265,12
445	6.479,72	6.601,68	6.431,38	6.552,42	6.383,01	6.503,17
446	6.725,98	6.852,55	6.675,76	6.801,38	6.625,55	6.750,27
447	6.981,56	7.112,96	6.929,43	7.059,91	6.877,40	7.006,81
448	7.246,82	7.383,22	7.192,73	7.328,12	7.138,69	7.273,00
449	7.522,24	7.663,82	7.466,12	7.606,60	7.409,96	7.549,41
450	7.808,04	7.955,03	7.749,79	7.895,63	7.691,51	7.836,27
451	8.104,77	8.257,34	8.044,29	8.195,72	7.983,82	8.134,10
452	8.412,73	8.571,09	8.349,96	8.507,12	8.287,23	8.443,14
453	8.732,43	8.896,85	8.667,27	8.830,40	8.602,11	8.764,00
454	9.064,29	9.234,88	8.996,62	9.165,97	8.929,01	9.097,08
455	9.408,73	9.585,80	9.338,52	9.514,28	9.268,27	9.442,72
456	9.766,25	9.950,11	9.693,34	9.875,82	9.620,46	9.801,57
457	10.137,34	10.328,17	10.061,74	10.251,09	9.986,06	10.174,01
458	10.522,56	10.720,60	10.444,05	10.640,66	10.365,51	10.560,66
459	10.922,47	11.127,98	10.840,91	11.045,01	10.759,44	10.961,93
460	11.337,51	11.550,89	11.252,87	11.464,71	11.168,31	11.378,47
461	11.768,33	11.989,82	11.680,48	11.900,30	11.592,63	11.810,82
462	12.215,49	12.445,43	12.124,36	12.352,56	12.033,21	12.259,70
463	12.679,70	12.918,41	12.585,09	12.821,95	12.490,45	12.725,53
464	13.161,55	13.409,22	13.063,27	13.309,14	12.965,06	13.209,12
465	13.661,68	13.918,85	13.559,72	13.814,96	13.457,77	13.711,05
466	14.180,80	14.447,73	14.074,95	14.339,89	13.969,14	14.232,09
467	14.719,67	14.996,76	14.609,83	14.884,81	14.499,96	14.772,88
468	15.279,01	15.566,61	15.165,00	15.450,44	15.050,95	15.334,32
469	15.859,62	16.158,15	15.741,30	16.037,58	15.622,92	15.917,00
470	16.462,35	16.772,19	16.339,44	16.646,99	16.216,62	16.521,85

Nível	Administrativo						
	Área 1		Área 2		Área 3		
	A	B	A	B	A	B	
800	11.735,87	11.956,72	11.648,19	11.867,50	11.560,71	11.778,21	
801	12.181,86	12.411,09	12.090,87	12.318,42	11.999,99	12.225,82	
802	12.644,73	12.882,66	12.550,32	12.786,53	12.455,97	12.690,40	
803	13.125,22	13.372,18	13.027,25	13.272,46	12.929,32	13.172,63	
804	13.623,96	13.880,39	13.522,28	13.776,80	13.420,60	13.673,19	

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



805	14.141,64	14.407,83	14.036,15	14.300,28	13.930,56	14.192,72
806	14.679,07	14.955,27	14.569,49	14.843,68	14.459,93	14.732,10
807	15.236,86	15.523,57	15.123,20	15.407,81	15.009,37	15.291,94
808	15.815,88	16.113,51	15.697,81	15.993,27	15.579,80	15.873,01
809	16.416,87	16.725,83	16.294,38	16.601,01	16.171,81	16.476,17
810	17.040,73	17.361,41	16.913,57	17.231,79	16.786,35	17.102,24
811	17.688,19	18.021,14	17.556,23	17.886,68	17.424,26	17.752,19
812	18.360,38	18.705,98	18.223,36	18.566,34	18.086,38	18.426,79
813	19.058,08	19.416,79	18.915,88	19.271,89	18.773,67	19.126,99
814	19.782,30	20.154,57	19.634,62	20.004,24	19.487,02	19.853,80
815	20.534,04	20.920,47	20.380,81	20.764,32	20.227,57	20.608,24
816	21.314,30	21.715,48	21.155,22	21.553,41	20.996,22	21.391,35
817	22.124,27	22.540,69	21.959,17	22.372,47	21.794,02	22.204,25
818	22.965,00	23.397,20	22.793,63	23.222,59	22.622,24	23.047,99
819	23.837,65	24.286,30	23.659,75	24.105,06	23.481,89	23.923,84
820	24.743,53	25.209,16	24.558,87	25.021,02	24.374,22	24.832,92
821	25.683,74	26.167,12	25.492,08	25.971,79	25.300,40	25.776,58
822	26.659,71	27.161,46	26.460,79	26.958,74	26.261,84	26.756,01
823	27.672,79	28.193,64	27.466,26	27.983,27	27.259,82	27.772,82
824	28.724,41	29.264,95	28.510,03	29.046,59	28.295,65	28.828,18
825	29.815,88	30.376,99	29.593,39	30.150,30	29.370,91	29.923,64
826	30.948,90	31.531,37	30.717,93	31.296,07	30.486,98	31.060,76
827	32.124,99	32.729,56	31.885,24	32.485,31	31.645,48	32.241,07
828	33.345,67	33.973,27	33.096,85	33.719,72	32.847,98	33.466,14
829	34.612,80	35.264,24	34.354,55	35.001,08	34.096,23	34.737,90
830	35.928,09	36.604,31	35.660,03	36.331,12	35.391,91	36.057,98
831	37.293,38	37.995,29	37.015,06	37.711,70	36.736,75	37.428,15
832	38.710,56	39.439,12	38.421,72	39.144,78	38.132,80	38.850,45

Nível	Administrativo (Redução de Jornada 20%)						
	Área 1		Área 2		Área 3		
	A	B	A	B	A	B	
800	9.388,69	9.565,40	9.318,55	9.493,99	9.248,57	9.422,58	
801	9.745,48	9.928,85	9.672,70	9.854,72	9.600,01	9.780,66	
802	10.115,80	10.306,14	10.040,27	10.229,24	9.964,77	10.152,31	
803	10.500,18	10.697,74	10.421,83	10.617,95	10.343,44	10.538,11	
804	10.899,16	11.104,31	10.817,83	11.021,45	10.736,49	10.938,55	
805	11.313,30	11.526,27	11.228,93	11.440,23	11.144,46	11.354,18	
806	11.743,27	11.964,23	11.655,58	11.874,95	11.567,96	11.785,68	
807	12.189,49	12.418,85	12.098,56	12.326,24	12.007,51	12.233,56	
808	12.652,69	12.890,83	12.558,25	12.794,60	12.463,84	12.698,42	
809	13.133,47	13.380,66	13.035,51	13.280,82	12.937,43	13.180,94	
810	13.632,59	13.889,14	13.530,85	13.785,46	13.429,10	13.681,80	

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



811	14.150,55	14.416,91	14.044,98	14.309,32	13.939,40	14.201,74
812	14.688,30	14.964,78	14.578,68	14.853,07	14.469,08	14.741,39
813	15.246,47	15.533,43	15.132,69	15.417,51	15.018,95	15.301,59
814	15.825,83	16.123,67	15.707,70	16.003,39	15.589,63	15.883,05
815	16.427,25	16.736,39	16.304,65	16.611,47	16.182,05	16.486,59
816	17.051,45	17.372,37	16.924,18	17.242,74	16.796,98	17.113,06
817	17.699,42	18.032,55	17.567,34	17.897,95	17.435,24	17.763,39
818	18.372,02	18.717,79	18.234,90	18.578,08	18.097,80	18.438,39
819	19.070,12	19.429,02	18.927,82	19.284,06	18.785,52	19.139,07
820	19.794,82	20.167,35	19.647,10	20.016,83	19.499,37	19.866,32
821	20.547,00	20.933,72	20.393,70	20.777,44	20.240,34	20.621,27
822	21.327,77	21.729,15	21.168,62	21.566,99	21.009,47	21.404,81
823	22.138,23	22.554,90	21.973,01	22.386,62	21.807,84	22.218,26
824	22.979,52	23.411,97	22.808,01	23.237,26	22.636,52	23.062,53
825	23.852,71	24.301,56	23.674,72	24.120,25	23.496,73	23.938,91
826	24.759,13	25.225,11	24.574,34	25.036,87	24.389,59	24.848,61
827	25.699,97	26.183,66	25.508,20	25.988,26	25.316,37	25.792,85
828	26.676,53	27.178,64	26.477,49	26.975,78	26.278,38	26.772,92
829	27.690,24	28.211,39	27.483,62	28.000,88	27.276,98	27.790,32
830	28.742,47	29.283,45	28.528,01	29.064,91	28.313,51	28.846,40
831	29.834,73	30.396,25	29.612,05	30.169,35	29.389,37	29.942,54
832	30.968,45	31.551,29	30.737,38	31.315,82	30.506,22	31.080,33

Nível	Administrativo Reduzido (redução 25%)						
	Área 1		Área 2		Área 3		
	A	B	A	B	A	B	
800	8.801,89	8.967,53	8.736,14	8.900,62	8.670,52	8.833,66	
801	9.136,39	9.308,29	9.068,14	9.238,82	8.999,99	9.169,38	
802	9.483,56	9.661,98	9.412,75	9.589,89	9.341,98	9.517,80	
803	9.843,91	10.029,15	9.770,44	9.954,34	9.696,98	9.879,48	
804	10.217,96	10.410,31	10.141,71	10.332,60	10.065,46	10.254,89	
805	10.606,24	10.805,88	10.527,10	10.725,22	10.447,95	10.644,56	
806	11.009,31	11.216,46	10.927,10	11.132,78	10.844,96	11.049,08	
807	11.427,66	11.642,68	11.342,40	11.555,84	11.257,05	11.468,96	
808	11.861,90	12.085,16	11.773,38	11.994,96	11.684,84	11.904,74	
809	12.312,65	12.544,38	12.220,77	12.450,76	12.128,88	12.357,14	
810	12.780,55	13.021,07	12.685,19	12.923,89	12.589,76	12.826,67	
811	13.266,12	13.515,86	13.167,19	13.415,01	13.068,20	13.314,12	
812	13.770,29	14.029,50	13.667,53	13.924,75	13.564,77	13.820,07	
813	14.293,56	14.562,57	14.186,89	14.453,91	14.080,27	14.345,23	
814	14.836,72	15.115,93	14.725,97	15.003,17	14.615,26	14.890,36	
815	15.400,53	15.690,36	15.285,61	15.573,26	15.170,69	15.456,17	
816	15.985,73	16.286,61	15.866,41	16.165,05	15.747,18	16.043,52	

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



817	16.593,21	16.905,52	16.469,38	16.779,35	16.345,54	16.653,18
818	17.223,77	17.547,90	17.095,22	17.416,95	16.966,68	17.286,01
819	17.878,22	18.214,73	17.744,83	18.078,81	17.611,41	17.942,90
820	18.557,66	18.906,90	18.419,16	18.765,78	18.280,66	18.624,70
821	19.262,80	19.625,36	19.119,08	19.478,84	18.975,32	19.332,44
822	19.994,78	20.371,10	19.845,61	20.219,07	19.696,38	20.067,00
823	20.754,60	21.145,23	20.599,71	20.987,46	20.444,84	20.829,62
824	21.543,30	21.948,72	21.382,51	21.784,94	21.221,73	21.621,15
825	22.361,94	22.782,75	22.195,05	22.612,74	22.028,21	22.442,72
826	23.211,70	23.648,55	23.038,46	23.472,08	22.865,24	23.295,58
827	24.093,72	24.547,14	23.913,95	24.363,99	23.734,10	24.180,80
828	25.009,24	25.479,96	24.822,64	25.289,79	24.636,00	25.099,62
829	25.959,64	26.448,16	25.765,90	26.250,81	25.572,18	26.053,44
830	26.946,07	27.453,26	26.745,03	27.248,36	26.543,92	27.043,48
831	27.970,04	28.496,46	27.761,29	28.283,77	27.552,56	28.071,13
832	29.032,93	29.579,35	28.816,29	29.358,60	28.599,59	29.137,83

Turno de 6 Horas

Nível	Área 1		Área 2		Área 3	
	A	B	A	B	A	B
411	2.902,70	2.957,30	2.884,56	2.938,84	2.866,37	2.920,33
412	3.013,00	3.069,74	2.994,16	3.050,50	2.975,31	3.031,31
413	3.127,46	3.186,33	3.107,91	3.166,39	3.088,36	3.146,49
414	3.246,33	3.307,51	3.226,07	3.286,81	3.205,78	3.266,17
415	3.369,66	3.433,09	3.348,63	3.411,61	3.327,53	3.390,18
416	3.497,73	3.563,56	3.475,93	3.541,26	3.454,05	3.518,99
417	3.630,57	3.698,99	3.607,92	3.675,90	3.585,26	3.652,74
418	3.768,56	3.839,54	3.745,08	3.815,53	3.721,48	3.791,57
419	3.911,87	3.985,44	3.887,40	3.960,54	3.862,97	3.935,67
420	4.060,51	4.136,97	4.035,13	4.111,07	4.009,69	4.085,25
421	4.214,78	4.294,09	4.188,46	4.267,31	4.162,03	4.240,43
422	4.374,98	4.457,34	4.347,61	4.429,46	4.320,28	4.401,57
423	4.541,13	4.626,67	4.512,77	4.597,73	4.484,37	4.568,83
424	4.713,74	4.802,49	4.684,26	4.772,51	4.654,83	4.742,48
425	4.892,82	4.984,90	4.862,25	4.953,84	4.831,72	4.922,68
426	5.078,77	5.174,40	5.047,01	5.142,09	5.015,30	5.109,74
427	5.271,83	5.371,07	5.238,83	5.337,49	5.205,92	5.303,99
428	5.471,57	5.574,58	5.437,37	5.539,76	5.403,22	5.504,96
429	5.680,08	5.786,98	5.644,56	5.750,83	5.609,09	5.714,66
430	5.895,89	6.006,92	5.859,12	5.969,40	5.822,30	5.931,86
431	6.119,95	6.235,11	6.081,69	6.196,15	6.043,46	6.157,21
432	6.352,53	6.472,06	6.312,82	6.431,64	6.273,16	6.391,19
433	6.593,86	6.718,00	6.552,74	6.675,97	6.511,49	6.634,01
434	6.844,41	6.973,27	6.801,67	6.929,73	6.758,90	6.886,15
435	7.104,56	7.238,25	7.060,12	7.192,98	7.015,75	7.147,80

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GL



436	7.374,51	7.513,33	7.328,45	7.466,39	7.282,33	7.419,46
437	7.654,80	7.798,82	7.606,92	7.750,09	7.559,14	7.701,39
438	7.945,62	8.095,17	7.895,91	8.044,55	7.846,31	7.993,98
439	8.247,53	8.402,88	8.196,00	8.350,33	8.144,46	8.297,80
440	8.560,97	8.722,14	8.507,50	8.667,63	8.453,96	8.613,15
441	8.886,27	9.053,50	8.830,74	8.996,96	8.775,24	8.940,38
442	9.223,97	9.397,59	9.166,30	9.338,86	9.108,71	9.280,13
443	9.574,47	9.754,69	9.514,64	9.693,78	9.454,81	9.632,74
444	9.938,34	10.125,39	9.876,22	10.062,09	9.814,13	9.998,84
445	10.315,95	10.510,16	10.251,51	10.444,52	10.187,00	10.378,86
446	10.708,00	10.909,54	10.641,05	10.841,38	10.574,20	10.773,23
447	11.114,95	11.324,11	11.045,42	11.253,40	10.976,02	11.182,62
448	11.537,24	11.754,39	11.465,15	11.680,93	11.393,07	11.607,47
449	11.975,69	12.201,08	11.900,87	12.124,84	11.826,00	12.048,63
450	12.430,73	12.664,70	12.353,02	12.585,55	12.275,35	12.506,44
451	12.903,08	13.146,01	12.822,50	13.063,84	12.741,88	12.981,68
452	13.393,40	13.645,51	13.309,72	13.560,28	13.226,01	13.474,99
453	13.902,39	14.164,12	13.815,48	14.075,59	13.728,70	13.987,06
454	14.430,66	14.702,28	14.340,53	14.610,45	14.250,39	14.518,59
455	14.979,04	15.260,92	14.885,39	15.165,61	14.791,82	15.070,22
456	15.548,16	15.840,89	15.451,06	15.741,91	15.353,92	15.642,95
457	16.139,04	16.442,86	16.038,24	16.340,12	15.937,43	16.237,33
458	16.752,31	17.067,69	16.647,63	16.961,00	16.543,00	16.854,43
459	17.388,93	17.716,29	17.280,30	17.605,61	17.171,66	17.494,86
460	18.049,77	18.389,46	17.936,97	18.274,53	17.824,17	18.159,67
461	18.735,62	19.088,23	18.618,53	18.968,97	18.501,52	18.849,68
462	19.447,60	19.813,63	19.326,03	19.689,77	19.204,52	19.566,01
463	20.186,60	20.566,51	20.060,43	20.438,04	19.934,33	20.309,51
464	20.953,62	21.348,09	20.822,72	21.214,66	20.691,81	21.081,26
465	21.749,90	22.159,28	21.614,02	22.020,82	21.478,12	21.882,32
466	22.576,43	23.001,36	22.435,33	22.857,64	22.294,26	22.713,93
467	23.434,32	23.875,43	23.287,94	23.726,21	23.141,48	23.577,01
468	24.324,82	24.782,66	24.172,82	24.627,82	24.020,80	24.472,98
469	25.249,18	25.724,44	25.091,38	25.563,70	24.933,60	25.402,97
470	26.208,61	26.701,99	26.044,82	26.535,10	25.881,12	26.368,28

Turno de 8 Horas

Nível	Área 1		Área 2		Área 3	
	A	B	A	B	A	B
411	3.610,18	3.678,17	3.592,06	3.659,70	3.573,91	3.641,22
412	3.747,42	3.817,93	3.728,60	3.798,82	3.709,78	3.779,55
413	3.889,76	3.962,98	3.870,23	3.943,03	3.850,67	3.923,15
414	4.037,64	4.113,66	4.017,33	4.093,05	3.997,08	4.072,36
415	4.191,04	4.269,89	4.169,98	4.248,38	4.148,87	4.226,98

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GL



416	4.350,32	4.432,20	4.328,44	4.409,90	4.306,56	4.387,66
417	4.515,57	4.600,54	4.492,90	4.577,48	4.470,24	4.554,34
418	4.687,21	4.775,42	4.663,66	4.751,42	4.640,09	4.727,47
419	4.865,34	4.956,94	4.840,93	4.932,05	4.816,47	4.907,11
420	5.050,24	5.145,35	5.024,90	5.119,45	4.999,48	5.093,66
421	5.242,13	5.340,83	5.215,80	5.313,96	5.189,46	5.287,09
422	5.441,32	5.543,69	5.414,03	5.515,86	5.386,66	5.487,98
423	5.648,04	5.754,37	5.619,65	5.725,42	5.591,25	5.696,54
424	5.862,78	5.973,08	5.833,28	5.943,08	5.803,83	5.913,10
425	6.085,45	6.200,00	6.054,90	6.168,90	6.024,33	6.137,75
426	6.316,76	6.435,64	6.285,01	6.403,34	6.253,25	6.370,99
427	6.556,84	6.680,29	6.523,85	6.646,71	6.490,91	6.613,15
428	6.805,31	6.933,41	6.771,09	6.898,60	6.736,90	6.863,74
429	7.064,60	7.197,52	7.029,07	7.161,40	6.993,56	7.125,23
430	7.333,07	7.471,07	7.296,18	7.433,54	7.259,30	7.396,02
431	7.611,61	7.754,95	7.573,41	7.715,97	7.535,12	7.676,93
432	7.900,95	8.049,63	7.861,25	8.009,14	7.821,52	7.968,73
433	8.201,16	8.355,50	8.159,96	8.313,47	8.118,69	8.271,49
434	8.512,78	8.672,96	8.470,01	8.629,47	8.427,22	8.585,88
435	8.836,28	9.002,57	8.791,84	8.957,40	8.747,43	8.912,05
436	9.172,10	9.344,67	9.125,95	9.297,73	9.079,87	9.250,78
437	9.520,65	9.699,82	9.472,82	9.651,10	9.424,95	9.602,33
438	9.882,35	10.068,37	9.832,69	10.017,75	9.783,07	9.967,17
439	10.257,90	10.450,97	10.206,39	10.398,49	10.154,77	10.345,90
440	10.647,73	10.848,13	10.594,23	10.793,62	10.540,75	10.739,13
441	11.052,30	11.260,33	10.996,78	11.203,75	10.941,21	11.147,18
442	11.472,33	11.688,25	11.414,67	11.629,51	11.357,06	11.570,75
443	11.908,22	12.132,41	11.848,41	12.071,46	11.788,53	12.010,46
444	12.360,81	12.593,45	12.298,69	12.530,16	12.236,57	12.466,84
445	12.830,51	13.072,04	12.766,00	13.006,30	12.701,58	12.940,61
446	13.318,04	13.568,77	13.251,16	13.500,57	13.184,20	13.432,37
447	13.824,18	14.084,41	13.754,67	14.013,66	13.685,19	13.942,85
448	14.349,46	14.619,55	14.277,34	14.546,05	14.205,17	14.472,60
449	14.894,76	15.175,05	14.819,96	15.098,91	14.745,01	15.022,58
450	15.460,71	15.751,68	15.383,01	15.672,52	15.305,32	15.593,40
451	16.048,26	16.350,36	15.967,66	16.268,17	15.886,96	16.186,02
452	16.658,06	16.971,63	16.574,36	16.886,36	16.490,61	16.801,06
453	17.291,14	17.616,55	17.204,18	17.528,01	17.117,31	17.439,56
454	17.948,17	18.286,01	17.857,97	18.194,08	17.767,75	18.102,24
455	18.630,18	18.980,82	18.536,57	18.885,48	18.442,91	18.790,11
456	19.338,13	19.702,10	19.240,92	19.603,07	19.143,79	19.504,14
457	20.073,05	20.450,81	19.972,11	20.348,01	19.871,26	20.245,28
458	20.835,75	21.227,94	20.731,02	21.121,25	20.626,35	21.014,59
459	21.627,50	22.034,58	21.518,83	21.923,86	21.410,14	21.813,12

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



460	22.449,39	22.871,95	22.336,56	22.757,01	22.223,74	22.642,04
461	23.302,41	23.740,99	23.185,32	23.621,69	23.068,24	23.502,39
462	24.187,90	24.643,23	24.066,35	24.519,39	23.944,83	24.395,56
463	25.107,01	25.579,64	24.980,90	25.451,11	24.854,69	25.322,57
464	26.061,07	26.551,65	25.930,12	26.418,20	25.799,19	26.284,81
465	27.051,44	27.560,63	26.915,54	27.422,12	26.779,61	27.283,67
466	28.079,38	28.607,93	27.938,31	28.464,16	27.797,23	28.320,40
467	29.146,44	29.695,05	28.999,98	29.545,79	28.853,45	29.396,61
468	30.253,97	30.823,47	30.101,94	30.668,55	29.949,89	30.513,64
469	31.403,64	31.994,79	31.245,82	31.834,03	31.088,04	31.673,22
470	32.597,00	33.210,57	32.433,24	33.043,69	32.269,38	32.876,80

Turno de 6 Horas

Nível	Área 1		Área 2		Área 3	
	A	B	A	B	A	B
800	14.012,95	14.276,67	13.925,36	14.187,41	13.837,77	14.098,30
801	14.545,47	14.819,20	14.454,53	14.726,61	14.363,67	14.633,97
802	15.098,14	15.382,31	15.003,80	15.286,16	14.909,47	15.190,07
803	15.671,86	15.966,82	15.573,92	15.867,05	15.476,02	15.767,32
804	16.267,42	16.573,62	16.165,79	16.470,01	16.064,16	16.366,43
805	16.885,58	17.203,35	16.780,08	17.095,88	16.674,56	16.988,34
806	17.527,22	17.857,14	17.417,69	17.745,51	17.308,23	17.633,94
807	18.193,25	18.535,67	18.079,60	18.419,79	17.965,92	18.304,03
808	18.884,54	19.240,06	18.766,57	19.119,83	18.648,60	18.999,62
809	19.602,25	19.971,16	19.479,71	19.846,33	19.357,23	19.721,53
810	20.347,12	20.730,04	20.219,99	20.600,53	20.092,81	20.470,97
811	21.120,28	21.517,78	20.988,30	21.383,34	20.856,31	21.248,89
812	21.922,89	22.335,51	21.785,88	22.195,90	21.648,90	22.056,35
813	22.755,88	23.184,20	22.613,72	23.039,34	22.471,55	22.894,44
814	23.620,67	24.065,17	23.473,08	23.914,82	23.325,45	23.764,43
815	24.518,27	24.979,65	24.365,08	24.823,57	24.211,86	24.667,45
816	25.449,92	25.928,93	25.290,89	25.766,93	25.131,88	25.604,93
817	26.417,05	26.914,26	26.251,97	26.746,02	26.086,90	26.577,91
818	27.420,94	27.936,99	27.249,54	27.762,43	27.078,23	27.587,84
819	28.462,85	28.998,52	28.285,03	28.817,39	28.107,19	28.636,16
820	29.544,45	30.100,45	29.359,88	29.912,42	29.175,28	29.724,29
821	30.667,17	31.244,34	30.475,60	31.049,13	30.283,95	30.853,88
822	31.832,52	32.431,59	31.633,59	32.228,98	31.434,70	32.026,30
823	33.042,10	33.664,01	32.835,68	33.453,65	32.629,23	33.243,34
824	34.297,80	34.943,21	34.083,49	34.724,88	33.869,17	34.506,55
825	35.601,07	36.271,09	35.378,59	36.044,43	35.156,15	35.817,77
826	36.953,93	37.649,38	36.723,01	37.414,16	36.492,16	37.178,86
827	38.358,17	39.080,05	38.118,46	38.835,88	37.878,79	38.591,68
828	39.815,74	40.565,11	39.566,94	40.311,61	39.318,22	40.058,14
829	41.328,78	42.106,58	41.070,54	41.843,46	40.812,27	41.580,37

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



830	42.899,24	43.706,68	42.631,20	43.433,57	42.363,18	43.160,46
831	44.529,40	45.367,42	44.251,13	45.083,96	43.972,91	44.800,53
832	46.221,54	47.091,39	45.932,78	46.797,23	45.643,92	46.502,97

Nível	Turno de 8 Horas					
	Área 1		Área 2		Área 3	
	A	B	A	B	A	B
800	17.428,60	17.756,54	17.341,07	17.667,37	17.253,42	17.578,15
801	18.090,86	18.431,35	17.999,99	18.338,73	17.909,06	18.246,11
802	18.778,35	19.131,75	18.683,98	19.035,59	18.589,59	18.939,49
803	19.491,90	19.858,70	19.393,92	19.758,93	19.296,00	19.659,14
804	20.232,61	20.613,41	20.130,96	20.509,84	20.029,28	20.406,25
805	21.001,45	21.396,69	20.895,91	21.289,15	20.790,38	21.181,66
806	21.799,45	22.209,82	21.689,91	22.098,21	21.580,37	21.986,57
807	22.627,85	23.053,75	22.514,16	22.937,89	22.400,47	22.822,06
808	23.487,70	23.929,77	23.369,68	23.809,57	23.251,65	23.689,30
809	24.380,26	24.839,12	24.257,80	24.714,32	24.135,28	24.589,51
810	25.306,74	25.782,96	25.179,55	25.653,38	25.052,42	25.523,85
811	26.268,40	26.762,76	26.136,36	26.628,29	26.004,31	26.493,78
812	27.266,55	27.779,77	27.129,55	27.640,19	26.992,56	27.500,51
813	28.302,69	28.835,33	28.160,44	28.690,43	28.018,22	28.545,54
814	29.378,19	29.931,13	29.230,55	29.780,71	29.082,92	29.630,32
815	30.494,57	31.068,50	30.341,36	30.912,34	30.188,14	30.756,20
816	31.653,34	32.249,11	31.494,32	32.087,02	31.335,24	31.925,04
817	32.856,18	33.474,59	32.691,09	33.306,41	32.526,00	33.138,12
818	34.104,79	34.746,61	33.933,34	34.571,95	33.762,00	34.397,38
819	35.400,70	36.066,97	35.222,78	35.885,72	35.044,89	35.704,52
820	36.746,01	37.437,54	36.561,35	37.249,38	36.376,67	37.061,24
821	38.142,32	38.860,10	37.950,66	38.664,92	37.758,99	38.469,59
822	39.591,72	40.336,76	39.392,75	40.134,07	39.193,80	39.931,38
823	41.096,17	41.869,63	40.889,69	41.659,28	40.683,13	41.448,84
824	42.657,84	43.460,62	42.443,46	43.242,25	42.229,14	43.023,89
825	44.278,86	45.112,11	44.056,35	44.885,45	43.833,81	44.658,74
826	45.961,46	46.826,41	45.730,49	46.591,14	45.499,50	46.355,82
827	47.707,97	48.605,85	47.468,19	48.361,54	47.228,49	48.117,32
828	49.520,85	50.452,83	49.272,08	50.199,28	49.023,19	49.945,76
829	51.402,65	52.370,05	51.144,34	52.106,85	50.886,07	51.843,71
830	53.355,90	54.360,15	53.087,80	54.086,97	52.819,72	53.813,82
831	55.383,43	56.425,78	55.105,15	56.142,22	54.826,86	55.858,66
832	57.488,11	58.570,02	57.199,16	58.275,72	56.910,29	57.981,35

Turno de 12 Horas (sem adicional de confinamento)

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



Nível	Área 1		Área 2		Área 3	
	A	B	A	B	A	B
800	17.428,60	17.756,54	17.341,07	17.667,37	17.253,42	17.578,15
801	18.090,86	18.431,35	17.999,99	18.338,73	17.909,06	18.246,11
802	18.778,35	19.131,75	18.683,98	19.035,59	18.589,59	18.939,49
803	19.491,90	19.858,70	19.393,92	19.758,93	19.296,00	19.659,14
804	20.232,61	20.613,41	20.130,96	20.509,84	20.029,28	20.406,25
805	21.001,45	21.396,69	20.895,91	21.289,15	20.790,38	21.181,66
806	21.799,45	22.209,82	21.689,91	22.098,21	21.580,37	21.986,57
807	22.627,85	23.053,75	22.514,16	22.937,89	22.400,47	22.822,06
808	23.487,70	23.929,77	23.369,68	23.809,57	23.251,65	23.689,30
809	24.380,26	24.839,12	24.257,80	24.714,32	24.135,28	24.589,51
810	25.306,74	25.782,96	25.179,55	25.653,38	25.052,42	25.523,85
811	26.268,40	26.762,76	26.136,36	26.628,29	26.004,31	26.493,78
812	27.266,55	27.779,77	27.129,55	27.640,19	26.992,56	27.500,51
813	28.302,69	28.835,33	28.160,44	28.690,43	28.018,22	28.545,54
814	29.378,19	29.931,13	29.230,55	29.780,71	29.082,92	29.630,32
815	30.494,57	31.068,50	30.341,36	30.912,34	30.188,14	30.756,20
816	31.653,34	32.249,11	31.494,32	32.087,02	31.335,24	31.925,04
817	32.856,18	33.474,59	32.691,09	33.306,41	32.526,00	33.138,12
818	34.104,79	34.746,61	33.933,34	34.571,95	33.762,00	34.397,38
819	35.400,70	36.066,97	35.222,78	35.885,72	35.044,89	35.704,52
820	36.746,01	37.437,54	36.561,35	37.249,38	36.376,67	37.061,24
821	38.142,32	38.860,10	37.950,66	38.664,92	37.758,99	38.469,59
822	39.591,72	40.336,76	39.392,75	40.134,07	39.193,80	39.931,38
823	41.096,17	41.869,63	40.889,69	41.659,28	40.683,13	41.448,84
824	42.657,84	43.460,62	42.443,46	43.242,25	42.229,14	43.023,89
825	44.278,86	45.112,11	44.056,35	44.885,45	43.833,81	44.658,74
826	45.961,46	46.826,41	45.730,49	46.591,14	45.499,50	46.355,82
827	47.707,97	48.605,85	47.468,19	48.361,54	47.228,49	48.117,32
828	49.520,85	50.452,83	49.272,08	50.199,28	49.023,19	49.945,76
829	51.402,65	52.370,05	51.144,34	52.106,85	50.886,07	51.843,71
830	53.355,90	54.360,15	53.087,80	54.086,97	52.819,72	53.813,82
831	55.383,43	56.425,78	55.105,15	56.142,22	54.826,86	55.858,66
832	57.488,11	58.570,02	57.199,16	58.275,72	56.910,29	57.981,35

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



ANEXO V – TABELA DE GRANDE RISCO

Vigência: 01/03/2025 a 28/02/2026

Faixa MSB*	Faixa Etária	Contribuição Grande Risco	Faixa MSB*	Faixa Etária	Contribuição Grande Risco
até 1,4	0 a 18	R\$ 14,06	até 19,2	0 a 18	R\$ 105,45
	19 a 23	R\$ 16,69		19 a 23	R\$ 125,20
	24 a 28	R\$ 20,03		24 a 28	R\$ 150,25
	29 a 33	R\$ 24,03		29 a 33	R\$ 180,31
	34 a 38	R\$ 28,85		34 a 38	R\$ 216,35
	39 a 43	R\$ 34,61		39 a 43	R\$ 259,63
	44 a 48	R\$ 41,54		44 a 48	R\$ 311,56
	49 a 53	R\$ 49,84		49 a 53	R\$ 373,87
	54 a 58	R\$ 54,84		54 a 58	R\$ 411,24
	> 59	R\$ 61,42		> 59	R\$ 460,60
até 2,4	0 a 18	R\$ 20,54	até 22,6	0 a 18	R\$ 141,84
	19 a 23	R\$ 24,39		19 a 23	R\$ 168,42
	24 a 28	R\$ 29,27		24 a 28	R\$ 202,10
	29 a 33	R\$ 35,12		29 a 33	R\$ 242,55
	34 a 38	R\$ 42,15		34 a 38	R\$ 291,01
	39 a 43	R\$ 50,58		39 a 43	R\$ 349,24
	44 a 48	R\$ 60,70		44 a 48	R\$ 419,09
	49 a 53	R\$ 72,83		49 a 53	R\$ 502,91
	54 a 58	R\$ 80,11		54 a 58	R\$ 553,19
	> 59	R\$ 89,73		> 59	R\$ 619,56
até 4,8	0 a 18	R\$ 36,90	até 26	0 a 18	R\$ 151,30
	19 a 23	R\$ 43,81		19 a 23	R\$ 179,66
	24 a 28	R\$ 52,57		24 a 28	R\$ 215,58
	29 a 33	R\$ 63,09		29 a 33	R\$ 258,73
	34 a 38	R\$ 75,70		34 a 38	R\$ 310,43
	39 a 43	R\$ 90,84		39 a 43	R\$ 372,53
	44 a 48	R\$ 109,02		44 a 48	R\$ 447,04
	49 a 53	R\$ 130,82		49 a 53	R\$ 536,45
	54 a 58	R\$ 143,89		54 a 58	R\$ 590,08
	> 59	R\$ 161,17		> 59	R\$ 660,89
até 7,2	0 a 18	R\$ 51,20	até 30	0 a 18	R\$ 169,85
	19 a 23	R\$ 60,79		19 a 23	R\$ 201,69
	24 a 28	R\$ 72,96		24 a 28	R\$ 242,04
	29 a 33	R\$ 87,55		29 a 33	R\$ 290,46
	34 a 38	R\$ 105,05		34 a 38	R\$ 348,51
	39 a 43	R\$ 126,06		39 a 43	R\$ 418,23
	44 a 48	R\$ 151,27		44 a 48	R\$ 501,87
	49 a 53	R\$ 181,53		49 a 53	R\$ 602,26
	54 a 58	R\$ 199,67		54 a 58	R\$ 662,47
	> 59	R\$ 223,64		> 59	R\$ 741,96
até 9,6	0 a 18	R\$ 63,35	até 36	0 a 18	R\$ 198,03
	19 a 23	R\$ 75,23		19 a 23	R\$ 235,15
	24 a 28	R\$ 90,28		24 a 28	R\$ 282,18
	29 a 33	R\$ 108,34		29 a 33	R\$ 338,64
	34 a 38	R\$ 129,99		34 a 38	R\$ 406,32
	39 a 43	R\$ 156,00		39 a 43	R\$ 487,60
	44 a 48	R\$ 187,20		44 a 48	R\$ 585,12
	49 a 53	R\$ 224,64		49 a 53	R\$ 702,16
	54 a 58	R\$ 247,10		54 a 58	R\$ 772,35
	> 59	R\$ 276,76		> 59	R\$ 865,05
até 14,4	0 a 18	R\$ 85,16	maior que 36	0 a 18	R\$ 231,10
	19 a 23	R\$ 101,12		19 a 23	R\$ 274,41
	24 a 28	R\$ 121,34		24 a 28	R\$ 329,28
	29 a 33	R\$ 145,63		29 a 33	R\$ 395,18
	34 a 38	R\$ 174,73		34 a 38	R\$ 474,15
	39 a 43	R\$ 209,68		39 a 43	R\$ 569,00
	44 a 48	R\$ 251,61		44 a 48	R\$ 682,81
	49 a 53	R\$ 301,94		49 a 53	R\$ 819,38
	54 a 58	R\$ 332,12		54 a 58	R\$ 901,29
	> 59	R\$ 371,98		> 59	R\$ 1.009,46

*MSB (Menor Salário Básico) Terrestres = R\$ 1.362,20

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



ANEXO VI – TABELA DE GRANDE RISCO

Vigência: 01/03/2026 a 28/02/2027

Faixa MSB*	Faixa Etária	Contribuição Grande Risco	Faixa MSB*	Faixa Etária	Contribuição Grande Risco
até 1,4	0 a 18	R\$ 16,24	até 19,2	0 a 18	R\$ 121,80
	19 a 23	R\$ 19,10		19 a 23	R\$ 143,27
	24 a 28	R\$ 22,73		24 a 28	R\$ 170,48
	29 a 33	R\$ 27,08		29 a 33	R\$ 203,16
	34 a 38	R\$ 32,31		34 a 38	R\$ 242,31
	39 a 43	R\$ 38,57		39 a 43	R\$ 289,35
	44 a 48	R\$ 46,11		44 a 48	R\$ 345,78
	49 a 53	R\$ 55,13		49 a 53	R\$ 413,49
	54 a 58	R\$ 57,21		54 a 58	R\$ 429,08
	> 59	R\$ 61,42		> 59	R\$ 460,63
até 2,4	0 a 18	R\$ 23,73	até 22,6	0 a 18	R\$ 163,84
	19 a 23	R\$ 27,91		19 a 23	R\$ 192,72
	24 a 28	R\$ 33,22		24 a 28	R\$ 229,33
	29 a 33	R\$ 39,57		29 a 33	R\$ 273,28
	34 a 38	R\$ 47,21		34 a 38	R\$ 325,94
	39 a 43	R\$ 56,37		39 a 43	R\$ 389,21
	44 a 48	R\$ 67,36		44 a 48	R\$ 465,12
	49 a 53	R\$ 80,55		49 a 53	R\$ 556,21
	54 a 58	R\$ 83,59		54 a 58	R\$ 577,18
	> 59	R\$ 89,74		> 59	R\$ 619,62
até 4,8	0 a 18	R\$ 42,62	até 26	0 a 18	R\$ 174,76
	19 a 23	R\$ 50,14		19 a 23	R\$ 205,57
	24 a 28	R\$ 59,65		24 a 28	R\$ 244,62
	29 a 33	R\$ 71,08		29 a 33	R\$ 291,50
	34 a 38	R\$ 84,79		34 a 38	R\$ 347,69
	39 a 43	R\$ 101,25		39 a 43	R\$ 415,17
	44 a 48	R\$ 120,99		44 a 48	R\$ 496,14
	49 a 53	R\$ 144,68		49 a 53	R\$ 593,30
	54 a 58	R\$ 150,14		54 a 58	R\$ 615,67
	> 59	R\$ 161,18		> 59	R\$ 660,94
até 7,2	0 a 18	R\$ 59,14	até 30	0 a 18	R\$ 196,19
	19 a 23	R\$ 69,56		19 a 23	R\$ 230,79
	24 a 28	R\$ 82,78		24 a 28	R\$ 274,63
	29 a 33	R\$ 98,64		29 a 33	R\$ 327,26
	34 a 38	R\$ 117,66		34 a 38	R\$ 390,34
	39 a 43	R\$ 140,49		39 a 43	R\$ 466,10
	44 a 48	R\$ 167,88		44 a 48	R\$ 556,99
	49 a 53	R\$ 200,76		49 a 53	R\$ 666,09
	54 a 58	R\$ 208,34		54 a 58	R\$ 691,20
	> 59	R\$ 223,65		> 59	R\$ 742,02
até 9,6	0 a 18	R\$ 73,18	até 36	0 a 18	R\$ 228,74
	19 a 23	R\$ 86,08		19 a 23	R\$ 269,08
	24 a 28	R\$ 102,44		24 a 28	R\$ 320,19
	29 a 33	R\$ 122,07		29 a 33	R\$ 381,55
	34 a 38	R\$ 145,60		34 a 38	R\$ 455,08
	39 a 43	R\$ 173,86		39 a 43	R\$ 543,42
	44 a 48	R\$ 207,76		44 a 48	R\$ 649,39
	49 a 53	R\$ 248,45		49 a 53	R\$ 776,57
	54 a 58	R\$ 257,82		54 a 58	R\$ 805,86
	> 59	R\$ 276,78		> 59	R\$ 865,11
até 14,4	0 a 18	R\$ 98,36	maior que 36	0 a 18	R\$ 266,94
	19 a 23	R\$ 115,71		19 a 23	R\$ 314,00
	24 a 28	R\$ 137,69		24 a 28	R\$ 373,63
	29 a 33	R\$ 164,07		29 a 33	R\$ 445,25
	34 a 38	R\$ 195,70		34 a 38	R\$ 531,06
	39 a 43	R\$ 233,68		39 a 43	R\$ 634,13
	44 a 48	R\$ 279,25		44 a 48	R\$ 757,80
	49 a 53	R\$ 333,94		49 a 53	R\$ 906,88
	54 a 58	R\$ 346,53		54 a 58	R\$ 940,38
	> 59	R\$ 372,01		> 59	R\$ 1.009,54

Rubrica

Rubrica

Rubrica

DS
Rubrica


ANEXO VII - TABELA GRANDE RISCO - SEM PETROS
TABELA 70X30

VIGÊNCIA 01/03/2025 A 28/02/2026

Faixa Etária	Contribuição Grande Risco (R\$)
0 a 18	106,29
19 a 23	128,11
24 a 28	134,15
29 a 33	145,41
34 a 38	157,16
39 a 43	223,56
44 a 48	260,10
49 a 53	265,51
54 a 58	395,70
> 59	632,49

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FLPN

DS
MGDS
GCL



ANEXO VIII - TABELA GRANDE RISCO - SEM PETROS

TABELA 70X30

VIGÊNCIA 01/03/2026 A 28/02/2027

Faixa Etária	Contribuição Grande Risco (R\$)
0 a 18	122,76
19 a 23	146,59
24 a 28	152,21
29 a 33	163,81
34 a 38	176,01
39 a 43	249,13
44 a 48	288,65
49 a 53	293,62
54 a 58	412,84
> 59	632,49

Rubrica


Rubrica
EDJS

Rubrica
PAPN

DS
MGDS

Rubrica
GLA



ANEXO IX - TABELA ESPECÍFICA DE CUSTEIO

RN 488, PLANO 28 E BENEFICIÁRIOS INSCRITOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL

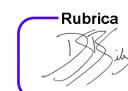
Vigência 01/03/2025 a 28/02/2026

Faixa Etária	Contribuição GR
0 a 18	R\$ 410,32
19 a 23	R\$ 494,57
24 a 28	R\$ 517,90
29 a 33	R\$ 561,34
34 a 38	R\$ 606,70
39 a 43	R\$ 863,04
44 a 48	R\$ 1.004,09
49 a 53	R\$ 1.024,97
54 a 58	R\$ 1.527,62
59 ou mais	R\$ 2.441,72

ANEXO X - TABELA ESPECÍFICA DE CUSTEIO

RN 488, PLANO 28 E BENEFICIÁRIOS INSCRITOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Vigência 01/03/2026 a 28/02/2027



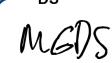


Faixa Etária	Contribuição GR
0 a 18	R\$ 473,92
19 a 23	R\$ 565,89
24 a 28	R\$ 587,61
29 a 33	R\$ 632,41
34 a 38	R\$ 679,47
39 a 43	R\$ 961,76
44 a 48	R\$ 1.114,28
49 a 53	R\$ 1.133,51
54 a 58	R\$ 1.593,76
59 ou mais	R\$ 2.441,72


Rubrica


Rubrica
EDJS


Rubrica
PAPN


DS
MGDS


Rubrica
GLA



ANEXO XI - PARTICIPAÇÃO PEQUENO RISCO – AMS

Classe de Renda (MSB)	% de Participação
Até 1,4	7%
Até 2,4	14%
Até 4,8	22%
Até 7,2	28%
Até 9,6	35%
Até 14,4	39%
Até 19,2	42%
Até 22,6	46%
Até 26,0	48%
Acima de 26,0	50%

Outras modalidades	% de Participação
Plano 28	
Beneficiários sem Petros	
RN 488	50%
Inseridos por Determinação Judicial	
Petros saque parcial	Congelamento na faixa salarial na data do desligamento

*MSB (Menor Salário Básico) Terrestres = R\$ 1.362,20

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
RPN

DS
MGDS
GLA


ANEXO XII – TABELA DE PARTICIPAÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESPECIAL – PAE

Classe de Renda (MSB)	% de Participação
Até 1,4	2%
Até 2,4	4%
Até 4,8	6%
Até 7,2	8%
Até 9,6	10%
Até 14,4	11%
Até 19,2	13%
Até 22,6	15%
Até 26,0	17%
Acima de 26,0	19%

Outras modalidades	% de Participação
Beneficiários sem Petros	
Inseridos por Determinação Judicial	19%
RN488	Congelamento na faixa salarial na data do desligamento
Petros saque parcial	

*MSB (Menor Salário Básico) Terrestres = R\$ 1.362,20

ANEXO XIII -TABELA DO BENEFÍCIO FARMÁCIA

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
RJPN

DS
MGDS

Rubrica
GLL



Faixa (MSB)*	Medicamento com custo unitário de R\$ 150,00 a R\$ 300,00 (exceto medicamento para tratamento de doença crônica não transmissível ou psiquiátrica ou medicamentos utilizados na linha de cuidado para pessoas transgênero e/ou em processo transexualizador)		Medicamentos utilizados na linha de cuidado para pessoas transgênero e/ou em processo transexualizador ou para tratamento de doenças psiquiátricas ou para tratamento de doença crônica não transmissível e, ainda, medicamentos com custo unitário de R\$ 300,01 a R\$ 1.000,00		Medicamento com custo unitário de R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000,00	Medicamento de cobertura obrigatória pela ANS** e medicamentos com custo unitário a partir de R\$ 5.000,01
	Reembolso Medicamentos Genéricos	Demais Situações	Reembolso Medicamentos Genéricos	Demais Situações		
até 1,4						
até 2,4	Subsídio integral	Subsídio integral	Subsídio integral	Subsídio integral	Subsídio integral	Subsídio integral
até 4,8						
até 7,2	19%	29%	19%	28%	8%	
até 9,6	23%	36%	23%	35%	10%	
até 14,4	27%	41%	27%	39%	11%	
até 19,2	28%	43%	28%	42%	13%	
até 22,6	31%	47%	31%	46%	15%	
até 26	36%	56%	36%	48%	17%	
maior que 26	42%	65%	42%	50%	19%	
Outras modalidades	% de Participação					
Plano 28	Conforme faixa do titular	Conforme faixa do titular	Conforme faixa do titular	Conforme faixa do titular	Conforme faixa do titular	
Beneficiários Sem Petros	42%	65%	42%	50%	19%	Subsídio integral
Inseridos por Determinação Judicial	65%	65%	50%	50%		
RN488	Congelamento na faixa salarial na data do desligamento	Congelamento na faixa salarial na data do desligamento	Congelamento na faixa salarial na data do desligamento	Congelamento na faixa salarial na data do desligamento	Congelamento na faixa salarial na data do desligamento	
Petros saque parcial						

*MSB (Menor Salário Básico) Terrestres = R\$ 1.362,20
 **Medicamentos de cobertura obrigatória pela ANS - Medicamentos orais para o câncer e suporte à quimioterapia e imunobiológicos para tratamento de artrite reumatóide, artrite psoriásica, doença de crohn e espondiolite anquilosante.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GLA



ANEXO XIV – JORNADA DE TRABALHO

Regime de Trabalho	Jornada Diária	Carga de Trabalho Semanal	Total de Horas Mensais	Relação Trabalho x Folga
Administrativo*	8h	40h	200h	5 x 2
Administrativo - Categoria Diferenciada (Assistente Social)	6h	30h	150h	5 x 2
Administrativo - Categoria Diferenciada (Médico, Dentista)	6h	30h	150h	5 x 2
Turno Ininterrupto de Revezamento (TIR)	6h	33h 36min (média)	168h	4 x 1
	8h	33h 36min (média)	168h	3 x 2
	12h	33h 36min (média)	168h	1 x 1,5

*INCLUI MÉDICOS E DENTISTAS ADMITIDOS A PARTIR DE 01/09/2025

ANEXO XV – JORNADA DE TRABALHO REDUZIDA

Modalidade	Quem pode solicitar	Jornada Diária	Carga de Trabalho Semanal	Total de Horas Mensais	Relação Trabalho x Folga	Percentual de redução de Remuneração
Redução de carga horária diária	Administrativo flexível	6h	30h	150h	5 x 2	25%
Redução de carga horária semanal	Administrativo Flexível e Fixo	8h	32h	160h	4 x 3	20%
	Administrativo Categoria Diferenciada (Assistente Social)	6h	24h	120h	4 x 3	20%

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FLFN

DS
MGDS
GLA



ANEXO XVI - TABELAS DE TIR DE 8(OITO) HORAS VALIDADAS PELA COMPANHIA

5X2+2X3+4X3+2X2+5X2+3X2

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	
G1	F	F	7	7	15	15	15	F		23	23	F	F	F	7	7	15	15	F	F	F	23	23	F	F	7	7	7	15	15	F	F	23	23	23	
G2	15	15	F	F	23	23	23	F		7	7	15	15	15	F	F	23	23	F	F	F	7	7	15	15	F	F	F	23	23	F	F	7	7	7	
G3	23	23	F	F	7	7	7	15	15	F	F		23	23	23	F	F	7	7	15	15	15	F	F	23	23	F	F	F	7	7	15	15	F	F	F
G4	7	7	15	15	F	F	F	23	23	F	F	7	7	7	15	15	F	F	23	23	23	F	F	7	7	15	15	15	F	F	23	23	F	F	F	
G5	F	F	23	23	F	F	F	7	7	15	15	F	F	23	23	F	F	7	7	7	15	15	F	F	23	23	F	F	7	7	15	15	15	15	15	

2X2+5X2+3X2+5X2+2X3+4X3

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
G1	7	7	F	F	7	7	7	23	23	F	F	15	15	15	F	F	15	15	23	23	23	F	F	7	7	F	F	15	15	23	23	F	F	F	
G2	15	15	23	23	F	F	F	7	7	F	F	7	7	7	23	23	F	F	15	15	15	F	F	15	15	23	23	23	F	F	7	7	F	F	
G3	F	F	7	7	F	F	F	15	15	23	23	F	F	F	7	7	F	F	7	7	23	23	F	F	15	15	15	F	F	15	15	23	23	23	
G4	F	F	15	15	23	23	23	F	F	7	7	F	F	F	15	15	23	23	F	F	F	7	7	F	F	7	7	23	23	F	F	15	15	15	
G5	23	23	F	F	15	15	15	F	F	15	15	23	23	23	F	F	7	7	F	F	F	15	15	23	23	F	F	7	7	F	F	7	7		

5X3+3x1+4x4+2X1+5X4+2X1

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
G1	23	23	F	F	F	7	7	7	F	15	15	23	23	F	F	F	7	7	F	15	15	15	23	23	F	F	F	7	7	F	15	15	23		
G2	15	15	23	23	F	F	F	7	7	F	15	15	23	23	F	F	F	7	7	F	15	15	23	23	F	F	F	7	7	F	15				
G3	7	F	15	15	23	23	23	F	F	F	7	7	F	15	15	15	23	23	F	F	F	7	7	F	15	15	23	23	F	F	7	7			
G4	F	7	7	F	15	15	23	23	23	F	F	F	7	7	7	F	15	15	23	23	F	F	F	7	7	F	15	15	23	23	F	F	F		
G5	F	F	F	7	7	F	15	15	15	23	23	23	F	F	F	7	7	F	15	15	23	23	23	F	F	7	7	F	15	15	23	23	F		

3X2

	1	2	3	4	5
G1	23	F	F	7	15
G2	15	23	F	F	7
G3	7	15	23	F	F
G4	F	7	15	23	F

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
Rubrica



ANEXO XVII - TABELAS DE TIR DE 12 (DOZE) HORAS VALIDADAS PELA COMPANHIA

TABELA 4X6

	1	2	3	4	5	6	D	8	9	10
G1	D	D	N	N	F	F	F	F	F	F
G2	F	F	D	D	N	N	F	F	F	F
G3	F	F	F	F	D	D	N	N	F	F
G4	F	F	F	F	F	F	D	D	N	N
G5	N	N	F	F	F	F	F	F	D	D

TABELA 6x9

	1	2	3	4	5	6	D	8	9	10	11	12	13	14	15
G1	D	D	D	N	N	N	F	F	F	F	F	F	F	F	F
G2	F	F	F	D	D	D	N	N	N	F	F	F	F	F	F
G3	F	F	F	F	F	F	D	D	D	N	N	N	F	F	F
G4	F	F	F	F	F	F	F	F	F	D	D	D	N	N	N
G5	N	N	N	F	F	F	F	F	F	F	F	F	D	D	D

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GLL



ANEXO XVIII - REGRAMENTO PARA REDUÇÃO OPCIONAL DE JORNADA DE TRABALHO COM REDUÇÃO PROPORCIONAL DE REMUNERAÇÃO

Em atendimento ao disposto na cláusula 57. Opção de Redução de Jornada de Trabalho com Redução Proporcional da Remuneração - do Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2027, a Companhia e as Entidades Sindicais elaboraram, em comum acordo, o presente Regramento para Redução Opcional de Jornada de Trabalho com Redução Proporcional de Remuneração, cujas disposições terão vigência até 31 de agosto de 2027.

1. Da redução de jornada

A opção de redução de jornada de trabalho, com redução proporcional de remuneração, será oferecida apenas aos empregados do regime administrativo com jornada de 8 (oito) horas e do regime administrativo - categoria diferenciada (assistente social) com jornada de 6 (seis) horas, que possuam o status “com marcação de ponto”. Esta opção não estará disponível para os empregados com função gratificada.

1.1. Serão disponibilizadas duas modalidades de redução de jornada de trabalho:

Opção a: Redução de carga horária diária de trabalho.

Os empregados que atendam aos requisitos descritos no item 1 e que estejam vinculados ao horário flexível poderão solicitar redução de carga horária diária de 8 (oito) para 6 (seis) horas mediante redução proporcional de 25% da remuneração.

Opção b: Redução da carga horária semanal.

Os empregados que atendam aos requisitos descritos no item 1 e que estejam vinculados aos horários flexível ou fixo poderão solicitar redução de 5 (cinco) para 4 (quatro) dias, mantendo sua jornada diária de trabalho original, mediante redução de 20% de remuneração.

Modalidade	Quem pode solicitar	Jornada Diária	Carga de Trabalho Semanal	Total de Horas Mensais	Relação Trabalho x Folga	Percentual de redução de Remuneração
Redução de carga horária diária	Administrativo flexível	6h	30h	150h	5 x 2	25%
Redução de carga horária semanal	Administrativo Flexível e Fixo	8h	32h	160h	4 x 3	20%
	Administrativo Categoria Diferenciada (Assistente Social)	6h	24h	120h	4 x 3	20%

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FURN

DS
MGDS

Rubrica
GLA



1.2. As atividades realizadas pelos empregados que tenham a jornada de trabalho reduzida não poderão, nas respectivas gerências de lotação, ser substituídas por contratos de prestação de serviço.

2. Dos requisitos

O empregado deverá atender a todos requisitos abaixo para solicitar a redução opcional de jornada de trabalho:

- a) Estar no regime administrativo;
- b) Possuir o status de ponto “com marcação de ponto”;
- c) Não possuir função gratificada;
- d) Estar com saldo da Margem de Balanço (Horário Flexível) ou Horas para Compensação (Horário Fixo) abaixo de 32 (trinta e duas) horas positivas.

2.1. Caso o empregado tenha mais que 32 (trinta e duas) horas positivas, o saldo da Margem de Balanço ou de Horas para Compensação deverá ser compensado antes da solicitação de redução da jornada de trabalho, a critério do empregado, e desde que comunicado previamente ao gerente imediato.

3. Da solicitação do pedido

Para solicitar a redução de jornada de trabalho, o empregado deverá primeiramente enviar um e-mail ao seu gerente imediato, com cópia para o sindicato profissional da respectiva base territorial, comunicando a sua decisão de aderir à redução de jornada. Posteriormente, munido do referido comunicado, o empregado deverá fazer, por meio do SIRH, a sua solicitação de redução de jornada de trabalho, indicando qual o tipo de redução de jornada, anexando no pedido o comunicado enviado ao gerente imediato com cópia a Entidade Sindical.

3.1. A solicitação de redução de jornada de trabalho passará pela ciência do Gestor Imediato no SIRH.

3.2. Caso a solicitação de redução de jornada de trabalho não seja recomendada pelo Gestor Imediato, o empregado terá a opção de interposição de recurso; e neste caso, será convocada uma Comissão para análise.

3.3. comissão composta por:

- a) Um representante do RH que atende à Gerência ao qual o empregado está vinculado;

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GIL



- b) Um representante da Unidade ao qual o empregado está vinculado;
- c) Um empregado eleito pelos empregados, sem função gratificada, da Unidade ao qual o empregado está vinculado e que esteja no regime Administrativo, pelo período de vigência desse Regramento.

3.4. A comissão deverá analisar se o pedido de redução de jornada é compatível com a carga de trabalho da gerência, verificar se o empregado cumpre todos os requisitos previstos nesse regramento, garantir a isonomia de tratamento entre os empregados, assim como a transparência e imparcialidade do processo.

3.5. A solicitação de redução de jornada feita por empregados cedidos só será aceita nos casos em que tanto a empresa cedente quanto a empresa cessionária possuírem previsão em acordo coletivo de trabalho para a redução opcional de jornada com redução proporcional de remuneração.

3.5.1. A solicitação de redução de jornada feita por empregados cedidos deverá ser avaliada e aprovada pela empresa cessionária.

4. Da redução de carga horária diária de trabalho

4.1. O empregado que optar pela redução de carga horaria diária de trabalho com redução proporcional da remuneração, deverá cumprir integralmente um dos períodos (manhã ou tarde) do horário núcleo, que é comum e obrigatório a todos os empregados vinculados ao horário flexível. Os horários da jornada de trabalho reduzida serão distribuídos conforme tabela anexa.

4.2. No momento da solicitação de redução de jornada de trabalho por meio do SIRH, após indicar a opção pela redução de carga horária diária de trabalho, o empregado deverá optar entre o período da manhã ou da tarde do horário núcleo. Esta escolha precisará ser submetida ao gerente imediato, levando em consideração a continuidade das atividades da gerência.

4.3. No momento da solicitação, o empregado também deverá informar se aceita alterar o período de preferência, caso esse não esteja disponível.

4.4. Os empregados que optarem pela redução de carga horaria diária de trabalho, com redução proporcional da remuneração, não deverão trabalhar fora do período de funcionamento estabelecido para o Horário Flexível (ex: antes das 7h; depois das 18h; e nos sábados, domingos e feriados), e não poderão exceder o limite de 8 (oito) horas diárias de trabalho.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GLA



4.5. O empregado poderá alterar o período escolhido para o horário núcleo (manhã ou tarde), desde que haja entendimento com o seu gerente imediato. O empregado deverá enviar um e-mail à comissão informando o novo período do horário núcleo (manhã ou tarde) e evidenciando a anuênciia do seu gerente imediato.

5. Da redução de carga horária semanal de trabalho

5.1. O empregado que optar pela redução de carga horária semanal de trabalho com redução proporcional da remuneração, deverá trabalhar 4 dias por semana, observando sua jornada normal de trabalho.

5.2. No momento da solicitação de redução de jornada de trabalho por meio do SIRH, o empregado deverá optar pelo dia da semana no qual não trabalhará. Esta escolha precisará ser submetida ao gerente imediato, levando em consideração a continuidade das atividades da gerência.

5.3. No momento da solicitação, o empregado também deverá informar se aceita alterar o dia de preferência, caso esse não esteja disponível.

5.4. Os empregados que optarem pela redução de carga horária semanal de trabalho, com redução proporcional da remuneração, não deverão trabalhar no dia escolhido, exceto se obtiver autorização expressa de seu gerente imediato.

5.5. O empregado poderá alterar o dia escolhido, desde que haja entendimento com o seu gerente imediato. O empregado deverá enviar um e-mail à comissão informando o novo dia em que não trabalhará e evidenciando a anuênciia do seu gerente imediato.

6. Trabalho eventual em regimes especiais de trabalho.

Os empregados que optarem pela redução de jornada de trabalho não poderão ser designados para trabalho eventual em regimes especiais de trabalho.

7. Dos impactos na remuneração:

A redução opcional de jornada de trabalho para os empregados do regime administrativo e regime administrativo categoria diferenciada (Assistente Social), vinculados aos horários flexível ou fixo, terá como contrapartida a redução proporcional (conforme quadro do item 1.1) do valor das seguintes rubricas:

- a) RMNR;
- b) Salário Básico e todas as parcelas remuneratórias que utilizem o Salário Básico como base de cálculo (Ex.: ATS, Periculosidade)
- c) Classe de renda – AMS;
- d) Desconto Vale Transporte

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
RJRN

DS
MGDS
GLA



- 7.1.** A redução proporcional na remuneração terá reflexos em INSS, Petros e FGTS.
- 7.2.** A Gratificação de férias e o 13º (décimo terceiro) Salário serão pagos proporcionalmente ou com base na remuneração vigente no mês, considerando o que for maior.
- 7.3.** Nos períodos de licenças ou afastamentos (ex: licença maternidade, licença paternidade, afastamento pelo INSS) será aplicada a remuneração vigente na data da licença ou do afastamento.
- 7.4.** Não sofrerão redução proporcional todos os adicionais e/ou benefícios que não tenham previsão no item 7.

8. Da validade, renovação e cancelamento

A opção pela redução de jornada de trabalho não será definitiva. A redução de carga horária diária ou de carga horária semanal de trabalho será válida enquanto não houver manifestação em contrário da parte do empregado ou do gerente imediato.

- 8.1.** O gerente imediato poderá solicitar o retorno do empregado à jornada de trabalho com a carga horária original a qualquer tempo. A solicitação, com a devida justificativa, deverá ser feita com uma antecedência de 60 (sessenta dias), de comum acordo com o empregado e deverá ser submetido à aprovação da comissão descrita no item 3.
- 8.2.** O empregado poderá solicitar o retorno à jornada de trabalho com a carga horária original a qualquer tempo. A solicitação, com a devida justificativa, deverá ser feita com uma antecedência de 30 (trinta dias), de comum acordo com o gerente imediato e caso haja discordância deverá ser submetido à aprovação da comissão descrita no item 3.
- 8.3.** Em todos os casos em que a decisão da comissão divergir do interesse do empregado, a comissão deverá informar sua decisão e os fundamentos que a motivaram ao empregado, ao gerente imediato e ao sindicato da base territorial do empregado.
- 8.4.** Em casos de interrupção ou suspensão de contrato de trabalho, a renovação da redução de jornada de trabalho ocorrerá de forma automática. O retorno à jornada de trabalho com a carga horária original só poderá ser solicitado, pelo empregado ou pelo gerente, após o regresso do empregado à companhia, e atendidos aos prazos dispostos nos itens 8.1, 8.2, 8.3 e 8.4.

- 8.5.** Fendo o período de licença maternidade, a mulher ou pessoa lactante que seja empregada da Petrobras Biocombustível que optou pela redução de carga horária diária

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FLPN

DS
MGDS
GLL



retornará automaticamente para a jornada de trabalho de 8 (oito) horas, de forma a cumprir o disposto na cláusula 58 – Abono Pessoa Lactante.

8.6. Findo o período de licença maternidade, a empregada lactante que optou pela redução de carga horária semanal permanecerá com a redução opcional de jornada de trabalho, podendo usufruir do disposto na cláusula 58 – Abono Empregada Lactante

8.7. No caso de movimentação do empregado que envolva alteração de base sindical o sindicato de destino será notificado da redução de jornada do empregado.

8.8. Caso o empregado alcance 32 (trinta e duas) horas positivas em seu saldo de Margem de Balanço (Horário Flexível) ou em seu saldo de Banco de horas (Horário Fixo), haverá o cancelamento imediato da redução de jornada de trabalho.

8.9. Havendo interesse do empregado em migrar de uma modalidade de redução de jornada para a outra, esse poderá fazer, a qualquer tempo, uma nova solicitação no SIRH, obedecendo o disposto nos itens 2, 3, 4 e 5 deste regramento.

9. Do Controle e Transparência

9.1. Terão prioridade na adesão à redução de jornada de trabalho com redução proporcional de remuneração os empregados:

- a) Com filhos, enteados ou menores sob guarda, tutela ou curatela, desde que menores de 12 anos ou sem limite de idade caso seja registrado no Programa de Assistência Especial – PAE;
- b) Que estejam comprometidos com o acompanhamento de familiar (cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) que necessitem de cuidados especiais (condição de saúde que resulte em comprometimento da sua autonomia e tenham dependência parcial ou total de cuidados de terceiros para as atividades da vida diária).

9.2. Visando garantir a isonomia de tratamento entre os empregados do regime administrativo, fica acertado que:

- a) A adesão e a manutenção da jornada de trabalho reduzida não poderão constituir motivo para quaisquer discriminações, nem mesmo quando da avaliação de desempenho, designação de tarefas e atribuições.
- b) Não poderá haver meta gerencial para incentivar as pessoas a optarem pela redução de jornada;
- c) Não poderá haver qualquer tipo de favorecimento entre os empregados no processo de Avanço de Nível e Promoção;
- d) A opção do empregado pela jornada de trabalho não poderá ser um impedimento e nem motivo para eventuais transferências.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FURN

DS
MADS
GLA



9.3. A Companhia não poderá realizar concurso com oferecimento de vagas com jornada de trabalho de 6 (seis) horas, exceto para as categorias diferenciadas que já possuem a referida jornada de trabalho prevista na *cláusula 47 – Jornadas de Trabalho* do Acordo Coletivo de Trabalho vigente, ou que vierem a ter a jornada de trabalho de 6 (seis) horas em razão de diploma legal superveniente.

9.4. A Companhia deverá apresentar caso solicitado, nas reuniões da Comissão de Frequência & Regimes de Trabalho & Teletrabalho o número de trabalhadores que aderiram à redução de jornada de trabalho, bem como planilha com o total do número de empregados, saldo total de horas e média de saldo/empregado por imóvel e base sindical.

10. Termo de Adesão

A redução opcional de jornada de trabalho para os empregados do regime administrativo, mediante redução proporcional da remuneração será formalizada por meio de Termo de Adesão.

10.1. O Termo de Adesão será válido enquanto não houver manifestação tanto do empregado, quanto do gestor.

10.2. O Termo de Adesão deverá ser formalizado pelo empregado, pelo representante da empresa e pelo sindicato que representa o empregado.

10.2.1. No caso de empregado cedido, o Termo de Adesão deverá ser assinado pelo representante da empresa cedente, e posteriormente encaminhada cópia para a empresa cessionária.

10.3. Caso o sindicato se recuse a assinar o Termo de Adesão, esse terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para apresentar os motivos de sua recusa.

10.3.1. A recusa do sindicato deverá ser justificada por questões relacionadas à carga de trabalho na gerência no empregado, à isonomia de tratamento entre empregados ou à vontade do empregado.

10.3.2. Caso o sindicato não se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias corridos ou apresente recusa, a Companhia submeterá a questão para deliberação definitiva no âmbito da Comissão de Frequência & Regimes de Trabalho & Teletrabalho.

11. Outras disposições

Os casos omissos nesse regramento e aqueles em que houver divergência entre o sindicato e a comissão serão levados para tratamento e deliberação no âmbito da Comissão de Frequência & Regimes de Trabalho & Teletrabalho.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GL



12. Vigência

Este regramento faz parte integrante do Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2027 e terá validade de 2 (dois) anos. Qualquer alteração do presente regramento, durante o período de vigência, deverá ser consensual e tratada na Comissão de Frequência & Regimes de Trabalho & Teletrabalho.

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAFN

DS
MGDS
Rubrica


TABELAS JORNADA DE 6 (SEIS) HORAS

IMÓVEIS	Jornada de 6 (seis) horas - Período da Manhã							
	HORA INÍCIO DO FUNCIONAMENTO	HORA TÉRMINO DO FUNCIONAMENTO	HORA INÍCIO DA JORNADA DE TRABALHO	HORA TÉRMINO DA JORNADA DE TRABALHO	HORA INÍCIO DE NÚCLEO	HORA TÉRMINO DE NÚCLEO	HORA INÍCIO DO INTERVALO	HORA TÉRMINO DO INTERVALO
Aero Navegantes	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
ARM/RIO	6:30	14:45	8:00	14:15	9:00	11:00	11:00	12:00
Base de Itajaí	7:00	15:15	7:30	13:45	8:30	12:00	12:00	13:00
BC Imbetiba	7:00	15:15	7:30	13:45	8:30	11:30	11:30	12:30
BC Imboassica	7:00	15:15	7:30	13:45	8:30	11:30	11:30	12:30
BOA VIAGEM	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
Bunker Vitória	7:00	15:15	7:15	13:30	8:15	11:30	11:30	12:30
CENPES	6:30	14:45	8:00	14:15	9:00	11:00	11:00	12:00
COFIP	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
DIVIN/SEREG-4	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
DTCS/Alemao	7:00	15:15	7:30	13:45	8:00	11:30	11:30	12:30
DTCS/Guarulhos	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
DTCS/S. C. Sul	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
DTCS/Sebastião	7:00	15:15	7:30	13:45	9:00	11:30	11:30	12:30
DTNEST	7:30	15:45	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
DTSUL/SFS	7:15	15:30	7:45	14:00	8:45	12:00	12:00	13:00
EDIBA	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
EDICN	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
EDIHB	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
EDIPAR	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
EDISA	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
EDISA II	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
EDISC	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
EDISE	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
EDISP	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
EDITA	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
EDIVEN	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
EDIVIT	7:00	15:15	7:30	13:45	8:30	11:30	11:30	12:30
ESBRAS	7:30	15:45	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
Fern. Gasparian	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
FRONAPE	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
IEPDD São Paulo	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
Linhares	7:00	15:15	7:30	13:45	8:30	11:30	11:30	12:30
Porto de Itajaí	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
REPAR/Paranaguá	7:00	15:15	7:20	13:35	8:20	12:00	12:00	13:00
São Mateus	7:00	15:15	7:30	13:45	8:30	11:30	11:30	12:30
SENADO	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
UN-AM/Escr.	7:00	15:15	7:30	13:45	8:30	11:30	11:30	12:30
UN-AM/Escr.2	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
UN-AM/Tapanã	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
UN-AM/Urucu	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
UN-BA/EDIBA	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
UN-BS	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
UN-REPAR	7:00	15:15	7:20	13:35	8:20	12:00	12:00	13:00
UN-SEAL/Acre	7:00	15:15	7:30	13:45	8:00	11:00	11:00	12:00
UN-SEAL/Pilar	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
UN-SEAL/UPGN	7:00	15:15	7:30	13:45	8:00	11:00	11:00	12:00
UO-LUBNOR	7:15	15:30	7:45	14:00	8:45	11:45	11:45	12:45
UO-RNCE FORTAL	7:00	15:15	7:45	14:00	8:00	11:30	11:30	12:30
UO-RNCE/Mos	7:00	15:15	7:30	13:45	8:00	11:30	11:30	12:30
UO-RNCE/Natal	7:00	15:15	7:45	14:00	8:15	11:30	11:30	12:30
UTE-TCE	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
UTGCA	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS

Rubrica
GLA



IMÓVEIS	Jornada de 6 (seis) horas - Período da Manhã							
	HORA INÍCIO DO FUNCIONAMENTO	HORA TÉRMINO DO FUNCIONAMENTO	HORA INÍCIO DA JORNADA DE TRABALHO	HORA TÉRMINO DA JORNADA DE TRABALHO	HORA INÍCIO DE NÚCLEO	HORA TÉRMINO DE NÚCLEO	HORA INÍCIO DO INTERVALO	HORA TÉRMINO DO INTERVALO
Aero Navegantes	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
ARM/RIO	6:30	14:45	8:00	14:15	9:00	11:00	11:00	12:00
Base de Itajaí	7:00	15:15	7:30	13:45	8:30	12:00	12:00	13:00
BC Imbetiba	7:00	15:15	7:30	13:45	8:30	11:30	11:30	12:30
BC Imboassica	7:00	15:15	7:30	13:45	8:30	11:30	11:30	12:30
BOA VIAGEM	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
Bunker Vitória	7:00	15:15	7:15	13:30	8:15	11:30	11:30	12:30
CENPES	6:30	14:45	8:00	14:15	9:00	11:00	11:00	12:00
COFIP	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
DIVIN/SEREG-4	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
DTCS/Alemao	7:00	15:15	7:30	13:45	8:00	11:30	11:30	12:30
DTCS/Guarulhos	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
DTCS/S. C. Sul	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
DTCS/Sebastião	7:00	15:15	7:30	13:45	9:00	11:30	11:30	12:30
DTNEST	7:30	15:45	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
DTSUL/SFS	7:15	15:30	7:45	14:00	8:45	12:00	12:00	13:00
EDIBA	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
EDICN	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
EDIHB	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
EDIPAR	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
EDISA	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
EDISA II	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
EDISC	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
EDISE	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
EDISP	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
EDITA	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
EDIVEN	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
EDIVIT	7:00	15:15	7:30	13:45	8:30	11:30	11:30	12:30
ESBRAS	7:30	15:45	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
Fern. Gasparian	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
FRONAPE	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
IEPDD São Paulo	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
Linhares	7:00	15:15	7:30	13:45	8:30	11:30	11:30	12:30
Porto de Itajaí	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
REPAR/Paranaguá	7:00	15:15	7:20	13:35	8:20	12:00	12:00	13:00
São Mateus	7:00	15:15	7:30	13:45	8:30	11:30	11:30	12:30
SENADO	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
UN-AM/Escr.	7:00	15:15	7:30	13:45	8:30	11:30	11:30	12:30
UN-AM/Escr.2	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
UN-AM/Tapanã	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
UN-AM/Urucu	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
UN-BA/EDIBA	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
UN-BS	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30
UN-REPAR	7:00	15:15	7:20	13:35	8:20	12:00	12:00	13:00
UN-SEAL/Acre	7:00	15:15	7:30	13:45	8:00	11:00	11:00	12:00
UN-SEAL/Pilar	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
UN-SEAL/UPGN	7:00	15:15	7:30	13:45	8:00	11:00	11:00	12:00
UO-LUBNOR	7:15	15:30	7:45	14:00	8:45	11:45	11:45	12:45
UO-RNCE FORTAL	7:00	15:15	7:45	14:00	8:00	11:30	11:30	12:30
UO-RNCE/Mos	7:00	15:15	7:30	13:45	8:00	11:30	11:30	12:30
UO-RNCE/Natal	7:00	15:15	7:45	14:00	8:15	11:30	11:30	12:30
UTE-TCE	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:45	11:45	12:45
UTGCA	7:00	15:15	8:00	14:15	9:00	11:30	11:30	12:30

Rubrica

Rubrica
EDJS

Rubrica
FAPN

DS
MGDS
GLA